

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES  
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA  
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

**INÊS UPP LOIOLA**

**EMPODERAMENTO: UM PERCURSO DISCURSIVO NOS MOVIMENTOS  
MARCHA DAS VADIAS**

**CÁCERES-MT**

**2023**

**INÊS UPP LOIOLA**

**EMPODERAMENTO: UM PERCURSO DISCURSIVO NOS MOVIMENTOS  
MARCHA DAS VADIAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação do professor Dr<sup>o</sup>. Paulo César Tafarello e Coorientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Vicentina dos Santos Vasques Xavier

**CÁCERES-MT**

**2023**

© by Nome completo, ano.



Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Regional de Cáceres

**INÊS UPP LOIOLA**

**EMPODERAMENTO: UM PERCURSO DISCURSIVO NOS MOVIMENTOS  
MARCHA DAS VADIAS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.(a) Dr.(a) Paulo Cesar Tafarello  
Orientador(a) – PPGL/UNEMAT

---

Prof. (a) Dr.(a) Silvia Regina Nunes  
Avaliador(a) Interno(a) – PPGL/UNEMAT

---

Prof. (a) Dr.(a) Irenilda Ângela dos Santos  
Avaliador(a) Externo(a) – UFMT

**APROVADA EM: 03/07/2023**

## DEDICATÓRIA

Dedico em especial aos meus filhos Thamiris Fernanda Loiola Maldonado e Murillo Miguel Loiola Maldonado, meus filhos são minha força motriz diária, o motivo de todas as minhas lutas, nesse mundo significante e a significar.

Dedico também *in memoriam* aos meus pais Odete Upp Sobrinha e Gerson Pereira Loiola, semianalfabetos por falta de oportunidades, todavia, sempre foram grandes incentivadores ao estudo, o sonho deles era ver os filhos bem criados e formados para que a vida não fosse tão difícil, quanto foi para eles. Sempre serão a minha fonte de inspiração, pela vida sofrida, pela vontade de vencer, pelo amor, pela confiança, pela credibilidade que me inculcou a ser este sujeito constituindo-me, sujeito e sentidos ao mesmo tempo, na busca e construção do conhecimento!

Dedico a todos os amigos que me apoiaram nesse percurso discursivo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, pois a conclusão deste trabalho de pesquisa só foi possível graças as bênçãos que venho recebendo, pela vida, pela saúde, e apesar das perdas no caminho, Deus sempre me manteve de pé e disposta a continuar.

Agradeço aos meus familiares que acreditam no meu potencial e me motivaram a não desistir do processo, principalmente meus filhos Thamiris e Murillo, e minha cunhada Roseane.

Agradeço aos amigos que sempre me incentivaram e apoiaram, assim como, os amigos que fiz nessa trajetória.

Agradeço aos professores pela partilha de seus conhecimentos, em especial ao professor Flávio Benites que me direcionou na escolha do meu objeto de pesquisa, quando eu nem sabia por onde começar.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação pela oportunidade do ingresso e pelas considerações nos momentos difíceis.

Agradeço a Professora Silvia pela sua valiosa contribuição e direcionamento deste trabalho à minha coorientadora, no momento em que eu mais precisava de apoio.

Agradeço a Vicentina que se dedicou com carinho a minha coorientação, suas contribuições ao meu trabalho foram preciosas, foi de grande valia.

Agradeço ao meu orientador Paulo Tafarello por ter aceito o meu trabalho, pelas orientações recebidas e pelos vários momentos discursivos.

Agradeço à Banca por aceitar e contribuir com a melhoria deste trabalho de pesquisa.  
A todos, muito obrigado!

*“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância,  
já que viver é ser livre”.*

*(Simone de Beauvoir)*

## RESUMO

Utilizando-se da Análise de Discurso de linha francesa como suporte teórico norteador, no Estudo de Processos Linguístico, diante dos Estudos de Processos Discursivos, esta pesquisa tem como objetivo mostrar como vem funcionando o empoderamento da mulher na sociedade contemporânea, mediante sua imaginária liberdade sexual e reprodutiva, autonomia sobre seu corpo e igualdade em direitos. Assim, em processos de memória, procura-se esclarecer como o discurso de empoderamento é visto e como está significando hoje. Desta forma, através dos movimentos feministas, nas décadas 70, 80, 90 e 2000, levantaram-se discursividades sobre relações de poder, formações discursivas e ideológicas, assujeitamento do indivíduo, efeitos de sentidos, resistência, desigualdade de gênero, posição sujeito e identidade. É preciso entender o funcionamento da língua através dos processos ideológicos que marcam a vida de homens e mulheres nesse percurso do empoderamento. A palavra empoderamento é uma adaptação da palavra inglesa *empowerment* e significa “o processo de ganhar liberdade e poder para fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você” (BERTH, p. 19, 2018), o termo, vem sendo utilizado substancialmente distanciando-se do sentido originário da teoria proposta (BERTH, p. 20, 2018), ver-se a algumas definições com diferentes teóricos. Considerando-se essa conjuntura teórica, bem como a questão do político, é certo que o sentido é sempre dividido e tem sua direção específica na história através dos mecanismos ideológico de sua constituição. E a tarefa do analista de discurso é compreender essa relação através dos acontecimentos discursivos, ou seja, tomando o discurso como efeitos de sentidos entre esses locutores. Assim, cabe ao analista trabalhar com os movimentos (gestos) de interpretação, esse percurso do sujeito (sua posição), na determinação histórica a saber como está funcionando o empoderamento da mulher a despeito da sua autonomia sobre tudo que envolve o seu corpo. O empoderamento é um processo contínuo de construção e desconstrução individual que resulta nas transformações sociais da coletividade.

Palavras chave: Análise do discurso; Empoderamento; Mulher; Ideologia.

## ABSTRACT

### **Empowerment: A Discursive journey in the March of the Slutter Movements**

Using the French Discourse Analysis as a guiding theoretical support, in the Study of Linguistic Processes, in front of the Studies of Discursive Process, this research aims to show how women's empowerment has been working in contemporary society, through their imaginary sexual and reproductive freedom, autonomy over their bodies and equality of rights. Thus, in memory processes, an attempt is made to clarify how the empowerment discourse is seen and how it is giving meaning today. In this way, through the feminist movements, in the 70s, 80s, 90s and 2000s, discourses on power relations, discursive and ideological formations, subjection of the individual, effects of meanings, resistance, gender inequality, subject position and identify. It is necessary to understand the functioning of the language through the ideological processes that mark the lives of men and women in this journey of *empowerment*. The word *empowerment* is an adaptation of the English word *empowerment* and means "the process of gaining freedom and power to do what you want or control what happens to you" (BERTH, p. 19, 2018), the term has been used moving away from the original meaning of the proposed theory (BERTH, p. 20, 2018), seeing some definitions with different theorists. Considering this theoretical conjuncture, as well as the question of the political, it is certain that meaning is always divided and has its specific direction in history through the ideological movements of its constitution. And the task of the discourse analyst is to understand this relationship through discursive events, that is, to take the discourse as effects of meanings between these speakers. Thus, it is up to the analyst to work with the movements (gestures) of interpretation, this course of the subject (his position), in the historical experience to know how the *empowerment* of women is working, despite their autonomy over everything that involves their body. Empowerment is a continuous process of individual construction and deconstruction that results in social transformations of the community.

Keywords: Discourse Analysis; *Empowerment*; Woman; Ideology.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD – Análise do Discurso

AIEs – Aparelhos Ideológicos do Estado

CIDH – Comissão Interamericana dos Direitos Humanos

CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

CNDM – Conselho Nacional de Direitos da Mulher

CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

DEAMS – Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher

EUA – Estados Unidos da América

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FD – Formação Discursiva

FI – Formação ideológica

MFPA – Movimento Feminino pela Anistia

MNU – Movimento Negro Unificado

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PCB – Partido Comunista Brasileiro

SPM – Secretarias Especiais de Políticas Públicas para mulheres

SEPPIR – Secretaria Especial de promoção da Igualdade Racial

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - linha do tempo de aquisição do direito ao voto feminino por países.....	43
Figura 2 - sexo frágil .....	84

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
-------------------------	----

### CAPÍTULO I

<b>UM RETORNO AO PASSADO</b> .....	18
1.1 Mulher: sujeito histórico sob a luz da sociedade.....	18
1.2 Mulheres que se destacaram ao longo dos anos .....	37

### CAPÍTULO II

<b>UM BREVE PERCURSO TEÓRICO</b> .....	50
2.1 Formações Discursivas sobre o <i>empoderamento</i> da mulher na sociedade contemporânea.....	50
2.2 Posição sujeito e Memória Discursiva .....	64

### CAPÍTULO III

<b>MULHER X EMPODERAMENTO</b> .....	68
3.1 <i>Empoderamento</i> : ilusão ou realidade .....	68
3.2 Mulher sexo frágil .....	83

### CAPÍTULO IV

<b>UM OLHAR ALÉM DAS EVIDÊNCIAS</b> .....	90
4.1 Análises .....	90
4.2 Uma análise sobre o <i>empoderamento</i> da mulher na sociedade contemporânea.....	97

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	106
-----------------------------------	-----

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	113
--------------------------	-----

ANEXO I - Se ser vadia é ser livre, então somos todas vadias! .....	117
---	-----

ANEXO II - Eu só quero é ser feliz andar tranquilamente com a roupa que eu escolhi e poder me assegurar: de burca ou de shortinho todos vão me respeitar! .....	118
---	-----

ANEXO III – Não vim da sua costela, você que veio do meu útero.....	119
---	-----

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo mostrar através de três formulações retiradas dos Movimentos Marcha das Vadias, que utilizamos como corpus de análise, como vem funcionando o *empoderamento*<sup>1</sup> da mulher na sociedade contemporânea, mediante sua imaginária liberdade sexual e reprodutiva, autonomia sobre seu próprio corpo e igualdade em direitos, o *empoderamento* é um assunto que vem ganhando relevância no mundo todo, vem adquirindo destaque e por isso aguça a nossa curiosidade acerca do tema. Propomos analisar esse percurso de *empoderamento* da mulher partindo dos movimentos feministas, e em processos de memória utilizando como recorte teórico metodológico para as nossas análises os movimentos mais relevantes que envolvem as lutas das mulheres nas décadas de 70, 80, 90 e 2000 que atualizaram-se nos movimentos Marcha das Vadias que foi um movimento de grande repercussão mundial.

E tentando entender como tudo começou que procuramos desenvolver este trabalho adotando como procedimento teórico e analítico, a Análise do Discurso que teve origem na França com os trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, no Brasil, bem como outros pesquisadores, que desenvolvem suas pesquisas a partir da perspectiva analítico-metodológica da Análise do Discurso, (doravante AD).

Na AD conforme Orlandi (2007a), em uma análise temos que considerar primeiramente a constituição do corpus em relação a sua natureza, ou seja, em relação a linguagem, pois é:

No funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2007a, p. 21)

Segundo a autora, além de considerar a constituição do corpus enquanto a sua natureza, em seu funcionamento, é necessário também fazer uma delimitação, pois “o corpus resulta de uma construção feita pelo próprio analista” (ORLANDI, 2007a, p. 63). Desta forma, utilizamo-nos dessas três formulações das Marchas das Vadias por apresentarem diversas vias de acesso ao *empoderamento* da mulher. A AD tem como objeto o próprio discurso, pois “o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular” (ORLANDI, 2008, p. 14).

---

<sup>1</sup> Optamos por escrever a palavra empoderamento em itálico ao longo de toda a pesquisa para destacar o termo que vem sendo muito utilizado recentemente.

Segundo a autora Berth (2018, p. 18), o termo *Empoderamento* veio da língua inglesa onde encontramos como correspondente a palavra *empowerment*, que traz elementos de latim em sua formação, o mesmo foi utilizado pela primeira vez em 1651 por adaptação específica da língua inglesa e tem como significado em *empower* “dar poder ou habilidade a algo ou alguém”, ainda não encontramos nos dicionários atuais correspondências ao termo, tem sido um conceito complexo, muito discutido e incompreendido. A autora afirma ainda que, o termo vem sendo muito criticado pela forma “vazia” como vem sendo utilizado que foge totalmente das raízes da teoria proposta (BERTH, p. 20, 2018). Desta forma, o termo vem sendo usado e abusado nos mais diferentes campos do pensamento nos conceitos políticos, usado de forma esvaziada, sendo necessário estar atento para identificar o que deve ou não ser levado a sério, todavia, mesmo sendo utilizado com esse esvaziamento, há uma gama de trabalhos realizados que devem ser vistos com seriedade e profundidade que são imprescindíveis para a compreensão do termo.

Conforme Berth (2018, p.16) “Empoderar dentro de todas as premissas sugeridas é, antes de mais nada, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da história”. Este pensamento é uma forma de combater a mediorização e o esvaziamento da teoria criada e aplicada “como instrumento de transformação social” (BERTH, p. 16, 2018). Dentre os autores que trabalham com esse termo, além de Joice Berth, podemos citar: Hannah Arendt, Michel Foucault, Cecília M. B. Sardenberg, Patrícia Hill Collins, Zimmerman e Perkins, Rute Baquero, Bárbara Bryant Solomon, que iniciou a utilização da Teoria do *Empoderamento* em pesquisas e gestão social de pessoas sem visibilidade através do olhar dominante, no intuito de buscar a emancipação de grupos oprimidos, Anne-Emmanuèle Calvès, e o educador brasileiro Paulo Freire, que com sua postura revolucionária pensou nas pessoas radicais que “se interessariam pela transformação real da sociedade e responsáveis pela afetiva prática e conduta de transformação pelo pensamento consciente e libertário de povos oprimidos” (BERTH, p. 28, 2018). Freire foi considerado um precursor da análise efetuada de acordo com os grupos oprimidos, através da Teoria da Conscientização que inspirou a Teoria do *Empoderamento*, entre outros.

É necessário saber como a língua acontece no homem, pois “sujeitos e sentidos se constituem” (ORLANDI, 2008, p. 99) simultaneamente no decorrer da história. Conforme Orlandi (2007a, p. 15) “a linguagem é uma relação necessária e através do discurso é mediadora da relação homem/sociedade/mundo”, é somente através da linguagem que o

discurso torna possível a permanência e/ou continuidade, o deslocamento e/ou “transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ORLANDI, 2007a, p. 15).

É preciso entender como vem funcionando os processos ideológicos na história da vida da mulher, pois a ideologia está presente nos sujeitos do discurso e age sobre eles que, inconscientemente, não a percebem, pois quando falamos, automaticamente nos filiamos a redes de sentidos e sequer compreendemos o acontecimento desse processo, que mantém-nos ao acaso da ideologia e do inconsciente, assim, “um dos pontos fortes da Análise do Discurso é ressignificar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem.” (ORLANDI, p. 45, 2007a) Ou seja, a ideologia é definida discursivamente, desta forma, pretende-se perceber a ideologia da mulher diante do *empoderamento* almejado, pois, “o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia” (ORLANDI, p. 45, 2007a) e desta forma o homem é conduzido a interpretar mediante qualquer objeto simbólico, é preciso entender o que se quer dizer.

Desta maneira, através das diferentes formações discursivas, observando como a mulher se inscreve na história e nas relações de poder existentes na sociedade, percebemos o efeito de evidências do sentido, que é como se o sentido estivesse já lá e ao interpretar ao mesmo tempo também se nega a interpretação, naturalizando a relação do histórico e do simbólico. É por esse dispositivo ideológico de apagamento da interpretação, que constroem-se as transparências de sentidos envolvendo a linguagem e a história, há opacidade dos sentidos. Pois, “este é o trabalho da ideologia: produzir evidências” (ORLANDI, p. 46, 2007a), posicionando “o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (idem, p. 46). Desta forma, a mulher é significada pelos atravessamentos, pelos efeitos de evidência que perpassa sua existência.

Assim, em nosso Estudo dos Processos Discursivos procuramos verificar a existência desse *empoderamento*, como ele está significando no discurso. Pois, é no discurso que os sujeitos manifestam sua ideologia advinda das formações discursivas, pois é ela que estabelece o que o sujeito deve dizer ou não, dada sua inscrição em uma formação discursiva e não outra, sendo assim, “o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia”. (ORLANDI, 2007a, p. 20), ademais, a mulher é representada pelas diversas formações discursivas em que ela se inscreve na sociedade, seja ela mulher-mãe, mulher-esposa, mulher-filha, mulher-solteira etc., a sociedade discrimina a mulher quando ela foge dos segmentos determinados pelos homens como “certos”. Cabendo-lhe a obediência, a submissão e a subserviência, a subalternidade é o seu lugar, ou seja, a mulher é representada pelo homem, pelo que eles acreditam ser “o papel da mulher” na sociedade, sujeitos gentis, amáveis, dóceis

e delicadas, incapazes de pensar por si só, se alguma mulher ousar ultrapassar esses sentidos provavelmente será considerada como louca, histérica, emotiva, desequilibrada e irracional.

Estima-se que o *empoderamento* da mulher tenha começado por volta da década de 60 no Brasil, inspirado pela Teoria da Conscientização de Paulo Freire, (BERTH, p. 26, 2018), mas até hoje há muito que se fazer para dar visibilidade a força feminina, pois costumes antigos perduram na sociedade atual; a mulher da atualidade que usufrui de algum cargo de poder sofre preconceito por boa parte masculina, outro problema é a discrepância salarial que até hoje não foi superado, ainda que as mulheres trabalhem numa mesma função e com mesma carga horária são inferiorizadas financeiramente.

Podemos verificar que a partir daí houve grandes feitos no que concerne ao papel das mulheres na sociedade, principalmente as brasileiras, que obtiveram distintos progressos que impactaram tanto as esferas públicas quanto privadas. Outro ponto a ser destacado é que no Brasil as demandas feministas foram inseridas na agenda política do Brasil em detrimento às diversas e aos constantes movimentos das mulheres por meio de manifestações.

O político é aqui compreendido como um ponto de vista discursivo sendo definido pelo fato de que o sentido é sempre dividido, esta divisão tendo uma direção que não é indiferente às injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história em um mundo significado e significante, em que as relações de poder são simbolizadas. (ORLANDI, 2008, p. 90)

Embora essas manifestações tenham contribuído, vale destacar que as conquistas, os progressos não aconteceram de forma simples e democrática, as diferenças existenciais até mesmo entre as próprias mulheres no que concerne à etnia, a raça, bem como a classe social, essas desigualdades femininas, foram os primeiros obstáculos que precisaram ser superados para o fortalecimento de um grupo e assim, entrar em outras dimensões em prol de um todo, no âmbito social.

A década de 80 foi declamada como um período de grande importância para essas mulheres, pois foi nesse período que aconteceu o desenvolvimento de um plano político e normativo que favoreceu democraticamente as mulheres, formalizou-se assim, as liberdades civis e políticas, que foram efetivadas na nova Constituição Federal, promulgada em 1988.

Apresentando-se como a década de maior expressividade para a organização em todo o território nacional, marcada por inúmeros movimentos realizados pelas mulheres que iniciou os primeiros avanços para que essas ocupassem espaço institucional no novo governo democrático, tal como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que foi

consolidado através de ações políticas, constituindo no pleno reconhecimento da cidadania das mulheres.

Diante disso, por conseguinte, na década de 1990, houve um fomento na criação das normas nacionais que visavam atender e garantir ainda que, de forma utópica, os direitos humanos, individuais e sociais, tudo isso foi tributário do texto constitucional.

Tornando assim, a Constituição Federal, um grande marco político, institucional e jurídico, por adequar e ajustar em seus termos legais os extremos que condiz aos direitos humanos. Essas ações aconteceram simultaneamente com as Conferências Internacionais das Nações Unidas, o que agregou ainda mais valor aos movimentos sociais, em especial aos das mulheres.

Segundo Barsted e Pitanguy (2011, p. 16) em seu artigo “Um instrumento de conhecimento e de atuação política” no livro *O Progresso das mulheres no Brasil*, foi nesse mesmo período com as ações das organizações não-governamentais feministas que as articulações se mantiveram acarretando mobilização tanto a nível nacional quanto internacional para que fossem efetivadas as políticas públicas para extinção das desigualdades de gênero, regionais, sociais e étnico-raciais que têm prejudicado as mulheres nas oportunidades de efetivação do exercício como cidadãs.

Ainda segunda as autoras, no ano de 2000, esse processo ganhou amplitude e avançou no contexto legislativo, isso se deu devido a associação de um *advocacy* feminino em conjunto com a mobilização das mulheres, que tinham como finalidade influenciar nas formulações políticas, e assim fazer correções futuras, sempre que necessário, em prol das mulheres, dando respaldo aos seus direitos, principalmente desde a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPMM), quando um conjunto de desígnios foram incluídos como planos e documentos de governos.

Ressalte-se que esses registros estabeleceram os parâmetros que serviram de orientação para políticas públicas na integralização gênero/raça/etnia. Assim como, contribuiu de forma positiva com a redução de boa parte da pobreza feminina. Em contrapartida, são reconhecidos vários obstáculos que afetam o pleno exercício da cidadania das mulheres brasileiras.

São muitos os obstáculos que ainda tendem a ser superados com relação ao sexo feminino em detrimento do outro (sujeito masculino), no que concerne aos direitos profissional e pessoal, assim como, assuntos relacionados a étnica racial, ainda há muita violência de gênero, o masculino é colocado num patamar distinto na sociedade, num lugar superior que está enraizado na figura de homem e que resiste em sua significação mediante

uma memória coletiva de uma determinada formação discursiva de que o homem é superior a mulher. Podemos perceber que:

Há a formação de um consenso em uma sociedade como a nossa em que [...] está definida pelo modo de segregação – os que devem ser excluídos [...] e que quando pensamos por outro lado, podemos compreendê-la enquanto forma de resistência ou pelo menos de deslocamento e então seu sentido é outro. E convoca o sentido de alienação. (ORLANDI, 2017a, p. 225)

Assim a figura feminina é vista através de estereótipos universalizados e/ou até mesmo cristalizados como forma de resistência por essa formação discursiva masculina, como sujeitos alienados que têm que viver de forma segregada/excluída o que as distanciam de seus direitos, direitos esses que se confundem com os direitos humanos devido a concomitância de luta em conjunta no período.

Barsted e Pitanguy (2011, p. 16) em sua obra alertam que diante desse contexto de dificuldades que assombra a mulher, pode se pontuar “a atuação do fundamentalismo religioso que tem impedido o avanço das políticas públicas no campo da sexualidade e da reprodução”, esse é o maior desafio das mulheres, no que se refere a efetivação de seus direitos, pois as instituições igrejas têm lutado contra a legalização do aborto.

Essas e outras dificuldades apontaram alguns dos muitos desafios que teriam que ser confrontados no governo de Dilma Rousseff, que foi “a primeira mulher Presidenta do Brasil” (BARSTED e PITANGUY, 2011, p. 16) no período de 2011 à 2016. As mulheres puderam ter esperança, ao sentirem-se representadas através da imagem feminina ocupando pela primeira vez na história do Brasil o mais alto nível de poder que é a presidência.

Pensando nesses desafios, principalmente no que se refere ao *empoderamento* que vamos analisar discursivamente como se constituem as práticas de *empoderamento* da mulher dentro das formulações que selecionamos do movimento das Marcha das Vadias.

Será que atualmente se repete a mesma conjuntura sócio histórica? Será que ainda hoje perduram na sociedade atual mulheres que se submetem a esse tipo de vida submissa? Mesmo depois de tantas lutas, depois de tantos desafios e enfrentamentos, através de muito sangue derramado na busca de visibilidade social. Como esse sujeito mulher é visto? Será que as mulheres que se destacam perante a sociedade é um sujeito livre? Objetiva se fazer compreender mediante todo esse processo discursivo histórico como se constituem essas práticas de *empoderamento* feminino, proposto nesta pesquisa.

Para isso selecionamos 3 formulações que foram retiradas dos movimentos Marcha das Vadias e serão analisadas, a saber sobre esse *empoderamento* da mulher referente ao

combate à violência de gênero, em que a mulher busca igualdade em direitos, principalmente a autonomia sobre próprio corpo, a fim de confrontar o conservadorismo sobre a violência sexual sofrida e elucidar o seu direito de liberdade. Assim, temos para nossas análises as seguintes formulações: “*Se ser vadia é ser livre, então somos todas vadias!*”, “*Eu só quero é ser feliz andar tranquilamente com a roupa que eu escolhi e poder me assegurar: de burca ou de shortinho todos vão me respeitar*”; “*Não vim da sua costela, você que veio do meu útero*”.

## CAPÍTULO 1

### UM RETORNO AO PASSADO

#### 1.1 Mulher: sujeito histórico sob a luz da sociedade

Nesse nosso trabalho mais que discutir diferentes tendências de *empoderamento* da mulher através das discursividades, interessa-nos tomar a língua como lugar de conflito social da linguagem para nossas práticas de análises, e assim mostrar a representatividade da mulher idealizada *versus* mulher *empoderada*, num embate entre essas duas imagens dicotômicas. Conforme Orlandi (1983, p. 27) “onde está a linguagem está a ideologia” funcionando.

Ser mulher sempre foi um desafio no mundo inteiro, embora também sejam sujeitos de direitos, há uma luta constante com muitos avanços e retrocessos no que se refere a usufruir de tais benefícios e exercer sua cidadania. É sabido que a mulher é vista pelos homens como um ser frágil, incapaz de viver sozinha, de desenvolver liderança, e gerir qualquer entidade pública por serem sujeitos mais emotivos do que racionais.

Contudo, da necessidade de romper e/ou desvincular a imagem da mulher como sujeito frágil e reivindicar sua autonomia como sujeitos de direitos dono de seu próprio corpo e sexualidade, tal como da própria vida, era preciso distorcer essa visão pejorativa e deturpada que é concernido às mulheres. Diante disso, houve diversas mobilizações e manifestações de algumas mulheres que se fizeram presentes e lutaram para fazer jus a seus direitos que até então eram negados.

No intuito de dar visibilidade a mulher como um sujeito à mercê da sociedade no que concerne as suas lutas por direitos, por quererem aparecer num momento em que eram omitidas, haja visto, que essas mulheres foram ocultadas no decorrer da história, eram apagadas, mantidas como objeto-propriedade da figura masculina representada pelo pai,

marido ou até mesmo pelo irmão, sofrendo represálias em forma de agressões em caso de desobediência.

Assim é visto o ser mulher no passado, calada, silenciada, sem autonomia, nascida para servir, sem perspectiva de mudança, numa conjuntura social onde o homem é considerado o ser supremo, dono de si e de tudo que envolve o ser mulher, percebe-se uma agregação de dominação que confirma ao homem um total poder sobre a mulher.

Historicamente as mulheres foram também ocultadas das produções singularmente masculinas, elas foram esquecidas de propósito no decorrer dos anos, por se tratar de um contexto de grandes acontecimentos históricos, de confirmação dos heróis masculinos, e que portanto, a figura feminina, embora sempre estivesse presente lá, não podia aparecer. Segundo Perrot, apud Oliveira (2019, p. 23):

A “matéria que constitui as fontes integra a desigualdade sexual e a marginalização ou desvalorização das atividades femininas.” Foram às pesquisadoras mulheres, das diversas ciências humanas, impulsionadas pelo movimento feminista na sua segunda onda (pós 1968), que tornaram visíveis essas mulheres.

Desta forma deram-lhes voz e as mulheres reivindicaram o direito de aparecer. Destarte, começaram a aparecer de forma tímida e retraída, ainda que amparadas por um coletivo feminino que incentivava a ruptura de um sentimento de pertencimento, de obrigação e obediência.

Muitos foram os movimentos que trouxeram à tona a representatividade feminina, movimentos esses que motivaram as transformações ocorridas na sociedade contemporânea. As reivindicações provocaram grandes mudanças com relação aos direitos humanos e a cidadania do sujeito mulher no decorrer da história. Oliveira (2019, p. 19) afirma que só se é possível compreender o presente, “utilizando o passado como forma desta compreensão”. Para Foucault (2008, P. 15):

Uma história que não seria escansão, mas devir; que não seria jogo das relações, mas dinamismo interno; que não seria sistema, mas árduo trabalho da liberdade; que não seria forma, mas esforço incessante de uma consciência em se recompor e em tentar readquirir o domínio de si própria, até as profundezas de suas condições; uma história que seria, ao mesmo tempo, longa paciência ininterrupta e vivacidade de um movimento que acabasse por romper todos os limites.

Diante desse contexto histórico social, que visa elucidar a presença da mulher na produção de literaturas que corroboravam com seus avanços em relação aos seus direitos, é possível identificar algumas pesquisas que trabalhavam no intuito de dar visibilidade à

presença feminina em seu cotidiano, bem como iam “identificando a forte presença do patriarcado e do capitalismo sobre as mulheres”. (OLIVEIRA, 2019, p. 25)

Segundo Tilly, apud Oliveira (2019, p. 25):

A história social das mulheres partia da premissa do respeito à iniciativa humana, que colocasse problemas, descrevesse, analisasse os dados disponíveis e explicasse, “uma história que [tratasse] das grandes questões históricas e [contribuísse] para resolver problemas já inseridos na agenda da história”.

Uma das demandas que fez com que as mulheres começassem a adquirir um espaço social foi à necessidade de mão de obra no setor fabril, com o sistema capitalista em sua fase industrial, na década de 1970, estendendo-se até início da década seguinte, embora tenha sido um período penoso, de grande sofrimento para as mulheres, no que se refere às condições de trabalho inadequadas, inferiorização salarial, assédio sexual, jornada de trabalho excessiva, violência de gênero, tudo isso vinha acarretar a exploração da mão de obra feminina no mercado de trabalho.

No entanto, isso servia como fonte de pesquisas para historiadoras que traziam à tona um melhor entendimento sobre a vida das operárias no espaço fabril brasileiro, na consolidação do mercado capitalista industrial, que até então, só era visualizado através da imagem masculina.

Essas pesquisas durante esse momento histórico rendiam muitas averiguações sobre a vida da mulher, tanto dentro como fora de seu espaço trabalhista, especialmente em sua vida particular, os debates acerca do patriarcado colaborava no entendimento sobre as limitações de suas práticas políticas, frente às lutas sociais feminina, por exemplo.

Uma das questões a se considerar, que era problematizado pelas pesquisadoras, inclusive as sociólogas, ao falar sobre o patriarcado, era que embora as mulheres fossem em maior número no mercado de trabalho, elas não ocupavam cargos de comando, essa ausência nos faz pensar conforme Orlandi (2008, p. 10) que:

Não há corpo que não esteja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos de subjetivação nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais, assim como o modo pelo qual, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos.

Nesse contexto, tudo indica que socialmente e culturalmente haviam algumas resistências na participação efetiva de mulheres em cargos de liderança, elas eram banalizadas apenas como fonte de mão de obra barata, mesmo que exercessem a mesma função de um

homem havia essa diferença. As pesquisadoras centralizavam suas pesquisas na opressão feminina, opressão esta que não era baseada somente nos relacionamentos sociais desumanos, mas também na intensificação das estratégias de classe que mantinham e apoiavam a exploração de sua mão de obra como força de trabalho no mercado capitalista; este era um fator que pesava ainda mais contra as mulheres, pois eram oprimidas tanto no espaço privado como no público.

E talvez seja justamente aí que podemos pensar a noção de resistência. Fora dos padrões em que tem sido pensada. Porque as formas de assujeitamento são outras, a conjuntura histórica é outra, o capitalismo desenvolve outras formas de dominação e segregação. E se produzem outras formas de resistência (ORLANDI, 2017a, p. 225-226).

Então, pensando em outras formas de resistência, no intuito de se libertar da dominação e da segregação sofrida pelas mulheres no sistema capitalista, despontava uma esperança, “uma luz no fim do túnel” através do campo intelectual.

É importante ressaltar que as pesquisadoras fazendo parte ou não de movimentos feministas, ensejavam viabilizar as lutas das mulheres através de suas escritas o que marcou fortemente as décadas de 70 e 80. Período em que os movimentos femininos foram se intensificando e se fortalecendo mostrando outras formas de resistência, ganhando visibilidade no mundo inteiro.

No campo intelectual, várias foram as contribuições de pesquisadoras, historiadoras, sociólogas e filósofas, a começar pelo livro: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, escrito em 1967 pela socióloga Heleieth Saffiotti, este livro foi considerado como um marco por elencar em seu interior as problemáticas vivenciadas naquele momento, analisando a centralidade do patriarcado, denunciando a opressão e exploração capitalista e a violência masculina sobre as mulheres, que mesmo incorporando o quadro de trabalhadores, eram deixadas a margem da sociedade, como sujeitos periféricos, marginalizados, como forma de equilibrar o sistema capitalista.

Através de sua pesquisa, conforme Oliveira (2019, p. 26) fez-se “perceber que as classes sociais são atravessadas pelo sexo e este funciona como fator de inferiorização social”, ou seja, as mulheres eram sempre vistas como sujeitos submissos/subalternos aos homens naquela época.

Uma outra contribuição intelectual em se tratando das histórias das mulheres no Brasil que pode ser citada é *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, da socióloga Maria Valério Junho Pena, publicado em livro no ano de 1981.

Em sua obra é possível perceber que a submissão da mulher ao homem não teve início com o capitalismo, mas que este foi um fator de intensificação dessa dominação, e por isso explora concomitante sobre os assuntos patriarcado e capitalismo em suas análises, na busca de entender como se deu esse processo de desenvolvimento operário brasileiro e a inclusão das mulheres nas fábricas, em meio a escassez de mão de obra.

Pena (1981) aborda em suas análises a jornada feminina em sua organização ao trabalho no setor fabril, que vai da metade do século XIX até os anos de 1950, período em que predominou uma vasta quantidade de mão de obra feminina e infantil, que foram inclusas desde o início da industrialização, antes mesmo de seu desenvolvimento, mas que, posteriormente foram substituídas e/ou expulsas com frequência, sem nenhuma valorização.

Um grande desafio para as mulheres da época, era conciliar o trabalho com suas responsabilidades familiares, que até então eram colocadas como obrigação da mulher, o cuidado com a casa e os filhos. Nesse sentido podemos notar um certo egoísmo por parte do sujeito masculino, segundo Orlandi (2017a, p. 2017-2018) “não é inerente nem é característica definida da natureza humana; esta é transformada, pela própria atividade humana e pela sociabilidade (isto é, o conjunto das relações sociais), naquilo que é”. Assim, percebemos que essa não é uma obrigação somente da mulher, mas que é destinada a ela pela sociedade patriarcal da época.

Destaquemos também a publicação do estudo de June E. Hahner (1850 – 1937) sobre “A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas”, (OLIVEIRA, 2019, p. 26), traduzido e publicado por Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa em 1981, enfatizando a urgência do feminino no começo do século XX, momento em que a elite feminina cria uma imprensa própria para poder veicular informações convenientes a essa autoafirmação como sujeitos de direitos, utilizando-se de fontes como documentos históricos tais como: impressão de materiais sobre os congressos dos quais elas participavam, testamentos, jornais, revistas, etc.

Foi então, a partir daí, em 1981 que as historiadoras começaram a contribuir com seus estudos e pesquisas, nesta ocasião é reforçada e também reconhecida a atuação feminina como um sujeito histórico, a fim de enfatizar a presença significativa das mulheres como um sujeito transformador de suas condições sociais.

Uma gama de produtos historiográficos que dizem sobre/da mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas desde 1980 emergiram como forma de afirmar a presença do feminino no Brasil.

Resgatando, portanto, através desses documentos o cotidiano das mulheres acondicionado as fábricas e exaltando seus confrontos e greves, suas ações-exclusão nos sindicatos, no intuito de recuperar a multiplicidade de sentidos, de suas estratégias de resistências, suas capacidades de luta e comprometimento nas transformações sociais e históricas. Conforme Orlandi (2008, p. 129):

A textualização, a colocação do discurso em palavras, tem uma relação necessária com o político. Em todo dizer há confronto simbólico com o político: todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder. Essas relações se definem por sua inscrição em diferentes formações discursivas que representam diferentes relações com a ideologia.

Assim, as escritoras historiógrafas ao se posicionarem ideologicamente através de suas escritas já tinham um direcionamento significativo, um norte para onde se pretendia chegar, utilizando-se do confronto entre o simbólico com o político, em seus trabalhos em que a vida da mulher é mostrada como “produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeitos na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder” (ORLANDI, 2007a, p. 52).

Ao pensarmos a noção de resistência, devemos compreender que as diversas maneiras de assujeitamento em nossa sociedade de direitos e deveres são outras, devemos refletir sem apagar as diferenças, pois o capitalismo tem por objetivo impor na sociedade a segregação, para poder perpetuar o seu domínio ideológico. Logo, “pensamos que esta já é uma forma da ideologia funcionar na relação dos ‘alienados’ e as relações de poder” (ORLANDI, 2017a, p. 227), pois são efeitos de sentidos diferentes, que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma como se diz de um jeito e não outro.

Neste contexto, os assuntos abordados pelas escritoras e/ou historiadoras eram elaborados mediante as relações antagônicas entre público e privado, social e particular, demográfico e político, e abarcavam assuntos a respeito de família, casamento, maternidade, sexualidade, prostituição, educação, e até mesmo disciplinarização e/ou modelo de conduta imposto às mulheres, perfazendo antigas representações de família na historiografia e dando destaque principalmente na opressão históricas sofrida pelas mulheres.

Conforme Oliveira (2019, p. 27) “as pesquisas de Michelle Perrot, na década de 1970, que ressoaram no Brasil na outra década, contribuíram na ampliação da abordagem sobre a mulher e no uso de uma gama variada de fontes históricas”.

Foram muitas as contribuições nessa conjuntura histórica, em que se sobressai a mulher pobre, livre, escrava, aguerrida, sofredora, que vem se historicizando na vida social, se

reinventando em seu cotidiano, construindo outras formas de sobrevivência e resistência ao domínio machista e classista, como forma de defesa, deixando de ser um sujeito passivo confinado ao lar e a obediência e transformando-se em sujeitos ativos, em indivíduos formadores de opinião, opostos ao conformismo social resgatando toda trajetória feminina através da historiografia.

Todos dignos de menção, não se pode falar em contribuição intelectual quando se trata de mulheres sem mencioná-los, esses entre outros estudiosos contribuíram direta ou indiretamente dando visibilidade às experiências femininas, principalmente em detrimento a sua opressão histórica.

Todos esses autores e/ou historiadores não só contribuíram como intensificaram os papéis históricos das mulheres relacionando a sua força, como fonte de vontade de vencer, de se valer, de se fazer enxergar como sujeitos de direito, como agentes transformadores de uma realidade que pedia socorro. Além dos estudos e pesquisadores já citados neste trabalho, vários outros contribuíram com o campo intelectual feminino.

Rago, apud Oliveira (2019, p. 29) “afirma que não se trata apenas da incorporação das mulheres em grandes narrativas, pois a inclusão das mulheres ‘significou enveredar por outros campos temáticos e buscar novas referências metodológicas’”. Assim, em todas as obras, fazia-se necessário enxergar a mulher em sua diferença, longe de serem consideradas como sujeitos únicos e abstratos, mas em sua totalidade em outros temas que envolvam cultura, classe, raça/etnia, religião, nacionalidade, esses entre outros, a fim de desvendar de forma ponderada e evitar generalizações, num contexto de debate acerca da afirmação da identidade feminina. “A identidade é um movimento na história (E. Orlandi, 1990), e os sentidos podem ser considerados como simbólicos e históricos não terminados” (ORLANDI, 2008, p. 113).

Nesse sentido, as constantes preocupações abarcam sobre o significado de gênero que oferece suporte teórico referente as novas demandas das pesquisas sobre/das mulheres, num confronto entre feminino e masculino, buscou-se debater no campo social, como se constituem essas disparidade entre os sujeitos, notadamente entre o homem e a mulher. Considerando-se que os conceitos de gênero não diferem somente entre as diferentes sociedades e tempos históricos, mas igualmente dentro de uma determinada sociedade, com suas diferentes etnias, classes, crenças e culturas para e por sujeitos.

Conforme Oliveira (2019, p. 30) é importante “situar o leitor sobre algumas obras produzidas no estado do Paraná que contribuíram para romper com o silenciamento imposto às mulheres”. Nessa mesma linha de raciocínio de acordo com Silva apud Oliveira (2019, p.

30) “O que a análise mais perspicaz das fontes nos mostrou foi uma nova face da mulher brasileira, bem menos recolhida ao lar do que se julgava bem menos submissa ao homem do que se acreditava”.

Porquanto, essas pesquisas que dizem sobre/das mulheres do Paraná foram de grande importância para a história social e cultural do Estado, pois acabou desenvolvendo a categoria de análise sobre o gênero. Num momento em que este começou a aparecer no país, esta categoria surgiu de um deslocamento de sentidos referente o sujeito “mulher”, ao passo que o “gênero” invoca uma multiplicidade de sentidos. Temos assim, uma relação unívoca de gênero enquanto relações de poder, dessa forma, a dominação não se concentra mais fixamente no sexo masculino mas na sua relação com a linguagem, em sua prática discursiva.

Uma obra que marcou a produção historiográfica sobre as mulheres no estado do Paraná foi: *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na primeira República* (1992). Esta obra surgiu de uma pesquisa acadêmica realizada por Etelvina Maria de Castro Trindade, ela utilizou-se da imprensa periódica local:

Para compreender a educação, a cidade, a religiosidade e as mulheres curitibanas nos primeiros quarenta anos da República. Analisou um momento histórico marcado pelo desejo de autoafirmação dos valores republicanos, identificou os conflitos presentes na sociedade que, imbuída da ideologia positivista, colocava em evidência a presença da mulher, pois tinha forte preocupação com a sua formação. (OLIVEIRA, 2019, p. 30 - 31).

A autora tinha preocupação com seus conhecimentos, por isso, a ambivalência em sua formação, ela tinha que ser educada tanto para o lar, em seu espaço privado, como para o público.

Consagrou em sua obra “as mulheres da elite, a literata, a musicista, a pintora, a filantropa, mas também as mulheres do povo, barulhentas e ativas – prostitutas, verdureiras, leiteiras, comerciantes, operárias, domésticas” (OLIVEIRA, 2019, p. 31), não deixou ninguém de fora da disputa pelas esferas públicas da cidade contra os homens.

Conforme Oliveira (2019, p. 31) com a pesquisa de Roseli T. Boschilia podemos destacar “sua historiografia paranaense e também nacional”, bem como “a presença feminina no mercado de trabalho” (OLIVEIRA, 2019, p. 31), que promoveu maior interesse das ciências sociais em pesquisar a história, a partir do momento que tomou para si essa tarefa, apresentando ênfase da presença da mulher em outros espaços que por um prisma é contemplada na obra de Trindade.

A mulher é apontada nesta obra de Boschilia, como um sujeito trabalhador, o objetivo era dar mais intensidade ao conhecimento sobre as experiências vividas pelas operárias no setor fabril, envolvendo questões como identidade e formação no Brasil, mediante os primeiros estudos acerca de gênero. Para tanto, foram recorridas as fontes das fábricas, em registros que apontavam por intermédio de entrevistas e relatos realizados pela autora, a verificação de importantes elementos de análise sobre a vida das trabalhadoras.

Embora seus direitos sociais fossem garantidos historicamente, a efetiva participação das mulheres foi reduzida em prol de um sujeito paternalista, fato pelo qual elas faziam negações sobre seu trabalho, nos relatos de algumas mulheres, elas eram apenas colaboradoras, negando assim, o seu trabalho, suprimindo e silenciando sua presença nas fábricas por um longo período de tempo. Segundo Orlandi (2008, p. 130):

O estudo do silêncio desloca duas fronteiras: entre o dito e o não-dito, entre o dito e a exterioridade que o determina, confrontando-nos com a questão da natureza histórica da significação. A reflexão sobre o silêncio nos faz compreender um aspecto fundamental, o da necessidade do sentido formulável: se um sentido é necessário, ele é possível. O silêncio é a garantia desta necessidade pois o não-dito, o silêncio, significa.

Por este apagamento, num trabalho contra a evidência de sentidos, quando este migra devido sua natureza histórica, percebe-se um apontamento de uma perspectiva particular de trabalhadoras que relatavam um período de transição até se casarem. Ou seja, “os sentidos silenciados migram para outros objetos simbólicos atestando sua necessidade” (ORLANDI, 2008, p. 130), nesse caso das trabalhadoras, o casamento.

Notoriamente, havia dois grupos diferentes de trabalhadoras que tinham pretensão em angariar um matrimônio: as consideradas “ajustadas”, que possuíam um grau mais elevado de escolaridade, vindas de famílias imigrantes, traziam consigo valores como submissão e obediência para o ambiente de trabalho e as consideradas “insurgentes”, que foram enfeitadas das fábricas com serviços mais suave, inclusive em fábricas maiores, em lugar prejudicial à saúde, com alternância constante de mão de obra, o que faziam com que elas se rebelassem regularmente, contudo, não se inseriram em nenhuma luta para alcançar melhores condições de trabalho e igualdade em direitos. Logo, “o silêncio funciona assim como ponto de fuga em que os sentidos desdobram-se” (ORLANDI, 2008, p. 131).

Desse modo, percebemos que desde a década de 1960, todas as especulações e estudos acerca das experiências vividas pelas mulheres fomentou as Ciências Sociais e estimulou a investigação de como se deu na Ciência Histórica a participação social e política

que aflorou o surgimento de um movimento social, centralizado na questão que garantia igualmente toda e qualquer possibilidade de direitos com equivalência entre os sexos. Constituído por uma única categoria, especificamente as mulheres, o feminismo nasce da manifestação de um desejo em benefício do desenvolvimento político, social e civil feminino.

Desta forma, verifica-se que esse movimento se relacionou direta e historicamente nas lutas com o intuito de controlar as disparidades determinadas entre os dois sexos, ou seja, a fim de amenizar e diminuir o distanciamento dos sujeitos homens e mulheres.

As manifestações dos movimentos feministas em território brasileiro podem ser identificadas em momentos históricos diferentes, a priori como precursor transcrito do fim do século XIX até 1932, quando as mulheres brasileiras adquiriram o direito ao voto; no momento seguinte ocorrido após o ano de 1968, um terceiro momento ficou consolidado nos anos de 1980 com os procedimentos da restauração da democracia e do estado de direito no país após a ditadura civil-militar; quando as mulheres conseguiram alcançar via Constituição Federal alguns direitos sociais e por último, mas não menos importante, um quarto momento, nos anos de 1990, que conforme Oliveira (2019, p. 34) a partir:

Da ingerência de Organizações Não Governamentais (ONGs) nos anos 2000 a fim de promover a autoafirmação de sua existência, e pela disputa por uma ratificação legal das suas bandeiras de luta e criação de estruturas institucionalizadas mantidas pelo Estado.

Todos esses momentos serão lembrados e aprofundados no decorrer de nossas análises, principalmente os que se enquadram dentro do nosso recorte sobre as décadas que serão analisadas, que vai desde a década de 70 até o momento atual contemporâneo.

Internacionalmente, a década de 1960 foi marcada por grandes revelias, conforme Louro apud Oliveira (2019, p. 34) principalmente desde 1968, período em que foi promovido a contestação sobre o que seria realmente verdade em todos os setores da vida feminina, enaltecendo questionamentos sobre a mulher em seu papel social.

Esse movimento desfrutou de um intenso protagonismo de intelectuais, negros, estudantes, mulheres e jovens, ficou categorizado como a ‘segunda onda’ com início no fim da década de 60, mais propriamente em 1968, momento em que o feminismo além de se preocupar com as ações sociais e políticas, volta-se para as propriedades especialmente teóricas.

Pois é a partir daí que aparecem os conceitos de gênero, diante desse contexto de luta em meio às estudiosas e as militantes, de um lado, em confronto aos críticos e as críticas, de outro, em virtude da formação e problematização dessa categoria.

Conforme Oliveira (2019, p. 34), a publicação do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” da historiadora norte-americana Joan Scott, propiciou debates produtivos entre as “pesquisadoras e pesquisadores brasileiros em torno do gênero” (OLIVEIRA, 2019, p. 34) denotando uma nova espécie de análise.

Segundo Scott apud Oliveira (2019) foi por meio das feministas inglesas que adotou-se como distinto de sexo, o sentido de gênero, na busca de “rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual” (OLIVEIRA, 2019, p. 34) elas enfatizavam, por meio da linguagem, a natureza extremamente social das diferenças com base no sexo.

E assim permeando a crítica à história social, com a ideia de mostrar a singularidade na atuação entre mulheres e homens, ou mesmo, no intuito de mostrar suas diferenças numa cultura propriamente feminina, classificavam a mulher como “entidade social e empírica fixa” (idem, p. 34) que perdia a variedade dos sujeitos, expondo uma nova historiografia que se fortaleceu culturalmente ao longo dos anos no decorrer da história.

Deste modo, retomemos a categoria de gênero, que conforme já mencionamos surgiu de um deslizamento de sentido sobre o sujeito mulher, pelo simples fato de que o gênero aponta para uma multiplicidade de sentidos que não é possível ver na entidade social mulher, mas sim nas relações de gênero, através das relações de poder em suas discursividades, “E o que interessa, se pensarmos o discurso, é a possibilidade dos múltiplos sentidos e não a informação” (ORLANDI, 1983, p. 127).

Nesse sentido a noção de gênero significa porque traz consigo uma ruptura, quando surge a partir de um substantivo feminino, tornando-se outro com uma abrangência ainda maior, não se limitando apenas no sexo feminino, mas compondo-se pelos dois, masculino e feminino, num “jogo entre o mesmo e o diferente, tensão entre o uno e o múltiplo” (ORLANDI, 1983, p. 106). Conforme Orlandi (1983, p.109):

Do ponto de vista da Análise de Discurso, a mera repetição já significa diferentemente, pois introduz uma modificação no processo discursivo. Quando digo a mesma coisa duas vezes, há um efeito de sentido que não me permite identificar a segunda à primeira vez, pois são dois acontecimentos diferentes.

Desta maneira, percebemos que os sentidos sempre vão ser outros, mesmo que seja o mesmo dizer, as palavras vão significar conforme o tempo/espço e a situação em que acontecem, e “os espaços e o tempo da linguagem são outros” (ORLANDI, 1983, p. 130).

Nesse contexto sob a influência desse novo tempo, a partir dos movimentos feministas, assim como, a implantação da noção de gênero, a mulher que só era vista então numa posição sujeito de submissão ao homem, começa a encontrar seu espaço na sociedade, a integrar espaços outros que sequer imaginava ocupar.

A partir desse momento da necessidade de ressignificação sobre o papel social e político da mulher se despontavam as inovadoras aspirações femininas, através da Disney que apresentou princesas de acordo com a realidade vigente de cada momento. “Neste caso podemos dizer que essa forma de historicização do fato da mídia é o político no grau (máximo). E é essa transferência que produz novas formas de autoria” (ORLANDI, 2008, p. 183).

Os tempos mudam e é necessário que a mente humana mude também, para assim, acompanhar as novas tendências vivenciadas pelas mulheres. É preciso que haja mudança, pois a estagnação não abre espaço para o novo e suas evoluções, sejam elas quaisquer que sejam, humanas, tecnológicas, sociais e/ou científicas. “A necessidade de saber é constitutiva da forma-sujeito-histórica em nossa sociedade e as novas tecnologias de linguagem, disponíveis, concorrem para a configuração material dessa circulação, dessa divulgação da ciência.” (ORLANDI, 2008, p. 162)

Assim, a Disney acompanhou essas mudanças, mesclando ficção e realidade, num momento em que se fazia necessário acompanhar essas transformações sociais envolvendo as mulheres que teimavam em querer aparecer, assumindo sua autoria numa função discursiva “sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares” (ORLANDI, 2007a, p. 75). Deste modo, podemos entender que a atuação da Disney foi de fundamental importância nessa trajetória.

Ao passo que, “se a memória metálica se organiza em novos modos de (não) esquecimento, se a metáfora se dá em outra instância, também a textualização procede diferentemente e carrega consigo outras formas de autoria”. (ORLANDI, 2008, p. 183). Sendo assim, a Disney também assume para si esse papel de autoria, perfazendo as mudanças ocorridas em benefício a mulher em virtude dos movimentos feministas.

Há, pois, uma posição sujeito particularizada na textualização [...] essas novas tecnologias ao produzirem uma nova forma de autoria concorrem para a produção de um novo efeito-leitor e isto pode ser feito com qualidade e desembocar em deslocamentos sensíveis da relação saber/poder. (ORLANDI, 2008, p. 162)

Da mesma forma como as mulheres eram vistas após as demandas feministas, as princesas também eram, acompanhavam um sentimento de liberdade, sempre determinadas, independentes, obstinadas e questionadoras, preservando a diferença étnica, diante da demanda dos padrões de globalização ocorrida nesse período.

Como pode se verificar as princesas, Bela, Mulan, Ariel, Jasmine e Pocahontas já não esperam pelo príncipe encantado de “braços cruzados”; mas passam a traçar o seu próprio destino adotando o papel de salvadoras quando resgatam e/ou ajudam seus homens para juntos viverem uma história de amor. Conforme Orlandi (2008, p. 183):

Nessas novas formas, mantêm-se a incompletude e a dispersão, embora a vontade da onipotência de um dizer total, onnipresente, se reforce. Mas trata-se sempre da formulação da discursividade. São nossas “ilusões” que se alteram ao compasso da intrincada relação entre ciência-tecnologia-administração que preside ao gerenciamento de nossas relações com os sentidos, na divisão social do trabalho da leitura, na injunção aos modos de interpretar.

Por trabalhar direto com o imaginário infantil, os heróis dos filmes de aventura, de sucesso, ação, tragédia, amor abrangendo a comédia, de forma evidentemente atenuada, esses heróis se encaixam no sentido divinizador das mitologias.

Assim como a estrela que é sempre protagonizada por um herói ou uma heroína que adota a parte da essência heroica, ou seja, gerando os heróis nos filmes, essas animações mexem com o imaginário infantil passando por gerações com diversas maneiras de significar até chegar à grande tela, assim, fazendo as crianças a copiar, se inspirar nesses contos a fim de vencer os seus próprios desafios, principalmente as meninas que geralmente são mais sonhadoras com a idealização de um príncipe encantado, portanto, as crianças crescem inspirando-se nessas fantasias, despertando expectativas de um mundo irreal, fictício.

Mesmo diante dos avanços alcançados pela mulher, podemos identificar que a igualdade de direito se trata de uma realidade relativamente distante, uma vez que o ideal igualitário reivindicado pelo movimento feminista assumiu essa perspectiva, na prática, com o acúmulo de funções e não com a efetivação da igualdade de fato. Reconhecendo que há diferença salarial para o mesmo cargo com percentual maior para o sexo masculino, sem contar com a questão da ideologia machista, que se aplica na distinção aos cuidados da casa e dos filhos.

Contudo, não se pode negar a liberdade, autonomia e independência social e financeira alcançadas pela mulher, que tem sido seguida pelas produções da Disney, que demonstram essas alterações, estimulando as novas representações e identidades femininas, incluindo a neutralidade de uma figura masculina para elucidar a felicidade da mulher.

Cinematograficamente, diante da influência social todas as princesas apresentam os desejos das mulheres da mesma época em que foram criadas, a fim de retratar o seu papel na sociedade, mesmo que a beleza estereotipada nos contos seja ainda um padrão e que na atualidade as mulheres desejam alcançar.

Destarte, a representatividade feminina atravessou alterações expressivas, levando a mulher para um patamar de igualdade, para a desconstrução da diferença de gêneros definindo uma nova identidade feminina, como mulher guerreira, decidida, distinta, com uma elevada capacidade de encarar a nova vivência social sozinha, com muita auto estima para enfrentar seus próprios desafios.

Nessa amplitude de possibilidades, podemos dizer que o gênero audiovisual através dos filmes da Disney cria em seu público um julgamento crítico e social, oportunizando o acesso em obras mais contemporâneas e transformadoras que oferecem ferramentas de estudo, análise e reflexão sobre o feminismo. “Podemos, pois, afirmar que na mídia e nas novas tecnologias de linguagem trata-se ainda e sempre da textualização (formulação), da constituição de sua autoria” (ORLANDI, 2008, p. 183).

É de suma importância o estudo científico e acadêmico desta categoria, nas produções originárias do cinema, devido a sua comunicabilidade, por meio de seus recursos técnicos, estéticos com estratégias narrativas, o gênero audiovisual causam maior interesse e carisma em seus telespectadores acarretando maior audiência. “São os seus modos que se deslocam. São os percursos significando na forma mesma em que se irrompem os discursos. Prendendo-nos na rede (trama) das suas múltiplas versões” (ORLANDI, 2008, p. 183).

No cinema de animação pode se verificar a presença de uma das mais antigas narrativas orais que absorveu a forma audiovisual, por exemplo, o conto de fadas, o qual faremos algumas explicitações sobre suas passagens diante dos movimentos feministas.

Embasados historicamente nas antigas mitologias, os contos de fadas permanecem estimulando o imaginário da sociedade, fato pelo qual originou grandes filmes de sucesso extraordinário, podemos verificar figuras antagônicas e dicotômicas de mulheres em muitos desses contos. Conforme Dias (2016, p. 15):

Todos eles constituem a digitalidade desta unidade significativa, cuja interpretação deriva de um discurso que a sustenta, o do feminismo em sua constituição pelo digital, que encontra no digital outras formas de existência histórica, outras filiações, outros discursos.

Assim, essas novas tendências da Disney significam pelo digital, pelas novas formas de significar, os contos de fadas, encontram através das tecnologias midiáticas outras formas de significação, sobretudo, pelo seu alcance instantâneo de espectadores, bem como, a forma como esse conto significa para cada um, considerando-se a sua subjetividade, ao passo que cada indivíduo interpretará conforme suas experiências sociais e/ou culturais vividas, “garantindo um funcionamento da máquina ideológica por meio das relações de poder e de produção-reprodução do trabalho” (DIAS, 2016, p. 11).

Branca de Neve foi o longa-metragem inicial de Walt Disney, foi produzido durante a primeira onda do feminismo, no ano de 1937, é importante mencionar este fator temporal que nos faz identificar o momento em que foi produzido para poder entender além das entrelinhas a imagem de mulher que se destaca e se afirma neste contexto histórico que aconteceu antes da Segunda Guerra Mundial, especificamente nos anos 30.

Trazendo à tona uma representatividade do ideal de mulher, num discurso de como deveria ser a mulher, naquela época, vislumbra em sua trama uma imagem de mulher recolhida ao lar, feliz ao realizar suas atividades domésticas, sem nenhum anseio e/ou esperança de mudança de vida, sente prazer em cuidar da casa, dos filhos, imbuída no papel de mãe ao cuidar dos “anões”, é apenas uma “mulher grata”, esse deveria ser o papel social da mulher.

Cinderela foi um conto lançado em 1950, no decurso da Segunda Guerra Mundial, não muito diferente do primeiro, mas percebe-se que a partir deste a imagem da mulher sofre uma leve mudança, talvez pela insistência dos movimentos feministas, a Disney começa a modelar um comportamento feminino diferente, pois nesse conto a mulher já não sente mais prazer na realização de seus afazeres domésticos, enxerga-os como imposição, como obrigação, do qual deseja ser resgata pelo homem (príncipe) com uma boa situação financeira.

Foi nesse contexto histórico que as mulheres alcançaram o mercado de trabalho, devido à falta de mão de obra masculina que foram recrutados para o exército devido a guerra. Foi nesse período também o auge do capitalismo, com o surgimento de grandes potências mundiais como os Estados Unidos, por exemplo, com o fim da guerra, pois as pessoas começaram a desejar um padrão de vida mais elevado, com mais conforto através das máquinas.

Dessa maneira a imagem do príncipe encantado representa a figura masculina da época, que teria que dar conta financeiramente de manter uma família com esses padrões, para que a mulher pudesse ser representada apenas com os cuidados de sua beleza e bem-estar, ressalte-se que esses padrões eram apenas para a sociedade elitista da época.

A Bela Adormecida foi lançada em 1959, é um conto que traz em seu contexto o casamento por interesse, não por parte da mulher mas da própria família, era o chamado sistema de dote, o casamento era um acordo entre as famílias que já pretendiam seus filhos desde criança.

Assim, de acordo com o enredo, a mulher representada na imagem da princesa Aurora indigna-se ao descobrir que já possuía um pretendente e tenta fugir. As discursividades dessa trama aponta a submissão da mulher e a resistências dos valores sociais da época, de soberania do patriarcado.

A Pequena Sereia foi um conto de fadas lançado em 1989, período em que se passa a terceira onda dos movimentos feministas, iniciado na década de 80, em sua trama a imagem da mulher é mostrada como um sujeito alegre, curioso e desobediente, que anseia em viver novos caminhos. Tal desobediência pode ser significada de acordo com o contexto vigente como uma vontade de fuga de muitas mulheres que ainda viviam num universo de submissão aos maridos e/ou aos pais.

O enredo traz uma simbologia que influencia a mulher a se (re)significar, a buscar novos valores rompendo com as normas/regras sociais, percebe-se essa necessidade de transformação pela metáfora de passagem de sereia à mulher. Percebe-se também uma alteração no papel do pai que estimula essa transposição de identidade.

Não obstante, foi esse o auge dos movimentos feministas, período em que as mulheres conseguiram sua inserção na Constituinte, pois a Constituição Federal de 1988 garantia uma série de direitos à mulher, com a concepção desses direitos havia essa necessidade de (re)significação.

A Bela e a Fera já é um conto de fadas diga-se de passagem mais moderno, que foi lançado em 1991, a partir da quarta onda do feminismo, iniciado no ano anterior em 1990, a mulher protagonista representada nesta trama, diferente de todas as outras princesas, tem um gosto peculiar pela leitura, com isso, desprende-se da busca por um modelo de “homem ideal” contemplado nos contos anteriores, aqui a paixão da mulher é a leitura, pois num contexto em que se despontam mulheres “livres”, a leitura é a melhor liberdade, pois é a partir dela que é possível pensar, questionar o que está posto.

Nesse conto a imagem masculina ainda é transmitida com resquícios conservadores, extremamente machista representado por “Gaston” um sujeito grosso, rude, porém, lindo, perfeito, sonho de toda mulher, ou melhor, quase todas, pois aqui a mulher desejada por ele o rejeita, ela o enxerga para além das aparências, que intenta mantê-la submissa, negando-lhe sua capacidade de pensar e/ou decidir as coisas por si só. O simples fato dele poder ter qualquer mulher e correr atrás de somente uma que se diferencia das demais demonstra o valor singular das mulheres frente as suas lutas.

Nesta trama a contradição significa de acordo com o contexto histórico-social, a mulher não quer o marido perfeito e sim o marido que possa lhe proporcionar liberdade, que seja companheiro, o enredo se desenrola num espaço de significações que demonstra que o amor é um fator de transformação e que o caráter das pessoas tem que ser visto para além das evidências.

Alladin é um conto também mais moderno, produzido em 1992, o enredo acontece num período de muita resistência masculina com relação as mudanças que vem acontecendo gradativamente em prol da mulher, resultado dos movimentos feministas.

Aqui a representatividade da mulher é colocada num status de personalidade muito forte, que se manifesta contra os casamentos arranjados imposto por lei, para que a mulher não perca sua herança. Jasmine é a primeira princesa com situação financeira mais privilegiada que o príncipe.

É nesse contexto que a trama se desenrola, na busca por mudanças, com relação ao casamento, percebe-se desde o título a sua contradição com a trama em que a personagem feminina apresenta uma posição social distinta do personagem masculino. Pois o nome do conto “Alladin” indica uma trama que mostra o sujeito masculino como protagonista, porém, a personagem principal é Jasmine, é ela quem foge do seu espaço social, em que se vê amparada, no intuito de convencer seu pai a aceitar suas escolhas.

Pocahontas foi um conto lançado em 1995, aqui a mulher ainda é vista como sujeito objeto, no que se refere ao fato de serem prometidas em casamento, contudo, ela não quer e/ou não aceita esse casamento arrumado. Nesta perspectiva de mudanças com direitos garantidos Constitucionalmente percebe-se a resistência com relação a alguns valores do conservadorismo.

O contexto histórico aponta uma mistura de classes, raça e etnia, e assim, desencadeia uma trama a fim de mudar as opiniões e os valores que estão posto, rotulados, e assim, por intermédio do diálogo, consegue-se evitar uma guerra entre os índios americanos e os colonos europeus.

E o melhor da trama que pode-se observar é que apesar dela conseguir se livrar do casamento, podia ficar com o homem amado, por quem ela se apaixonou durante o enredo, porém prefere a sua liberdade, uma forma de continuar reafirmando sua condição como mulher, o espaço social conquistado, de mulher livre, feliz com suas escolhas.

Mulan foi lançado em 1998, a trama contextualiza a forma de vida oriental, em que as mulheres eram limitadas aos serviços domésticos e a criação dos filhos, a mulher teria que ser reservada, equilibrada, calma, graciosa, refinada, educada, pontual e dedicada, todos esses adjetivos as qualificavam como sujeitos submissos aos homens, homem e mulher não podiam ocupar um mesmo espaço social.

A protagonista significa por não se enquadrar neste padrão de comportamento, por não desejar se casar, não se identificar com a imagem de mulher daquele tempo, não gostava de se maquiar e muito menos de suas vestes, porém, não queria contrariar a família.

Todavia, num momento em que as questões de gênero ganham destaque, é possível de se perceber neste enredo em dois momentos, sua luta, a fim de extinguir as desigualdades de gênero: ao ocupar o lugar social de um homem disfarçada como tal e assim desempenhar seu papel muito melhor que qualquer outro guerreiro, fato pelo qual ela é deixada para trás quando sua identidade é revelada. E quando consegue convencer os guerreiros a seguir o seu plano de salvação ao imperador, configura-se uma alteração significativa nos padrões da época com relação a mulher, que até então, era estigmatizada por uma ideologia machista.

A luz dos movimentos, esse conto mostra uma crítica a opressão feminina e a sua desvalorização, opondo-se ao padrão dos demais contos, evoca valores como a honra ao pai e a proteção a família. Não vislumbra amor de nenhum príncipe.

A princesa e o sapo é um marco temporal de transição para as princesas mais contemporâneas, o conto foi lançado em 2009. Nessa trama invertem-se os papéis, pois o príncipe é quem procura uma mulher rica para se casar, outro marco importante também é a transposição da imagem das princesas até então mencionadas para a imagem de uma princesa afro-americana, colocando em evidência a relação entre raça/etnia, e também a independência da mulher em querer resolver seus próprios problemas, sua autonomia em buscar a realização de seus sonhos, independente da figura masculina, que simboliza apenas um acessório.

Nesse sentido, é possível perceber que as mulheres negras passam a integrar o seu espaço social que até então lhe foi negado, é importante mencionar que este conto foi lançado em um momento de grande significação contextual, de afirmação de igualdade e capacidade enquanto seres humanos, pois foi o ano em que o primeiro presidente negro assumiu a

presidência dos Estados Unidos. Mais uma vez o amor familiar se sobressai ao amor na imagem de um homem (príncipe).

Enrolados foi lançado em 2010, em sua trama enfatiza a imagem de mulher que busca sua independência e autonomia através da liberdade, integrando contos contemporâneos que fogem dos padrões tradicionais de comportamentos, é possível perceber que a felicidade da mulher não está relacionada ao homem (príncipe), mas no seu desejo de ser livre.

Assim, por romper com padrões sociais e tradicionais comportamental vemos que não é o príncipe que a salva, pelo contrário. A figura masculina é representada numa imagem totalmente oposta aos padrões dos príncipes personagens dos outros contos, por se tratar de um ladrão, este não poderia assumir o status de provedor familiar. Acentua-se os desejos femininos, suas lutas, e os caminhos trilhados.

Valente foi lançado em 2012, sendo este um conto mais contemporâneo, em que se desponta a necessidade de afirmar a representatividade de gênero, passa a mostrar imagens femininas totalmente oposta do que representa uma princesa, “Mérida” não liga com os padrões estéticos de beleza e/ou etiquetas.

Percebe-se algumas dicotomias na imagem de mulher entre os sujeitos mãe e filha, dois papéis sociais distintos, que se confrontam em suas discursividades, em que a resistência é ideologicamente trabalhada, em duas vias de fato. Uma no intuito de manter determinados padrões femininos e a outra em distanciar-se deste por não se enquadrar no mesmo. A oposição, o contraste é significativo, e prepondera neste conto. Haja visto, que até o título “Valente” se contradiz num enredo protagonizado por uma mulher.

Mais uma vez, tem-se uma princesa que abomina a ideia de se submeter a um casamento “ajeitado”, seus modos desafiam valores e/ou regras ainda vigentes, ao querer decidir o rumo de sua vida, porquanto, a trama se desenrola com esta conquista de liberdade e independência, bem como, o fortalecimento de laços afetivos com a família, a sua felicidade se faz no cultivo ao amor familiar e não ao relacionamento amoroso provido de um príncipe.

Frozen foi lançado em 2013, neste conto vem se acentuando cada vez mais a imagem da mulher na contemporaneidade, distanciando as princesas atuais de estereótipos clássicos, pois diferentes de todos os outros contos este traz em seu enredo o fortalecimento do amor fraterno, do cuidado entre irmãos, assim como, mostra a imagem de uma mulher bem mais fortalecida, distante dos padrões tradicionais.

Percebe-se pela alegoria das cenas geladas, a partir do poder sobrenatural de “Elsa” um total esfriamento com relação ao amor em seu sentido usual da relação homem e mulher, principalmente quando esta não concorda com o fato da irmã querer se casar, que ela tenha se

apaixonado à primeira vista, “Anna” mostra assim, uma reprodução dos comportamentos das princesas tradicionais e inconsequentes, e este querer é contestado pela irmã mais velha, que ocupa uma posição de cuidadora de sua irmã e quer o melhor para ela. Mais uma vez a contradição entre os personagens vem carregados de significações, num embate entre o clássico, o velho, o que está posto e o novo.

Assim, no desenvolvimento do enredo, com medo de fazer mal a sua irmã, de transferir tais sentimentos congelativos, Elsa foge. Ao preocupar-se com a irmã mais velha “Anna” sai em busca de encontrá-la, e no caminho encontra “Hans” que a ajuda encontrar e também a descobrir que não existe amor à primeira vista.

Desta maneira, nesse contexto de reafirmações, a Disney apresenta a única princesa a reinar sem a imagem masculina ao seu lado, demonstrando a sociedade vigente atual, em que se configura a imagem de mulher, que se assume em seu poder como tal, suas capacidades e seus desafios e mostra que sua felicidade independe da imagem masculina. A imagem de príncipe ficou esquecida no passado.

Em todos esses contos lançados nesse período de afirmação do feminino, de manifestações em prol da mulher, o discurso presente significa considerando sua historicidade, afirmando e reafirmando a cada novidade na expectativa de vencer e avançar nas conquistas femininas, a resistência se aplica tanto de um lado quanto do outro.

A Disney retrata várias significações desse sujeito em suas produções, trazendo a representação social da mulher que vem se historicizando, ganhando independência e autonomia, através de uma nova identidade, desconstruindo diferenças de gênero e afirmando direitos outros, no que tange a igualdade, a nova realidade, nesse processo de (re)significação do seu papel social.

Ressalte-se que os contos de fadas estão sendo mencionados de forma sucinta neste trabalho a título de mostrar como se deu esse processo de transição da mulher de um período conservador em que sua principal função era cuidar dos afazeres domésticos até os dias atuais com a mulher independente em suas múltiplas facetas, através das princesas pelas vias midiáticas. A junção desse conjunto de ideias intenta contribuir no entendimento desses Discursos sobre o *empoderamento* da mulher, objeto dessa pesquisa.

## **1.2 Mulheres que se destacaram ao longo dos anos**

Percorrer nos caminhos e na trajetória histórica de algumas mulheres, deve dar conta de grande parte das reflexões que se levantam até aqui para entender sobre o *empoderamento*

feminino, como ele vem se firmando e/ou afirmando ou não em meio a uma sociedade que se mantém extremamente machista.

As mulheres assim como vários outros grupos de pessoas oprimidas, considerando-se principalmente a etnia racial, são deixados à margem da sociedade, a margem de sua significação, a margem dos dizeres, são silenciadas, segregadas a uma modelo de vida inadequado, como seres incapazes de autonomia, no entanto, é preciso dar voz a essas mulheres, ao *non sense*, elas precisam reconhecer que são capazes, são sujeitos de direitos, para que se faça a mudança necessária em vossas vidas, muitas vezes as mulheres não tem consciência de seu próprio poder.

Os Estudos historiográficos sobre a mulher, ao interesse em saber sobre esse sujeito, começaram a aparecer a partir da década de 1970 no Brasil, por meio das historiadoras que se debruçaram sobre o tema, interessadas pelos modos de vida: pública e privada das mulheres, em suas lutas frente aos seus interesses, através de produções predominantemente femininas, quando estas foram inseridas no mercado de trabalho e no âmbito acadêmico. Motivadas especialmente pelos movimentos feministas que carregavam consigo características perceptíveis de um desejo feminino emancipatório.

Para falar sobre as mulheres, principalmente as que se destacaram é necessário, olhar desde o princípio, quando tudo começou, quando as mulheres começaram a correr atrás dos seus direitos, a partir dos movimentos sufragista de 1792, em que a Inglaterra foi precursora, reivindicou o direito ao voto e a defesa da educação para meninas.

Porém sua prioridade era direitos políticos para mulheres. Essa reivindicação iniciada em meados de século XIX alcançou o mundo no século XX e foi atendida por quase todos os países.

Na Grã-Bretanha, no dia 04 de junho de 1913, a professora Emily Davison (1872-1913) militante integrante do movimento sufragista em um ato inconsequente e de extrema coragem com o intuito de propagar as lutas sufragistas, tornou-se um mártir ao pular defronte do cavalo do rei Jorge V no decurso de uma corrida do qual ele participava, fato que lhe causou a morte. Foi então, a partir daí que o movimento se espalhou por vários países da Europa, inclusive nos Estados Unidos que contribuiu para um alcance mundial.

Pois neste mesmo ano na cidade de Washington, no dia 03 de março ocorreu a primeira manifestação denominada “Marcha das Mulheres” onde reivindicaram o direito ao voto, esse movimento foi considerado um grande marco histórico para as feministas americanas, pois foi o começo do sufrágio no país, por conseguinte, travou-se uma luta entre a classe política contra a sociedade, que se estendeu por décadas nessa relutância. Havia uma

contradição com relação ao voto nos Estados Unidos, haja visto que, as mulheres podiam se tornar candidatas desde o ano de 1788, contudo, só adquiriram o direito de eleger seus representantes a partir de 1920 quando este direito foi aprovado.

Nesse mesmo período as lutas sufragistas coincidiram com outras lutas como a luta contra a escravidão, por exemplo, destacando-se na época a afro-americana abolicionista Harriet Tubman, conhecida como “Black Moses” que além de conduzir vários escravos à libertação também era uma das maiores palestrantes do sufrágio norte-americano. Apesar de as mulheres negras aderirem ao movimento sufragista, havia uma resistência por parte das sufragistas brancas da região sul do país, que oprimiam as mulheres negras. Mesmo estando em consonância com o movimento e lutando por seus direitos, tanto as mulheres negras como os homens só conquistaram o direito ao voto no país inteiro no ano de 1960. Percebe-se que a discriminação racial vai além de muitas outras discriminações.

O movimento de sufrágio ganhou amplitude com temas relacionados a escolaridade, renda e raça/cor, algumas restrições que foram derrubadas anos depois da sanção ao voto feminino. Os direitos políticos foram ampliados quase no mundo inteiro, contudo, existe uma sub-representação da imagem feminina no poder executivo e nos congressos. Há muito ainda que se fazer para não deixar que essas lutas sejam em vã, como diz Simone Beauvoir (1949) é preciso nos mantermos sempre vigilantes ao longo da vida, pois toda vez que tiver qualquer crise política, religiosa ou econômica, nossos direitos serão sempre questionados.

Isso demonstra que existe um grande percurso a ser trilhado e que não se deve abaixar a guarda! Faz-se necessário mencionar aqui que o desenvolvimento desse movimento ocorreu no mesmo cenário da denominada primeira onda do feminismo, que se juntou as outras demandas políticas, sociais e jurídicas, em meados do século XIX, numa ocasião de consolidação da modernidade, período em que a Europa ficou marcada por extensas modificações políticas, culturais e sociais, em especial com relação ao trabalho que foi fomentado pelas Revoluções Francesa e Industrial.

O movimento representou uma mudança para a sociedade moderna que estava sendo estruturada, através da urbanização e industrialização, porquanto, democraticamente se ausentava de proteger os direitos da mulher quanto a exploração do trabalho.

Observa-se que apesar da necessidade da mão de obra feminina não era concedido direito à igualdade salarial, nem tão pouco uma jornada de trabalho compatível.

Ao sufrágio juntou-se diversos tipos femininos, de diversas classes sociais, diferentes graus de instruções e propósitos, que se uniram em prol de um reconhecimento da cidadania das mulheres através da exclusão dos direitos políticos que até então, era destinado somente

aos homens, para beneficiar as mulheres que assim, atingiriam seus propósitos, com relação à administração de bens, divórcio, liderança, educação formal, e até mesmo melhorias na qualidade de vida e trabalho.

As coação e intimidação de mulheres aconteciam de diversas maneiras, a tentativa de inibir e constranger era constante, eram ironizadas e presas com frequência. Mesmo assim, as mulheres não se intimidavam e o movimento sufragista foi ganhando forças.

Destaque-se desse movimento a inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), ativista, filósofa, escritora e defensora dos direitos das mulheres, publicou no ano de 1792 o artigo “*Uma Reivindicação dos Direitos da Mulher*”, é vista como fundadora da filosofia feminista, para ela tanto a mulher quanto o homem necessitariam ser tratados com igualdade racional, considera que a mulher não é inferior ao homem e ressalta que o que os diferenciam é a educação, foi de fundamental importância como influenciadora dos movimentos feministas.

Evidencie-se também a educadora inglesa Millicent Garret Fawcett (1847-1929), ativista feminina, escritora, política e líder sindical, que fundou em 1897 a *União Nacional das Sociedades Pelo Sufrágio Feminino*, que foi uma importante agremiação pela luta das sufragistas, ela buscava melhores condições de acesso às Instituições Universitárias para as mulheres, foi uma grande defensora nas lutas pelos direitos da mulher pregando uma igualdade em direitos entre homens e mulheres.

Ressalte-se também a britânica Emmeline Goulden Pankhurst (1858-1928), ativista política, está entre as fundadoras do movimento sufragista britânico, ela lutava em defesa do direito ao voto para as mulheres com classe média alta, era líder feminista e junto a outras sufragettes formaram a agremiação *Women`s social and Political Union* em 1903, elas faziam suas reivindicações de forma pacífica e não pacífica através de propaganda, desobediência civil, etc.

Embora a Inglaterra tenha sido a pioneira nas lutas sufragistas, as inglesas só puderam votar no ano de 1918, depois da *Primeira Guerra Mundial*, e ainda o direito ao voto feminino só foi adquirido por algumas mulheres donas de propriedades, o voto foi generalizado a todos no país somente 10 anos depois, em 1928.

Destaque-se a feminista inglesa Catherine Wilson Malcolm, popular Kate Sheppard (1847-1934), ativista feminista mais famosa, membro do movimento sufragista neozelandês, tinha uma participação ativa em organizações religiosas e sociais, com grande poder de persuasão em suas oratórias e habilidade nas escritas, estimulou o interesse pela política na legislação sobre o controle de bebida alcoólica, no intuito de extinguir com a violência doméstica causada por homens bêbados, essa atitude contribuiu para garantir as mulheres o

direito ao voto na Nova Zelândia no ano de 1893, se tornando o país pioneiro em garantir o voto feminino.

Nízia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), potiguar ativista feminista, escritora, educadora e poetisa, foi a pioneira dos movimentos feminista no Brasil, grande influenciadora educacional, presava pela condição feminina, defendia os ideais abolicionistas, republicanos e primordialmente os feministas, publicou um artigo intitulado “*Direito das Mulheres e injustiça dos homens*” com o intuito de defender o ingresso igualitário à educação e aos direitos políticos femininos. Era uma militante em diversos sentidos, envolvia-se nos propósitos culturais de sua época em defesa dos direitos femininos, dos índios e escravos.

Os primeiros requerimentos de direitos pelo voto feminino reportam ao Brasil Império. Mas a primeira associação feminina de busca por direitos políticos foi fundada desde 1910 pela líder professora e indigenista e sufragista Leolinda de Figueiredo Daltro (1859-1935) juntamente com a poetisa Gilka Machado (1893-1980), que foi o “*Partido Republicano Feminino*”, sua pretensão era estimular as mulheres a lutar pelo direito ao voto, elas permaneceram mais de uma década no cenário político carioca lançando críticas pela incompleta cidadania das mulheres, gostava de causar repercussões através da imprensa para alavancar suas lutas em benefício da mulher.

Em uma de suas escritas em resposta a um leitor indignado por Maria José Rabelo ter conseguido o direito de inscrever-se em um concurso público do Itamarati e ser aprovada, faz referência do leitor a um “Adão zangado” ao defender o pleito da candidata, trazendo a memória a história do Gênesis, um retorno a criação do mundo e do homem.

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 2003, fundou através da Resolução 233, o Diploma Mulher Cidadã conferido a Leolinda. Além da educação dos indígenas, onde defendia a catequização dos índios sem a intromissão da igreja, o sufrágio feminino foi seu maior desejo de realização.

Em 1920 fundou-se a segunda associação intitulada “*Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher*” que posteriormente em 1922, passou a se chamar “*Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*” (FBPF). Destacou-se a líder ativista feminina Bertha Lutz (1894-1976), educadora, bióloga, diplomata e política, que manteve-se aliada internacionalmente aos movimentos feministas através da americana Carrie Lane Chapman Catt (1859-1947), a mais importante líder sufragista da época, que dedicou grande parte de sua vida a expandir os direitos das mulheres ao redor do mundo, assim como, ensejava a paz internacional, suas extensas contribuições levaram a ratificar a 19ª Emenda à Constituição americana que externou o direito ao voto para as mulheres americanas em 1920.

A proximidade internacional de Bertha tinha o propósito de agregar mais força e amparar a agremiação nacionalmente e seu intuito primordial era garantir constitucionalmente os direitos políticos conferidos a mulher e prepará-la para usufruí-los com muita inteligência.

O grupo FBPF criou em 1929 a *União Universitária Feminina*, que foi renomeada em 1961 como *Associação Brasileira de Mulheres Universitárias*, um dos principais objetivos era incentivar as mulheres a cursarem um ensino superior.

Bertha foi uma das figuras mais relevantes no feminismo e na educação nacional do século XX, foi a segunda mulher a integrar o Serviço Público no Brasil em 1919, como pesquisadora e secretária do Museu Nacional do Rio de Janeiro, passando a chefia no departamento de Botânica, cargo que ocupou até sua aposentadoria. Foi também a segunda deputada mulher a ocupar um cargo, mesmo que seu mandato tenha sido limitado pelo Estado Novo

Juvenal Lamartine de Faria (1847-1956), Senador do Rio Grande do Norte foi um grande adepto do movimento de Bertha e patrono do voto feminino, pois desde 1917 ele já tinha apresentado ao Parlamento em benefício das mulheres proposições de lei e revisões na Constituição relacionado ao voto. Percebe-se que as mulheres tinham um grande apoio nesse Estado brasileiro, pois foi nele que se elegeram Luzia Alzira Teixeira Soriano (1897-1963), a primeira mulher prefeita no município de Lages, em 1928, antes mesmo das mulheres conseguirem o direito ao voto. E mesmo depois da redemocratização de 1985, ainda conseguiu eleger três governadoras, representando um terço das mulheres.

Foi então, a partir de 1927 que o movimento sufragista, em especial o FBPF fortaleceu-se e adquiriu inclusive uma assessoria jurídica (Advocacy feminino) a fim de que suas integrantes pudessem se alistar como sujeitos votantes e divulgassem suas opiniões pertinentes.

O atual presidente do Brasil, em 1930, Getúlio Vargas (1882-1954), determinou uma sub-representação para o legislativo no intento de sugerir uma reforma nas eleições, pois tal como já existia o movimento FBPF liderado por Bertha Lutz, já havia mais dois movimentos divergentes, que eram a “*Associação Feminina João Pessoa*” (MG) que tinha como líder a advogada sufragista Elvira Komel (1906-1932), e a “*Aliança Nacional das Mulheres*” (RJ) liderada por Nathércia da Cunha Silveira (1905-1993) advogada. Esse conjunto atuou com mesmo objetivo nessa reformação eleitoral que era a aprovação do voto para mulheres.

Todavia, no ano de 1931, no plano inicial da elaboração desta novidade eleitoral, foi proposto por esse conjunto que o voto fosse restringido somente as mulheres financeiramente autônomas, deixando de fora da proposta as mulheres solteiras, bem como as dependentes

financeiramente do marido. Havendo assim, protesto por parte das sufragistas que fizeram novas conferências e levaram suas deliberações a subcomissão eleitoral.

Assim, mediante pressão pelo movimento, foi aprovada a nova lei eleitoral em 24 de fevereiro de 1932, que conferia o direito ao voto a todas as mulheres brasileiras, maiores de 21 anos, alfabetizadas e assalariadas, após muitas lutas travadas. Somente em 1965 o movimento sufragista conseguiu a integração geral das mulheres, com restrição as analfabetas que foi a partir de 1985. Já são 91 anos de direito adquirido na oportunidade do sufrágio. Vejamos uma imagem<sup>2</sup>, de acordo com o ano em cada mulher adquiriu o direito ao voto por países.

Figura 1 - linha do tempo de aquisição do direito ao voto feminino por países



Recentemente no ano de 2021, foi lançado um documentário no canal da HBO, sobre o papel importantíssimo de Bertha Lutz em garantir que as questões de gênero estivessem agraciadas nas bases da Organização das Nações Unidas (ONU).

O movimento sufragista Francês ocorreu durante a Revolução Francesa (1789) na luta pela universalização dos direitos civis, destituindo assim, o monarca absoluto e embalou os movimentos democráticos mundiais, foi na França que iniciou o sufrágio global com os homens, porém, este foi um dos últimos países a instaurar o sufrágio feminino global. Por isso, a França é considerada como o país da “*Declaração dos Direitos dos Homens e do*

<sup>2</sup> Companhia das Letras/Reprodução, acesso em 12 de maio 2020.

*Cidadão*” adquirido em 1758. Fato que serviu de inspiração aos movimentos das mulheres, bem como para os demais movimentos mediante aos direitos.

Contudo, no decorrer da Revolução Francesa, o voto foi destituído para as mulheres, por serem consideradas como “cidadãs passivas” e de devoção incompatível com o ideal de Estado laico, sobretudo, com o argumento de que o pilar familiar seria destruído, caso as mulheres votassem.

Para o movimento Francês, destaque-se a francesa Olympe de Gouges (1748-1793), ativista feminista que tentou uma proposição com a elaboração da “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” no ano de 1791, em contestação ao documento anterior que extinguiu os direitos civis das mulheres. Olympe de Gouges, foi a primeira mulher que ousou dizer que mulher podia, que mulher tinha direitos, e assim, passou a questionar os direitos femininos publicamente, sendo portanto, decapitada por sua atitude em 1793, sob a acusação de ter a intenção tornar-se um homem e esquecer-se dos traços característicos de sua sexualidade. Dessa forma, a França só liberou o voto feminino em 29 de abril de 1945, após a Segunda Guerra Mundial.

Nos instiga a saber sobre esses traços femininos que são característicos do sexo feminino, o que diferencia homens e mulheres? O que seria próprio da mulher e próprio do homem? Qual seria a condição natural da mulher? E que condição é esta? Quem lhe impôs? A partir de quando?

Em 1949 a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) publicou o livro “O Segundo Sexo” que teve uma colaboração mundial importantíssima para todas as gerações com relação aos movimentos. Em seu livro ela traz uma rigorosa investigação acerca da situação feminina em diversos períodos históricos. Iniciando o conceito de que ser mulher não é um regulamento biológico estimulado pelo sexo, mas uma estruturação da sociedade, ao passo que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2009, p. 09). Nessa construção social estaria a base da opressão das mulheres, sua biografia inspirou e estimulou um sentido de irmandade entre elas por causa da opressão compartilhada.

Em 1963, a ativista americana Betty Naomi Goldstein, conhecida popularmente por Betty Friedan (1921-2006) publicou o livro “A mística feminina” em sua obra ela detectou que a tristeza das mulheres americanas era algo vivenciado coletivamente entre as mulheres brancas e de classe média em 1960, isso foi chamada por ela de “problema sem nome”, essa infelicidade se deu ao fato de estarem insatisfeitas com um ideal de feminilidade tracejado no momento, que se fortalecia culturalmente perante a sociedade nesse período de pós-guerra.

A mulher tinha que ser dedicada a família e ao casamento, o que ficava complicado em suas múltiplas funções; como mulher dona de casa e mulher empregada, tentando sobreviver ao capitalismo e também ao desemprego, foi um período depressivo para muitas mulheres sujeitadas a esse regimento.

Sua obra desencadeou a segunda onda do movimento feminista, que teve imensa reverberação no EUA, assim como em outros países, abrangendo o Brasil. Betty foi uma feminista de grande influência no século XX, foi co-fundadora da Organização Nacional das Mulheres junto com Pauli Murray (1910-1985), ativista americana em prol dos direitos civis e das mulheres, escritora, poetisa, advogada e sobretudo, a primeira sacerdotisa negra.

Destaque-se também para a enfermeira Margaret Sanger (1879-1966) que também foi ativista racista, sexóloga e escritora, sua grande contribuição foi a criação de um método contraceptivo que além de ser eficaz era reversível, possibilitando que as mulheres casadas tivessem mais liberdade sexual, bem como, controle da natalidade infantil, assim poderiam planejar suas famílias evitando uma gravidez indesejada.

Esse contraceptivo começou a ser comercializado em 1960, embora já vinha sendo estudado através de pesquisas desde a década de 1950 com o apoio financeiro de Sanger, que também se encarregava de manter as mulheres informadas sobre esse método de prevenção desde o começo do século XX.

Esse trabalho de conscientização ao controle familiar vinha de uma preocupação com as condições financeiras das famílias, com a qualidade de vida que dariam a seus filhos, assim como, uma preocupação com a saúde reprodutiva materna e o descrédito paternal consequências das más condições de vida proporcionada a família com grande número de filhos.

Devido a sua conexão com o Planned Parenthood Federation of America (Federação de Paternidade Planejada da América), criada em 1916, que a partir de 1970 começou a realizar abortos e está funcionando até hoje, ela é vítima de críticos que relacionam seu nome como colaboradora ao aborto. Embora fosse contrária a isso, por achar perigoso, pois, ela queria prevenir que as mulheres fossem às clínicas ilegais de aborto, em sua compreensão a cura para o aborto era a prevenção, destaque-se as pílulas.

Como já fora mencionado as lutas sufragistas femininas se diferenciavam de acordo com as classes sociais, raças/etnias, as demandas eram distintas, cada uma lutava em busca de seus interesses, os movimentos feministas até a segunda onda era protagonizadas exclusivamente por mulheres brancas e da classe elitista, pois, suas lutas e reivindicações eram incompatíveis com as lutas das mulheres negras e pobres que sofriam duplamente a

opressão raça/gênero que provinham de muito tempo, podendo ser observado durante a vida de Soujourner Truth (1797-1883), ativista e abolicionista, que lutava pelo direitos das mulheres afro-americanas, sua luta principal era a liberdade em sua forma literal.

Em 1960, as mulheres negras passam a integrar as lutas sufragistas em que os assuntos raciais eram tematizados, com o intuito de declamar com precisão a identidade de um feminismo negro. Esse período ganhou grande visibilidade em meio as repercussões de racismo e preconceito classes.

Destaque-se Angela Yvonne Davis (1944), ativista intelectual, professora, pesquisadora e filósofa socialista dos EUA, pela ação frente aos movimentos feministas que reclamavam pelos direitos civis dos negros em 1960. Em 1970 ganhou popularidade mundial devido sua atuação militante na instituição progressista Panteras Negras e no Partido Comunista Americano. Suas principais reivindicações eram sobre os direitos femininos e discriminação social/racial, era adepta de Marx. Em 1981 ela publicou o seu livro “Mulheres, raça e classe”, considerado importantíssimo por compor as opressões de gênero, raça e classe social, que mudaria o rumo dos acontecimentos históricos sobre a luta feminina referente a raça e a classe social.

Os movimentos feministas aconteciam no Brasil, bem como, em outros lugares da América Latina entre os anos de 1960 e 1970, em consonância ao cenário da ditadura militar (1964-1985). Com o golpe militar de 1964 a atuação dos movimentos, ficou cada vez mais dificultada, principalmente por se demonstrarem contrários a nova ordem política, portanto, sofriam constantes repressões, contudo, ainda assim, faziam suas divulgações por meios alternativos, com as publicações de periódicos femininos dos quais se destacaram “Nosotras”, “Mulherio” e “Brasil Mulher”, além de desenvolverem grupos feministas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, até exiladas em países como Estados Unidos, Chile e França.

Destaque-se também a americana Katherine Murray Millett (1934-2017), escritora, ativista feminina, educadora e artista, foi considerada de grande influência para a segunda onda do feminismo, mais conhecida como Kate Millett, entre as suas causas estão o aborto legal, maior igualdade profissional entre os sexos, saúde mental, além de liberdade sexual. Lançou em 1970 o livro *Sexual Politics*, que contribuiu para que ficasse mais afamada. Todos os seus livros vinham de motivações pelo seu ativismo. Foi a primeira mulher a obter um diploma com honras de primeira classe pela Faculdade de Oxford.

No ano de 1975, a advogada, assistente social e ativista feminina pelos direitos humanos dos brasileiros, Therezinha Zerbini (1928-2015) liderou o Movimento das Mulheres pela Anistia, sendo este o movimento precursor no requerimento de retorno aos exilados

politicamente em outros países. Devido a sua coragem e determinação ao se colocar a favor dos direitos das mulheres na reconstrução da democracia Therezinha é considerada um ícone no processo de redemocratização do país.

A brasileira jornalista, militante política Maria Amélia de Almeida Teles (1944) conhecida popularmente como Amelinha Teles, começou a militar desde a década de 1960 quando era integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), acabou sendo torturada e aprisionada por fazer militância contra a ditadura militar, encabeçou as lutas feministas nas décadas de 1970 e começo de 1980 solicitando creches para que as mulheres tivessem onde deixar seus filhos quando fossem trabalhar.

A década de 1970, foi um momento de grande efervescência e discussão referente a raça e a união dos direitos populacionais negros que estava acelerado no Brasil.

A brasileira antropóloga, autora, professora, filósofas e ativista do movimento feminista negro, Lélia Gonzalez (1935-1994) participou da formação do “Movimento Negro Unificado” (MNU) de 1978, e do Coletivo de Mulheres N`Zinga, em 1983. Embora sua obra seja pouco conhecida, ela vem destacar a ação negra, principalmente das mulheres em sua formação cultural e social no Brasil, defendendo um feminismo negro e também seu posicionamento antirracismo.

As articulações dos movimentos femininos seguiram-se com agilidade, as feministas participaram da Assembleia Nacional Constituinte nos anos de 1987 a 1988, buscando por direitos e atuando na facção da nova Constituinte, essas articulações ficaram denominadas como “Lobby do batom”.

Destaque-se também a americana Judith Butler (1956), que é uma professora e filósofa contemporânea do movimento feminista e da teoria queer da qual foi pioneira, no ano de 1990 ela lançou o livro “Problemas de Gênero” defendendo a noção de gênero como algo fluído e reafirmando o performativo, que é formado a partir da recorrência dos atos, que cria uma identificação própria e fixa através de ilusões. Para ela, tanto o gênero, como o sexo e a sexualidade são feitos para terem uma afinidade singular: a da heteronormatividade.

A necessidade imediata da teoria queer viabiliza a atuação mais acentuada de outras categorias além das mulheres cisgênero no feminismo, dando origem a novas ramificações do movimento, como o transfeminismo.

Em 1989, a americana Kimberlé Crenshaw (1959) trouxe o conceito de interseccionalidade, que repercutiu nas discussões da terceira onda do movimento feminista doravante, embora não seja algo novo, já que outras feministas americanas negras assim como, Ângela Davis, já mencionada neste trabalho, bell hooks (1952) e Audre Lorde (1934-

1992), já atuavam criticamente no entrelaçamento entre o machismo e os distintos formatos de opressão.

O vocábulo transformou-se em uma tendência feminina e possibilitou mais a sua disseminação a compreensão de que aspectos divergentes relacionados à identidade são capazes de estabelecer um acordo para a criação de potentes formas especializadas de opressão.

Feministas pós-coloniais e indígenas introduziram o império e a colônia em uniformidade com o gênero desde 1980. Laçavam críticas as teorias feministas elaboradas pelos países modernos do ocidente e centralizavam nas demandas vividas pelas próprias mulheres no universo pós-colonial. Nessa perspectiva, podemos perceber uma importante colaboração da indiana Chandra Mohanty (1955), que é o ensaio “Sob olhos ocidentais: estudos feministas e discursos coloniais”, do ano de 1986.

Malala Yousafzai (1997), uma jovem paquistanesa tornou-se também um ícone no ano de 2012, por se dispor em lutas em prol dos estudos para meninas no Talibã, fato que ocasionou um atentado a sua vida.

Ainda em 2012, a escritora Chimamanda Ngozi Adichie (1977), nigeriana teve sua palestra memorizada através de um vídeo gravado, denominada “Sejamos todos feministas”, o qual teve sua publicação em livro, teve também grande repercussão devido a viralização do vídeo. Ela defende um feminismo geral, onde inclui todas as categorias de pessoas, debatendo sobre uma visualidade negativa do feminismo na sociedade, por isso ressalta a importância de que todos e não somente que as mulheres sejam feministas.

Os movimentos feministas mais atuais, com o avanço das tecnologias mantêm-se cada vez mais conectados, inclusive usam símbolos específicos para ressaltar uma necessidade de uma onipresença na ausência, em que se unem com mesmo propósitos.

Um exemplo disso são as hashtags<sup>3</sup> que se transformaram em instrumentos fundamentais na mobilização feminina, possibilitando apoios mútuos mundiais, onde externam ao público experiências vivenciadas com relação ao machismo. Essa ferramenta foi utilizada em protesto contra o feminicídio em 2015 pelas argentinas, com o #NiUnaMenos<sup>4</sup>.

Em 2013, no Brasil utilizou-se da mesma ferramenta em diversas mobilizações realizadas pelos movimentos feministas, tais como: #ChegadeFiuFiu<sup>5</sup>, voltada ao assédio

---

<sup>3</sup> Palavra ou frase precedida por um símbolo de cerquilha (#), utilizada em sites de mídias sociais e aplicativos, especialmente no Twitter, para identificar mensagens sobre um tópico específico. (OXFORD, 2014).

<sup>4</sup> Termo utilizado em protesto ao feminicídio da Uruguia Micaela Garcia, estudante de Educação Física, ocorrido na Argentina, significa: Nenhuma a menos.

<sup>5</sup> Campanha de combate ao assédio sexual em espaços públicos lançada pela Think Olga em 2013.

sexual publicamente, #MeuPrimeiroAssédio<sup>6</sup> e #MeuAmigoSecreto<sup>7</sup>, essas últimas realizadas no ano de 2015, acarretou uma universalização do assédio até então ocultado.

Ainda em 2015, aconteceu no Brasil o famoso movimento feminista Primavera das Mulheres, em que várias mulheres estiveram nas ruas de diversas cidades brasileiras fazendo suas manifestações.

Retomando o sufrágio, também em 2015, a Arábia Saudita foi o derradeiro país a garantir o direito ao voto às mulheres.

Nos Estados Unidos, em 2017, aconteceu uma manifestação histórica em desfavor ao presidente Donald Trump, as mulheres atuaram contra ele em diversas cidades americanas, com grande incidência em Washington capital dos EUA, num montante de quase 500 mil pessoas. Elas também se manifestaram contra a atuação misógina do presidente atual e aos retrocessos que sua governança poderia trazer para atrapalhar os direitos já concebidos pela mulher, como por exemplo, impedindo o direito do aborto legal.

Findando o ano de 2017, ainda nos Estados Unidos veio à tona um escândalo que envolve o relato a respeito de abusos sexuais cometidos escrupulosamente no decurso de muitos anos pelo produtor de Hollywood Harvey Weinstein contra mulheres, o que configurou o movimento #MeToo<sup>8</sup>. Este fato acabou por incentivar outras mulheres a denunciar abusos sexuais cometidos por homens famosos em diversas áreas do país, que foi se multiplicando.

Esses são alguns dos muitos movimentos feministas que apesar das relutâncias no que tange o direito das mulheres, conseguiu avançar, embora, essas lutas estejam longe de se findar. Neste trabalho foi mencionado vagamente a trajetória de algumas mulheres que se fizeram presentes, que deixaram sua marca na história quando muitas não tinham coragem sequer de se manifestar, ficaram omissas.

Observa-se muitas mulheres em status de poder, mulheres que se destacaram ao longo dos anos, com atitudes ativista em função de grupos sociais minoritários, que instiga um correr atrás, por seus ideais, suas lutas, seus direitos, por um cuidar, manter-se vigilante com o que já foi contemplado. Infelizmente, não é possível mencionar o nome de todas essas mulheres guerreiras, mulheres que historicamente contribuíram de alguma forma abdicando-se de suas vidas em virtude de muitas outras mulheres, na busca incessante por seu espaço e

---

<sup>6</sup> Campanha de apoio a menina de 12 anos, vítima de comentários sexuais na internet durante sua participação em um reality show de culinária, criado por Juliana Faria no site Think Olga, em 2015.

<sup>7</sup> Trata-se de uma coletânea de relatos e denúncias contra situações de machismo vivenciadas pelas mulheres, divulgadas principalmente no twitter e no Facebook, em novembro de 2015.

<sup>8</sup> Movimento contra o abuso sexual, fortalecido em 2017 pela atriz Alyssa Milano através do Twitter, incentivando as pessoas a quebrarem o silêncio e denunciarem seus abusadores.

visão social, mulheres que nessa busca pelo prestígio social passaram por dificuldades e enfrentamentos em diversas áreas e dimensões da vida social e que apesar de tantos empecilhos conseguiram se beneficiar em alguns casos com as demandas feministas através de políticas públicas.

Da necessidade de saber, o que *empodera*? Se é que *empodera*, este trabalho vem buscando acentuar o *empoderamento* feminino, tentando entender essa trajetória buscando-se em suas bases conceituais da Teoria do *Empoderamento*, como vem sendo usado, de que forma? Se é possível contemplar ou não sua existência. Dessa forma, diante dos objetivos deste trabalho, passemos para o próximo capítulo, para entender melhor sobre as formações discursivas que envolvem o *empoderamento*.

## CAPÍTULO II

### UM BREVE PERCURSO TEÓRICO

#### **2.1 Formações Discursivas sobre o *empoderamento* da mulher na sociedade contemporânea**

Neste capítulo vamos mostrar um gesto de análise sobre o filme “A garota do trem”, a fim de dar uma maior visibilidade sobre as formações discursivas que trazem a mulher nesse processo contínuo de lutas e continuar discorrendo sobre a Teoria do *Empoderamento*, utilizamo-nos das personagens que fazem parte do filme “A garota no Trem” (2016) do diretor Tate Taylor, baseado no best-seller de autoria de Paula Hawkins, para falar sobre a temática da maternidade analisando as personagens. O filme é protagonizado pelas atrizes Emily Blunt (Rachel Watson), Halley Bennett (Megan) e Rebecca Ferguson (Anna). O desenvolvimento do enredo acontece de forma não cronológica mesclando passado e presente, a partir da história que envolve as três mulheres.

A conexão entre as três personagens, a princípio, é demarcado pela relação amorosa centrada na imagem masculina. Anna era amante do marido de Rachel, com quem, após o divórcio de Rachel, ela se casa, Megan é babá da filha de Anna e se torna amante de seu esposo. Anna vive na antiga residência de Rachel e é vizinha de Megan, Rachel é a garota do trem que passa diariamente pelo mesmo percurso avistando sua antiga morada. A coincidência que as unem, contudo, não é o foco de atenção que se objetivamos mostrar, pelo

contrário, o que pretende-se elucidar é à maternidade condicionada em razão das formações discursivas na qual cada mulher personagem se insere.

A temática aqui apresentada, no filme aparece como um coadjuvante, ajuda a compor os discursos e funciona como uma forma de justificar a acomodação do enredo, porém, envolve uma ideologia que visa recuperar os sentidos para a maternidade, como se ela auto se explicasse, visto que, os sentidos já foram determinados, pré-definidos. “Por sua historicidade, por seu modo de produzir sentidos, podemos dizer que um mesmo texto é atravessado por várias formações discursivas”. (ORLANDI, 2008, p. 88), assim, o filme funciona como um texto e as problemáticas nele elencadas, são as várias formações discursivas que o atravessam.

É impossível questionar a ordem de todos os discursos ideológicos que surgem do filme relacionado ao tema. Nessa trilogia das mulheres, o objetivo é contestar a concepção da maternidade tida como condição para que a mulher se auto identifique, nos diferentes casos de maternidade.

Este cenário, visto de forma secundária apresenta-se com autoridade, uma vez que, ele é colocado em cena por uma força simbólica que o constitui, da qual sua presença encontra um respaldo na sociedade para a sua não problematização. Assim, parece normal a justificativa de que Rachel, a protagonista do filme, tivesse problemas psicológicos, por não poder ter filhos, por não enquadrar-se na formação discursiva de “mulher-mãe”, como cobrança social, ela se torna uma mulher divorciada, alcólatra e em função disso, desempregada, metaforizando, a vida dela parece não ter mais sentido por não poder gerar vida em seu ventre, perde-se uma vida pela outra, por causa da não realização de seu desejo em tornar-se mãe.

Sua rotina fica limitada às viagens de trem que faz diariamente, rumo à cidade de Nova Iorque, simulando a ida ao trabalho do qual ela já foi demitida, perante a janela do trem, ela avista sua antiga morada e a residência de Megan.

Cabe ressaltar, o seu sofrimento quando algumas vezes, ela vê Anna com a filha, próximas à janela de um dos quartos utilizados antes por ela em momentos de afeto entre mãe e filha, fato que causa-lhe frustração existencial, culpabilidade, sentimento de não pertencimento a essa formação discursiva.

Da mesma forma, há também uma frustração de Anna por ter abandonado sua carreira de corretora para dedica-se aos cuidados da filha, o sofrimento dela se sobressai não pela maternidade, mas por abdicar-se de sua profissão, para a realização do que lhe seria “natural”, que é ser mãe. Sua vida parece incompleta quando desliza da formação discursiva

“mulher-profissional” para “mulher-mãe”, desta forma, mesmo com a realização inconsciente de um desejo “induzido” socialmente, a falta, a ruptura de um desejo pessoal, a torna infeliz.

Assim, a terceira personagem, Megan, se vê infeliz vivendo uma vida de promiscuidade e insatisfação e abominação à maternidade, inserida na formação discursiva “mulher-amante” guarda também um sentimento de culpa, por não fazer parte do que seria para a sociedade uma mulher de família e boa mãe, outros lugares discursivos galgados pela ideologia. Embora ela também esteja investida de significância com o mesmo sentimento depressivo que assola as demais, esta se distingue por ser uma personagem que tem sua vida excluída socialmente.

O filme configura-se, portanto, no centro do nó borromeano (JORGE, 2005) que as une, este nó vindo de Lacan equipara-se na ordem do real, do simbólico e do imaginário, como forma de inter-relacionar a vida das três personagens com o tema maternidade. Em primeiro plano, esta obra vem disseminada pela imagem masculina como o principal causador da infelicidade das três personagens, afetando negativamente suas vidas, por causa de seu comportamento infiel, assim, os valores sociais vendidos nela é a infidelidade e os resultados avassaladores pelo uso do alcoolismo, como efeito da irrealização materna.

Embora, este é um ponto que não é discutido, sequer é problematizado no discurso usado para justificar o vício da protagonista por ela não poder ter filhos, ou seja, de qualquer forma, o vício encontra respaldo no problema dado a acontecer. O fato de não poder gerar um filho está imbuído de uma fatalidade tão imensa que justifica o problema de depressão que leva Rachel a tornar-se alcoólatra. Da mesma forma, a maternidade se faz clara e categórica na vida das duas outras personagens, que se relacionam com o outro e consigo mesmas marcadas pelo nó da maternidade.

A tríade Megan-Rachel-Anna que se entrelaçam na temática aqui explorada, exaltando o sentido que constitui para mulher a posição sujeito em que ela se insere, dada uma imposição ideológica social, percebe-se que há sempre uma falta, algo inatingível, e portanto, todas conflitantes. Afinal, como a personagem Rachel continua vivendo sua vida fictícia, regada pelo alcoolismo? Como a personagem Anna mostra sua auto compreensão como mãe? Como é visto e gerado o comportamento delinquente e insatisfatório de Megan?

Essas e outras perguntas, podem ser respondidas através de uma exploração mais elucidada, a partir de uma das personagens da tríade, Megan. É necessário ressaltar que, os recortes aqui selecionados intentam trazer o entendimento acerca das formações discursivas que marcam a vida dessas personagens mulheres com dramas contemporâneos.

A começar pela representação simbólica do nó borromeano que vem de forma oportuna, representar as personagens femininas do filme e o espaço distinto que as constituem como mulher, haja visto que, as três personagens têm seus dramas atravessados por uma formação discursiva em que a maternidade é orientada na direção em que ser mãe é projeto para a vida de toda a mulher.

Nesse sentido, percebe-se que a realização pessoal dessas mulheres é inerente a essa condição, a de ser mãe, assim, na trama, a maternidade é mostrada como causadora da derrota feminina em formações discursivas diferentes e pode ser observada na percepção de que ser mãe é a condição de realização e não vir a ser é causa justificada para várias outras ordens de problemas.

Nota-se que se a esterilidade feminina, no caso de Rachel, no filme, e a decepção de Anna devido à sua abdicação da carreira em prol da criação da filha, mostram sentidos que vêm carregados de peso com relação a formação discursiva que se constitui no discurso acerca da façanha de realizar-se como mulher em virtude da maternidade.

Da mesma maneira, Megan, assume um sentimento de culpabilidade e autocondenação, pela qual aceita seu triste final na trama. São vários os atravessamentos ideológicos que ela sofre. Procura-se compreender a posição-sujeito ocupada pela personagem e a formação discursiva em que ela se inscreve.

Para isso, basta observar, no próprio filme, alguns diálogos de Megan em conversa com o seu terapeuta, que permite destacar o tema posto sob a figura feminina na posição-sujeito mãe e posição-sujeito não-mãe em conflito, representada por Megan com seu incômodo à maternidade. Haja visto que, a personagem vive esse confronto interno, por ter experienciado a maternidade quando ainda era de menor e ter dado a luz sozinha.

O discurso da personagem confirma a sua posição, conforme apresentado nas críticas de Badinter (2011), trata-se de um corpo preparado para gerar uma criança e fazê-la nascer. Se corpo e alma estão em descompasso, isso pouco importa. Orlandi (2007a) acrescenta que não existe sujeito sem ideologia e o contrário também não existe. Assim, a atuação figurante é um ritual que dimensiona a vida social, sem inventividade, mas segurada por motivos advindos por intermédio das instituições que dominam os discursos.

A maternidade tem suas polêmicas, muitas vezes silenciada simplesmente pelo fato de que ser mãe já faz parte da natureza feminina, esta já é uma condição como mulher. “O discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento” (ORLANDI, 2007a, p. 87). E isso fica evidenciado com a personagem Megan que fazia

negação a respeito desse instinto biológico, não porque não desejasse ser mãe, pelo contrário, porque como mãe ela falhou, realizando um grande pecado, ao deixar a filha morrer.

O discurso que não faz parte da formação discursiva que trazem a maternidade naturalizada como imperativo para todas as mulheres, vê-se que há, já-lá, uma resposta para o que há de errado com a surdez da mulher à ode materna, que, como define a citação a seguir, seria a protagonista de uma experiência única.

Fouquet (1995) apud Badinter (2011) pontua que:

A gestação como geração, gesto, gestão e experiência íntima, mas também generosidade, gênio da espécie, aceitação do corpo estranho, assim, o corpo materno faz uma hospitalidade, abertura, vontade de enxerto regenerador; a gestação integrativa, não conflitual, pós-ambivalente das diferenças, modelo de antropocultura, matriz da universalidade do gênero humano, princípio e origem ética. (FOUQUET, 1995, p. 80 apud BADINTER, 2011, p. 77)

Contrariando os discurso já mencionados, as condições de produção atuais de que faz parte a temática abordada, sustenta os dizeres da ordem do interdiscurso que retornamos ao fio discursivo, no intradiscorso, em forma de pré-construídos, em função de um mecanismo de controle denominado por Pêcheux (1995) de “domínio de pensamento”, que “se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer temer, esperar, etc.” (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

Produtores e espectadores, que se encontram sob a forma de sujeitos envolvidos e afetados pelo enredo das evidências ideológicas, sendo assim, não-evidência. É nessa conjuntura, que para a personagem Megan só caberia a ela a tristeza; uma vida sem amor; o desprezo das outras mulheres. Ela é uma personagem daquelas que raramente se gosta, pelo fato dela ser bonita, bem sensual, ter o corpo perfeito, rosto moldurado por seus belos cabelos loiros. De fato, ela não se enquadrava com aquele lugar, seu não enquadramento era evidenciado pelos olhares das outras mulheres. Nada nela combinava com alguém que pudesse ser mãe. Assediada pelo amante para engravidar, a personagem passa sua história em diálogos com o seu terapeuta, porque, provavelmente, ela seria portadora de algum desvio psicopatológico. O silêncio que carregava consigo era maçante! Megan vive um jogo de esconde: “Tudo não se pode dizer” (PÊCHEUX, et al, 2012, p. 56). Nessa perspectiva percebemos também que o silêncio significa para além das evidências.

Megan enseja para si um desejo de mudança de vida, quando revela que suas atitudes até então, eram atitudes de uma adolescente rebelde, fora: amante, garçonete, diretora de galeria, babá e puta.

A posição de negação sobre a gestação e o aspecto cultural que envolve essa condição em que para ser mãe é preciso antes ser esposa, expõe o conflito interno vivenciado por ela, quando diz: “Não”. A marcação dessa posição de negação à maternidade centrada numa formação discursiva que vai de encontro à formação discursiva da mulher-mãe naturalizada é reiterada em outros momentos do texto.

As aflições se mostram a cada palavra pronunciada pela personagem em sua terapia, ela mentia para todos. Reitera-se que ela brinca de esconde-esconde, há um gosto por saber que o sentimento que a aflige não pode ser descoberto, a menos que ela o diga, e assim, ela desdenha tanto da sociedade quanto do amante e ironicamente, diverte-se com a situação. O que haveria por trás do tom insolente de Megan que o filme lhe imprime? O que havia de obscuro em sua vida?

Como afirmam os autores: “Quanto às questões do sexo, da vida e da morte, como ignorar sua inscrição no inconsciente, que não cessa de embaralhar categorias de estado civil nas palavras de cada um?” (PÊCHEUX, 2012, p. 57).

Sua história é narrada em cenas entrecruzadas com a história das duas outras personagens e sua morte é compreendida apenas ao final. Assim, no desfecho da trama percebe-se a cumplicidade entre as personagens Rachel e Anna quando descobrem o assassinato de Megan pelo ex-marido de Rachel.

E a resposta dada no filme chega como um segredo revelado. Porém, neste trabalho, entende-se que há uma constatação de que ela carrega o trauma pela morte da filha e, ao revelar essa perda, encontra a paz necessária para retomar a vida, de forma diferenciada, o que se deseja mostrar e problematizar é o seguinte quadro: mesmo que um segredo revelado estanque uma ferida interior, a situação vivenciada por Megan, jamais poderia ser absolvida pelas esferas ideológicas. Ela precisava morrer!

Suas negligências enquanto “mulher-mãe”, “esposa infiel”, “mulher-amante”, são erros imperdoáveis perante a sociedade quanto a sua posição em determinadas formações discursivas. Quando ela veste a roupagem de “mulher-mãe sofredora” desesperada não só pela morte da filha, mas por ser a causadora como tal, e que por isso sofre; seu discurso é aceitável pelo público que compartilha de sua dor. A partir deste momento, Megan faz parte de outra formação discursiva, torna-se “outra”, ainda incompleta, cheia de falhas, devido as condutas

inaceitáveis pela sociedade. “A incompletude é o índice da abertura do simbólico, do movimento do sentido e do sujeito, da falha, do possível”. (ORLANDI, 2008, p. 93).

Olhando na direção dos discursos de senso-comum sobre a arte ser uma encenação da vida dos homens, e com o intuito de melhor simbolizar as formações discursivas, vemos no cinema um ambiente favorável para uma melhor observação dos dramas humanos, através do filme “A garota do trem”. Assim, defronte às telas, têm-se a possibilidade de acompanhar as histórias de outrem de forma mais confortável, pois, por mais que o que foi colocado em cena seja “inspirado” em fatos “reais”, o que se passa na tela não é real.

Logo, a morte, o abuso em qualquer circunstância, a dor física ou emocional, a loucura, a possessão, ou a salvação, representam situações e desejos humanos. O sujeito perpassa o status de telespectador podendo assumir sem qualquer envolvimento o lugar do personagem.

Contudo, também, pode-se deixar a posição de observador que, ao contrário da primeira, coloca-se junto da personagem ou do enredo, e o ciclo se fecha ao final do filme, para se assumir outra posição: a de um leitor crítico acerca do que foi exposto na tela. Isto pode gerar uma subjetivação do sujeito, causando proximidade em situações longínquas. Neste caso, o sujeito é afetado pela historicidade que constituem memórias sociais, arte e vida, mesclam-se.

Ao adentrar a noção de formação discursiva (FD) faz-se necessário explicitar a sua definição para que possamos entender melhor as reflexões sobre o assunto abordado, ou seja, a partir do objeto discursivo em questão. Segundo Orlandi (1988, p. 108):

As formações discursivas representam, na ordem do discurso, as formações ideológicas que lhes correspondem. É a formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada. Isso significa que as palavras, expressões, etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Dito de forma mais direta, a formação discursiva é o “lugar da construção do sentido (sua ‘matriz’, por assim dizer)”.

Assim, ao abordar essa temática interessa-nos mostrar a mulher em seus status “naturalizado” e fomentar reflexões acerca das formações discursivas da qual ela faz parte, essa abordagem justifica-se pela compreensão de que o assunto aqui por hora tratado nos permite trazer algumas considerações sobre este assunto conflitante que ultrapassa o eu – feminino, e portanto, pode contribuir com o tema principal deste trabalho que é o *empoderamento* da mulher. Independente da escolha da mulher em ter filho(s) ou não tê-lo(s), a maternidade está intrinsecamente atrelada a imagem da mulher desde a sua criação,

conforme a narrativa judaica cristã, que funciona por um efeito de memória, quando Deus disse: “Frutificai e multiplicai-vos” (GÊNESIS 1: 22), para o primeiro casal habitante do mundo. A maternidade está relacionada a vida da mulher, mesmo que esta não manifeste qualquer desejo em ser mãe.

Nessa situação, o tema abordado aparenta reclamar da mulher um esclarecimento com relação a sua posição-sujeito, ao inserir-se na formação discursiva que configura as mulheres mães ou na formação discursiva das não mães. De qualquer forma, parece que há sempre algo a ser dito, explicado, a respeito do que é decidido pela mulher. Porém, de um lado existe uma conformidade com o discurso pró-maternidade, de outro, há uma necessidade de explicação e/ou justificativa quando a escolha se contradiz ao que é “natural” da mulher.

Pensando nesse “natural” à mulher, como se fosse uma obrigação dela em ter filhos, utilizamo-nos de Badinter apud Schröder (1985, p. 16), para trazer algumas reflexões teóricas acerca do tema.

A autora questiona com grande entusiasmo em suas pesquisas, sobre o discurso da existência factual do denominado “instinto materno”, ou “relógio biológico”, que, como a voz interior que habitaria toda mulher, a partir de certo momento determinaria para ela a necessidade de procriação. Por isso, ressalte-se aqui o que seria “natural” a mulher, pelo que lhe foi determinado desde o início do mundo, pois para a autora essa designação da mulher vem desde o início de sua história como único ser vivo que já veio “favorecido” como símbolo materno capaz de se sobressair aos animais.

O modo de vida e memória sócio ideológica não se separam; ao nascermos passamos a fazer parte de uma sociedade onde somos ensinados a aceitar os valores sociais que a sustentam, em todos os seus âmbitos, seja: no espaço social, profissional, íntimo, etc. Ficamos sempre à mercê de um ideário social, nossos desejos e emoções são regidos através das vivências na sociedade.

Às vezes nos sentimos felizes em alguns momentos e ficamos tristes em outros, porém, dificilmente paramos para pensar sobre quais foram os motivos que nos levaram a esses sentimentos positivos e/ou negativos, sobre as normas e/ou regras que nos orientam. Pode-se dizer que existe um desejo sempre presente de pertencimento à “normalidade” desenvolvido por um processo inconsciente. Mas, o que seria essa normalidade? Que satisfaz o ego quando se trata de um coletivo? Nesse sentido, pode-se dizer também que o sujeito vive alienado, pois, a alienação é inconsciente, e “o inconsciente [no caso] é o discurso do Outro”, conforme Lacan, citado por Pêcheux (1995, p. 133).

Ainda segundo Badinter (1985), acerca do perspicaz discurso sobre maternidade aqui especificado sustenta em suas reflexões que: “Hoje, a mulher pode desejar não ser mãe: trata-se de uma mulher normal que exerce sua liberdade, ou de uma enferma no que concerne às normas da natureza? Os valores de uma sociedade são por vezes tão imperiosos que têm um peso incalculável sobre os nossos desejos” (BADINTER, 1985, p. 16). Ou seja, mesmo que a mulher por vezes não sinta o desejo de ser mãe, ela será cobrada pela sociedade, pelas regras/normas da formação discursiva da “maternidade”, conforme Orlandi (2008, p. 107):

Há assim, tal como pensamos, o caráter irrecorrível do assujeitamento – qual seja o do indivíduo tornar-se sujeito, assujeitar-se ao simbólico pela ideologia – e há o possível deslocamento (resistência?) do sujeito aos modos pelos quais o Estado o individualiza. Certamente, esses processos, esses movimentos, não estão separados, não são independentes, mas sem dúvida são distintos e é preciso levar em conta essa distinção, essa relação complexa quando se pensa o sujeito, a ideologia, a história, a linguagem, o discurso. E a resistência.

O processo inconsciente em razão do assujeitamento do sujeito implica sua subordinação às ideologias dominantes. Dessa maneira “não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles”. (ORLANDI, 1983, p. 133). Assim, a mulher vive em virtude de uma dominação inconsciente pelo que está estabelecido socialmente, todos os sentidos deslizam em prol de uma força maior nas relações de poder que derivam das formações discursivas na qual ela está inserida.

Estas se impõem definindo comportamentos e organizando toda uma lógica de conduta que é assegurada e autorizada pelos discursos oriundos das instituições. Assim sendo, a memória discursiva, através de um conjunto de já ditos e não ditos relacionado a maternidade representa tanto os silêncios quanto aos questionamentos acerca das formações discursivas que trazem a maternidade como algo “natural” na vida da mulher, assim como o ciclo nascer, crescer e morrer, ou seja, é um processo que vai acontecer “naturalmente”.

Nessa ordem discursiva temos um confronto do não dito com essa naturalização da mulher, este parece interroga-la, questioná-la pela sua aceitação ao que lhe parece “natural”. Visto que, num discurso enunciado, a mulher apropria-se de um “desejo orientado”, pois a condição de existir do sujeito é sua “condição de representar discursos já existentes”, que passam a significar para a constituição de sua própria “identificação” (PÊCHEUX, 1995), no caso, como mulher.

Podemos dizer que há um efeito de pertencimento às filiações de sentido que já pré-determinaram o papel da mulher nessa formação discursiva, quando a mulher se assume como

tal, e quando a mulher desvia-se destes sentidos, ela é vista como “anormal”, dessa maneira quando a mulher decide não ter filhos, ela é tachada por estar fora do “natural”, dos padrões que a sociedade lhe impõe, isso pode levar ou não, o sujeito à construção de sentimentos culposos em relação ao que está posto sobre o que é ser boa mãe, por exemplo. Mill (2006) também nos deixa precavido sobre esse “natural” a mulher e principalmente, nos alerta sobre a “condição de subserviência naturalizada”, a submissão como forma de sobrevivência para as mulheres.

Conforme Orlandi (1983, p. 34) em um texto de Flávia do Amaral, da revista Nova edição de nº 42, de março de 1977, “A colecionadora de culpas”, que fala sobre feminismo, a autora retoma uma parte do texto que diz que a mulher é “mais limitada do que o homem, pela própria educação, até o aumento de opções de vida resulta em incertezas, insegurança e culpa”. Utilizando-nos dessa discursivização, verificamos que, por mais que, numa sociedade contemporânea, como a nossa, hoje a mulher possa escolher entre trabalhar ou não, casar ou não, limitar ou não número de filhos, quando opta e/ou escolhe por uma coisa ou outra, ela carrega consigo um sentimento de que sua escolha foi em detrimento do outro e que dificilmente agiu de forma correta, valemo-nos da mesma crítica utilizada pela autora que era para confrontar a falsa ideia de que realmente a mulher pudesse optar entre todas essas possibilidades, quando, na verdade, existe uma hierarquia instituída e que a mulher deve considerar, ou seja, ela critica a limitação imposta a mulher, disfarçada de um poder de decisão que na verdade a mulher não tem, na verdade não cabe a mulher decidir segundo o nosso sistema social, o fato da linguagem utilizada no texto não ser clara e objetiva, já deixa implícito outros sentidos, que são analisados pela autora.

Ademais, esse efeito de pertencimento indica um sentimento a ser experienciado, vivido, quando isto não acontece há uma contradição. O espaço para a contradição implica uma luta ideológica a ser travada entre o sujeito com ele próprio e o meio social que o habita. Pois o sujeito é um ser constituído por memórias discursivas e as formações discursivas (FDs) são reflexos para as formações ideológicas (FIs). “Essa é uma das formas da contradição na produção dos sentidos, no confronto do simbólico com o político: temos necessidade de um mundo normatizado quanto a seus sentidos, estabilizados, onde ‘x’ signifique ‘x’ com o qual podemos nos identificar” (ORLANDI, 2008, p. 143).

É nesse sentido que há um confronto do sujeito com a ideologia, dada a necessidade do sujeito em sentir-se amparado, em sua identificação como tal. Conforme Orlandi (2008, p. 105) há uma interpelação em sujeito que se constitui pela interpelação do indivíduo pela ideologia.

Sendo assim, as reflexões a respeito do que é ser mulher, sobre qual seu papel na sociedade, tudo isso, reitera a afirmação de que já existe uma condição revelada para o sujeito mulher em diferentes planos discursivos que circulam em nossa sociedade, tipo: ser mulher é (...); ser mãe é (...); ser profissional é (...); ser esposa é (...); ser amante é (...); ser bonita é (...), e etc. Nessas condições em que se fala da mulher há um discurso a ser assumido que se encontra já lá, fruto da historicidade que constitui a memória de uma coletividade, de algumas formações discursivas.

Cabe a mulher identificar-se ou/não. “Essas diferentes posições do sujeito [...] correspondem as diversas formações discursivas” (ORLANDI, 1988, 53) pois, o sujeito mulher pode ser enunciado por diversos discursos que se originam de várias outras formações discursivas. Embora tenha enunciadores e lugares diferentes, elas pertencem a uma formação discursiva/ideológica “parecidas” ora na política e nos movimentos sociais, nas políticas públicas.

Pensar na condição feminina, em tudo o que a mulher representa é entrar num complicado jogo simbólico, cujos sentidos e significados são cobertos por políticas de silenciamento. Podemos assim pensar, quantos não foram os silenciamentos na vida da mulher em relação a maternidade? Principalmente as que passam por crises pós-parto. Seriam essas crises existências uma forma de resistência ao que lhe é naturalmente imposto?

A sociedade parece decretar essa imposição, conforme atesta Kate Milliett (1970) “um dos mitos favoritos da mentalidade conservadora consiste precisamente na ideia de que toda mulher é uma mãe em potencial”. A imposição à maternidade acontece de forma “natural” e inconsciente, está entranhado no discurso social conservador, que a mantém como principal função para o sujeito mulher.

A vida da mulher é assim, anunciada como uma condição de sua existência, isto significa que “quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo” (ORLANDI, 2007a, p. 35), sendo assim, essa conjuntura em que se encontra mencionada a mulher, assim como, os demais participantes da vida social, não podem ser desconsiderados porque tem relação com o próprio status de mulher em relação ao outro, ao seu oposto, isto é: o feminino vs. o masculino. A maternidade tem relação com o outro, haja visto, que para que ela aconteça é necessário a existência de homens e mulheres.

Talvez, seja por isso que, a maternidade é um assunto que causa tanta repercussão, pois ela traz uma inversão dos espaços de importância, quando se pensa, por exemplo, na perspectiva física, que é inalterada: pois ao gerar um filho, o bebê se desenvolve por meio de uma condição única entre o feto e o corpo da mãe. Contudo, não é assim que a história

entende esse processo, daquela que mantêm o poderio de carregar em seu ventre outro ser vivente e a ele dar à luz, sendo preterida a um patamar bem menos valorizada.

Reescrita pela história são tantas as condições impostas sobre o corpo feminino em período gestacional, que vários assuntos de fórum íntimo, como as ações de aleitamento, por exemplo, são tornados públicos e a vida da mulher fica à mercê de políticas públicas.

Tomando o ponto de vista da teoria da Análise do Discurso, que se opõe às práticas teóricas psicologistas, ou apenas preocupados com a leitura das cadeias lógicas e integradas unicamente ao sistema linguístico, essa nossa consideração fundamenta-se na organização do pensamento que atesta uma necessidade de interrogar a evidência dos sentidos (PÊCHEUX, 1995).

Em outras palavras, é preciso desconfiar da supremacia tanto dos sujeitos quanto das palavras e seus significantes, pois se o sentido poderia ser outro (ORLANDI, 2007a), já se encontra aí uma razão para se procurar outras compreensões.

Assim, sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso exige-se algumas reflexões que demandam cuidados quanto ao conhecimento sobre a linguagem estabelecida como algo que “baseia-se em alguma coisa fundamental que está em jogo antes. Adiantaremos, neste momento, a ideia de que o que está em jogo é a *identificação* pela qual todo sujeito ‘se reconhece’ como homem [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 117), e o indivíduo torna-se “sujeito”.

A idealização que orienta a materialização desse indivíduo é, portanto, a de um indivíduo que, exposto à sociedade, está assujeitado ao seu sistema de crenças e valores, como já aludido. Dessa forma, na continuidade do trajeto dos estudos sobre o tema maternidade, procura-se, novamente, tocar na fissura de uma natureza feminina já construída, isto é, nos discursos, que, direta ou indiretamente, moldam a mulher ao seu assujeitamento.

A forma sujeito-histórica que corresponde a sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta a língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento. (ORLANDI, 2007a, p. 50)

Defronte aos cenários político-sociais problemáticos, a imagem da mulher é (ex)posta à uma avaliação e, a esta avaliação, integram-se valores, de acordo com os discursos dominantes que circulam simplesmente nos dizeres cotidianos, sem ser questionados, são levados a aceitação como algo natural e unívoco. Esses discursos “naturalizados” que estabelecem um perfil acerca da feminilidade encontram-se estabilizados numa determinada

formação discursiva, assim como, a que enxerga a maternidade relacionando à identificação da natureza feminina com ela mesma.

Desta forma, dispõe-se o seguinte desdobramento para este momento: considerando uma formação discursiva feminina, que se subdivide em dois desdobramentos como: a presença no universo feminino de uma formação discursiva da feminilidade e de uma formação discursiva da maternidade. E estas formações discursivas, uma não exclui a outra necessariamente. Partindo, dessas duas posições sujeitos, estando a mulher numa ou em outra, têm-se desdobramentos e consequências. Resguarda-se de que não se trata da mera decisão por parte da mulher em experienciar a maternidade, ou não.

Nesse sentido, não se pode dizer que houve uma escolha da mulher sem esclarecer as consequências, isso seria silenciar uma discussão que traz constrangimentos. Nessa circunstância, percebe-se que os lugares sociais da mulher ganham nuances e contornos. Estes contornos malmente são fáceis e tranquilos de serem determinados, quando se entende que ser mãe implica torna-se “outra”.

Badinter (2011, p. 85), aponta que, nesta segunda posição “outra” que se pretende uma mudança inconvertível para a condição feminina, que coloca em cena uma formação discursiva a partir de um ideário alimentado e realimentado sobre suas responsabilidades e atitudes, de modo que a reiteração ao que cabe à mulher-mãe se torna tão verdadeiro que ela se vê na responsabilidade de colocar-se na posição-sujeito estabelecida a partir de um “imperativo categórico”, social. Isto é, a mulher assume para si inconscientemente o papel de mãe.

Enfim, verifica-se, segundo Pêcheux (1995), que o que nos movimenta é a pretensa certeza de que alguma coisa anterior nos faz ocupar novos e velhos discursos sob a simulação da autonomia de si. No caso da temática abordada para este momento, a personagem simboliza uma parte da somatória à identidade feminina, que espelha um ideal de mulher traçado a partir de movimentos discursivos, cuja subjetividade, surgindo das práticas sociais e culturais são os pilares para que a mulher se constitua, tornando sua condição de existência possível.

Ou seja, essa condição feminina acontece por causa de fatores sociais que estabelecem como os temas da vida cotidiana devem ser experienciados, porque alguma coisa antes já os inspirou à existência, de forma “que todo o indivíduo seja ‘sempre-já-sujeito’” (PÊCHEUX, 1995, p. 155) afetado e constituído pelo teatro da consciência.

Quando nos deixamos ser guiados por alguma inquietação fílmica propiciamos fazer da arte um espaço de confronto, de inquietações e autor revelações. Isso nos permite avaliar a

vida e saber como ela se impõe, ou seja, no entendimento de que a organização social é orientada sócio e ideologicamente.

O fato de ocupar um ou outro espaço na sociedade, não significa fazer uma escolha consciente, todavia, mostra-nos o pertencimento do sujeito a uma formação ideológica que permite a ele se movimentar por determinadas formações discursivas. Em outras palavras, os sentidos “dependem de relações constituídas nas/pelas formações discursivas” (ORLANDI, 2007a, p. 44), não estão predeterminados pela língua.

As formulações discursivas postas pela personagem se determinam como simulacros discursivos por sentimentos e ações de histórias já vividas, ouvidas e/ou sofridas, que pertencem aos movimentos da História. Dessa maneira, os conflitos que engendram uma trama fílmica encontram-se acessíveis para uma avaliação e reflexão pelo sujeito-espectador. “No confronto de gestos de interpretação, expressão do confronto do simbólico com o político, há a presença ausente de outras formulações possíveis, forma da política do dizer” (ORLANDI, 2008, p. 96).

Veloso (2012, p. 22) aponta a ideia de que o sujeito-espectador, ao aparecer nas salas de cinema e colocar-se em contato com o discurso fílmico, ao mesmo tempo em que ele busca sua auto referenciação simbólico-existencial, numa dupla jornada de si que vem a ser o Outro em que de fato ele é, também procura identificar-se através da expressão e/ou formação das subjetividades alternadas por modelos das séries forçada pelo processo de individuação majoritário em curso no momento histórico contemporâneo.

Entrever outras oportunidades de “ser” é uma concepção aberta pelo imaginário cinematográfico. Assim, fica suspenso o impedimento do que foi descoberto no âmago do discurso estabelecido ficar exposto e encontrar força para que o silenciado se rompa. Permitindo assim, novas filiações de sentidos para as identidades femininas, para além das posições já definidas.

Tornando possíveis novos discursos acerca da maternidade, que não se identifique com o da imagem da mãe idealizada, sobretudo com a que envolve o mito do amor materno, que integra temas que quase não tem repercussão, os discursos se mantêm em resistência, no encerramento de meia dúzia de verdades sobre a mulher-mãe que já sinalizam para uma identidade. A que não se identifique com esta identidade fica devendo uma explicação.

E talvez seja esse o caminho, em que galgando por várias formações discursivas, e formações ideológicas, o sujeito se encontre, pois “a análise de discurso considera que o sujeito é socialmente constituído e o discurso se dá no interior de formações ideológicas” (ORLANDI, 1988, p. 69), assim é possível que ele se reconheça, se interpele, se justifique, se

constitua cada vez mais, assim como ser mulher na sociedade contemporânea, ocupando lugares outros, nessa busca por igualdade, por respeito, em seu processo de *empoderamento* “frente a esse mosaico de discursos, ela alimenta essa ou aquela posição. Ela resiste, se entrega, volta atrás, avança” (ORLANDI, 1988, p. 96).

## 2.2 Posição sujeito e Memória Discursiva

E por falar em posição sujeito, com relação a mulher em seu processo de *empoderamento*, aproveitando a temática já abordada sobre a maternidade faz-se necessário discorrer aqui sobre as posições sujeitos que são atravessadas pela memória discursiva, mostrando como a mulher assume para si essa ou aquela posição referente ao *empoderamento*. Nessa condição, o tema parece exigir da mulher uma explicação em relação a sua posição-sujeito, ou seja, ela tende a explicar perante a sociedade sua opção por se tornar mãe ou não, Conforme Orlandi, (2007a, p. 40):

Resta acrescentar que todos esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos formações imaginárias. Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resulta de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição.

Assim, ao colocar-se numa dada posição o sujeito fala de um lugar social determinado, que é constitutivo desse sujeito, porquanto, o que é dito “deriva seu sentido, em relação à formação discursiva” (ORLANDI, 2007a, p. 49) em que o sujeito se inscreveu e sua fala equivale a outras falas que também se fazem presente nessa mesma posição, essa é a instância material das formações ideológicas. Conforme Orlandi (2007a, p. 49), “ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala ‘Isso são horas?’ ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam”, dessa maneira, pode-se dizer que não é a mãe falando e sim a sua posição, portanto, isso lhe garante significância e identidade. Nessa relação discursiva, a imagem é a projeção da posição sujeito mãe.

Socialmente o papel da mulher é gerar vida, ou seja, já está predestinado que toda mulher deve ser mãe, e quando acontece algo que foge a regra, de alguma forma isso tem consequências. Haja vista, que as mulheres são cultuadas desde crianças a crescer, casar e procriar, então, percebe-se que através de uma memória, que já está lá, internamente através de seus inconscientes uma vontade de realização pessoal de um sonho, “ser mãe”. “Saber

como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.” (ORLANDI, 2007a, p. 10).

Percebemos então, que existe dois tipos de memória discursiva, pode-se dizer que, a memória institucional que estabiliza os sentidos se encontra no eixo da constituição, ou seja, no interdiscurso, que é onde podemos encontrar todos os dizeres já ditos e esquecidos, por esse motivo temos a ilusão de estar na origem do dizer, conforme Orlandi (2007a) esse é o esquecimento de nº 1, que também chamamos de esquecimento ideológico, pois “ele é a instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (ORLANDI, 2007a, p. 35), assim, quando falamos achamos que somos a origem do que estamos dizendo, quando na verdade estamos retomando sentidos pré-existentes, pois eles “apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade” (ORLANDI, 2007a, p. 35).

A outra memória discursiva encontra-se no eixo da formulação, ou seja, no intradiscurso, nesse sentido, quando dizemos falamos de “uma maneira e não outra, e, ao longo do nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro” (ORLANDI, 2007a, p. 35), porém, nem sempre temos a consciência sobre o nosso dizer, por esse motivo temos a “impressão da realidade do pensamento” e portanto, essa impressão que funciona como “ilusão referencial nos faz acreditar que há uma realidade direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo” (ORLANDI, 2007a, p. 35). Esse é um esquecimento parcial pré-consciente, porque muitas vezes podemos recorrer a ele para uma melhor especificidade sobre o que dizemos, esse é o esquecimento de nº 2 que também é conhecido como esquecimento enunciativo, pois “a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos” (ORLANDI, 2007a, p. 35).

Aproveitando ainda a tríade Rachel-Anna-Megan do filme, podemos perceber como as personagens são afetadas pela memória discursiva, por suas diferentes posições sujeitos, visto que, Rachel que já era uma mulher casada, tinha um desejo de se tornar mãe, mas por ironia do destino devido a sua esterilidade, foge à regra social, acaba se tornando uma mulher separada e viciada, consequência da não realização de seu sonho, que lhe seria “natural” vindo de um determinado grupo social com formação ideológica que vê na mulher a maternidade como explicação de sua biologia. Assim, Rachel muda de posição sujeito no que

concerne à maternidade, esta jamais poderá passar do lugar empírico mulher para a posição sujeito do discurso “mulher-mãe”.

Anna que ocupava uma posição sujeito de amante passa então, a ocupar a posição sujeito mulher e mãe, contrariamente ocupa a posição sujeito que seria de Rachel, nesse sentido ao mudar de posição sujeito Anna torna-se incompleta ao deixar a carreira de corretora para dedicar-se a filha, embora, tenha se realizado em relação à maternidade, ela sente falta da realização profissional, segundo Orlandi (2007a, p. 52):

Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível.

Nessa perspectiva linguística que pensamos o *empoderamento* da mulher, sua incompletude, como indivíduo, que está sempre procurando algo que lhe falta. Essa também é a condição da linguagem, o fato dela ser incompleta, há sempre algo a ser acrescentado, assim nem sujeito e nem sentidos podem ser vistos como algo pronto e acabado, há sempre o possível. Entretanto, mesmo dada essa abertura do possível, em que as significações ficam abertas a novas, percebe-se que é através dessa “abertura que ele também está sujeito à determinação, à institucionalização, à estabilização e à cristalização.” (ORLANDI, 2007a, p. 52), ou seja, a memória, esse é um saber discursivo, pois sempre que recorre-se ao passado, faz-se interdiscurso.

Dessa maneira com os movimentos Marcha das Vadias, passamos a ver que as mulheres recorrem aos dizeres de outras mulheres através da memória discursiva, quando fazem o uso do interdiscurso com as lutas iniciadas desde a década de 70, quando os movimentos feministas tentaram resgatar seus corpos da dominação masculina, da doutrinação cristã pela igreja católica, do Estado que ainda mantém um poderio maior, dando uma falsa ideia de liberdade as mulheres, quando na verdade as mantém aprisionadas socialmente a uma vida sem autonomia.

Mesmo dando abertura para o novo, os sentidos são administrados, pois não existe totalmente o novo, existe uma tensão entre o novo e o velho, temos aí então, uma tensão entre paráfrases e polissemias, na movência dos sentidos de acordo com a posição sujeito em que cada um ocupa, pois “o equívoco, o non-sens, o irrealizado, tem no processo polissêmico, na metáfora, o seu ponto de articulação.” (ORLANDI, 2007a, p. 53).

Desse modo, temos na paráfrase a estabilização dos sentidos, “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer” (ORLANDI, 2007a, p. 36) que é o que ocorre com as nossas formulações retiradas dos movimentos Marcha das Vadias que utilizamos em nosso trabalho de pesquisa, as mulheres retomam através de paráfrases os mesmos espaços de fala, de significação, na tentativa de resgatar e/ou adquirir tudo o que ainda lhe falta, ou seja, retorna ao passado na estabilização de sentidos na busca do novo no processo polissêmico. Pois, a polissemia representa o movimento, o deslocamento, a ruptura nos processos de significação, em suas várias formas de significar, dada a situação enunciativa do momento, ela joga com o equívoco, “a polissemia é função da incompletude e o silêncio é sua matéria.

O silêncio permite compreender a incompletude na base da interpretação, dos trajetos dos sentidos, dos deslocamentos dos sujeitos, movimento contínuo entre a repetição e a diferença” (ORLANDI, 2008, p. 131). Desta forma, os movimentos Marcha das Vadias fizeram a diferença nesse embate com a repetição, galgando novos espaços de fala, retornando ao passado na busca de um futuro melhor para todas as mulheres, para elas serem donas de si, de seus corpos, de decidirem por si próprias, de terem *empoderamento*.

Nesse sentido, de acordo com o silêncio, conseguimos compreender a sensação de incompletude, de falta, que assola a vida das três mulheres do filme “A garota do trem”, mesmo que de diferentes formas de posições sujeitos com relação a maternidade, são percebidas como “evidência do sentido, na realidade esse é um efeito ideológico que não nos deixa perceber o caráter material, a historicidade de sua construção” (ORLANDI, 2007a, p. 45).

Destarte, “este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.” (ORLANDI, 2007a, p. 46). “Devemos ainda lembrar que o sujeito discursivo é pensado como “posição” entre outras” (ORLANDI, 2007a, p. 49)” coisas, pois, mediante o imaginário que faz parte do funcionamento da língua, fundamenta-se “no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”. (ORLANDI, 2007a, p. 42).

Megan dada sua beleza exuberante ocupa uma posição sujeito mal vista pela sociedade, sua posição sujeito é silenciada, ela torna-se babá da filha de Anna e amante de seu marido. Coloca-se por assim dizer, devido ao trabalho momentâneo, na posição sujeito mãe

ao cuidar do bebê, embora, não se sinta feliz, na realização deste trabalho, é essa infelicidade que orienta a vida de promiscuidade e insatisfação de Megan e sua aversão à maternidade.

Como já mencionado Megan foge a posição sujeito mãe, por não se sentir confortável nessa posição, a marcação da posição de negação da maternidade está centrada numa formação discursiva que vai de encontro à formação discursiva da mulher mãe naturalizada. Ela não sentia o instinto afetivo maternal, nem tampouco vivia uma vida de acordo com essa posição, por isso, vivia seu trauma silenciosamente, por ter deixado sua filha morrer. E conforme Orlandi (2008, p. 130):

Silêncio significante também está submetido aos mecanismos discursivos de produção e funcionamento. O silêncio é discurso. Mas ele tem sua materialidade própria, suas formas próprias de significar, fazendo significar de seu modo particular a interpretação, logo, a ideologia, através de mecanismos diferentes dos das palavras.

Portanto, o silêncio de Megan perante a sua falha como mãe em relação a maternidade é significativa. A realização pessoal das três mulheres está interligada na condição materna, tem-se aí uma inseparável relação em prol da maternidade, mas “na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições.” (ORLANDI, 2007a, p. 40). Assim, o sentido da maternidade significa diferentemente para cada uma delas de acordo com as posições em que elas se inscrevem, em relação as formações ideológicas, pois “os sentidos sempre são determinados ideologicamente” (ORLANDI, 2007a, p. 43).

Sendo assim, a forma-sujeito histórica dessa tríade de mulheres corresponde à da sociedade atual pela contradição, percebe-se nelas um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso com relação à sociedade. Todas pagam certo preço com relação à posição sujeito em que ocupa, Esse é um assujeitamento necessário, é o preço a pagar quando fogem das regras estabelecidas pela sociedade através da memória discursiva.

## **CAPÍTULO III**

### **MULHER X EMPODERAMENTO**

#### **3.1 *Empoderamento*: ilusão ou realidade**

Para falar sobre *empoderamento*, é necessário ter uma base conceitual do que este termo significa, qual sua importância para a vida das mulheres, e assim, estabelecer as

relações de sua contribuição ou não para as mulheres. A palavra *empoderamento* é uma adaptação da palavra inglesa *empowerment*, portanto, sua origem é de língua inglesa com elementos de latim em sua formação, surgiu pela primeira vez em 1651 através de outra adaptação do idioma inglês numa transformação de um substantivo em verbo (verbing), de acordo com o dicionário online americano Merriam – Webster, de indubitável confiabilidade, *empower* significa: “dar poder ou habilidade a algo ou a alguém” (BERTH, 2018, p. 18), enquanto que no Cambridge Dictionary, dicionário da Universidade de Cambridge, o termo *empowerment* significa “o processo de ganhar liberdade e poder para fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você” (BERTH, 2018, p. 19).

Já no Brasil, o termo (*em*)*poder(amento)* é considerado um neologismo por ter sido criado a partir de outra palavra, esse fenômeno linguístico acresce um prefixo e/ou um sufixo em uma palavra já existente dando origem a outra por adaptação, isso ocorre quando uma pessoa não encontra uma palavra certa para designar o que quer expressar, assim, utiliza-se de uma já existente e conhecida para compor um significado aproximado, desta forma, segundo a adaptação inglesa o termo *empower* significa “dar poder ou capacitar” (JULIAN RAPPAPORT (1977) apud Berth (2018, p. 19), embora ainda não exista significado correspondente em nossos dicionários, podemos deduzir que o *empoderamento* é um ato de colocar alguém no poder, ou seja, pela processo de continuidade de uma ação contínua dada a acontecer, pela frequência das lutas e repercussão mundialmente dos atos, os movimentos Marcha das Vadias, foram muito significantes nesse processo de crescimento e expansão feminina em tudo o que lhe dizem respeito a seus direitos. Portanto, os movimentos Marcha das Vadias tentaram e ainda tentam colocar outras mulheres em *empoderamento*, atualmente tentam disseminar poder através das Ongs.

Atualmente, segundo Berth (2018, p. 20) o termo *empoderamento* tem um conceito bem complexo, distorcido e incompreendido devido a criticidade que envolve o tema, não pelo seu significado mas pela forma como vem sendo utilizado que distancia-se do sentido originário da teoria proposta. A autora afirma ainda que, o termo vem sendo muito criticado pela forma “vazia” como vem sendo utilizado que foge totalmente das raízes da teoria proposta (BERTH, 2018, p. 20). Desta maneira, o termo vem sendo usado e abusado nos mais diferentes campos do pensamento nos conceitos políticos, usado de forma esvaziada, sendo necessário estar atento para identificar o que deve ou não ser levado a sério, todavia, mesmo sendo utilizado com esse esvaziamento, há uma gama de trabalhos realizados que devem ser vistos com seriedade e profundidade que são imprescindíveis para a compreensão do termo.

Conforme Berth (2018, p. 16) “empoderar dentro de todas as premissas sugeridas é, antes de mais nada, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da história”. Este pensamento é uma forma de combater a mediocrização e o esvaziamento da teoria criada e aplicada “como instrumento de transformação social” (BERTH, 2018, p. 16).

Dentre os autores que trabalham com esse termo, além de Joice Berth, podemos citar: Hannah Arendt, Michel Foucault, Cecília M. B. Sardenberg, Patrícia Hill Collins, Zimmerman e Perkins, Rute Baquero, Bárbara Bryant Solomon, que iniciou a utilização da Teoria do *Empoderamento* em pesquisas e gestão social de pessoas sem visibilidade através do olhar dominante, no intuito de buscar a emancipação de grupos oprimidos, Anne-Emmanuèle Calvès, e o educador brasileiro Paulo Freire, que com sua postura revolucionária pensou nas pessoas radicais que “se interessariam pela transformação real da sociedade e responsáveis pela afetiva prática e conduta de transformação pelo pensamento consciente e libertário de povos oprimidos” (BERTH, 2018, p. 28). Freire foi considerado um precursor da análise efetuada de acordo com os grupos oprimidos, através da Teoria da Conscientização que inspirou a Teoria do *Empoderamento*, entre outros.

É preciso “ajustar as discussões acerca da Teoria do Empoderamento ao exato entendimento das dinâmicas e significados das opressões estruturais e sua relação indissociável com o conceito, bem como a aplicabilidade da teoria” (BERTH, 2018, p. 29), para traçar a trajetória das mulheres que a mais ou menos três séculos através dos movimentos feministas vem tentando assegurar um reconhecimento da identidade feminina mediante suas lutas, porém, esse reconhecimento tem sido algo inatingível devido os constantes embates com a sociedade patriarcal que tem se mostrado contrária a qualquer avanço feminino, tornando-se principal obstáculo na luta contra as mulheres. Logo:

O movimento feminista, sobretudo aquele que foi construído a partir do rompimento com a ideia universal da categoria mulher, ou seja, ressignificando categorias diversas de mulheres pela premissa da interseccionalidade – negras, indígenas, latino-americanas e mulheres de cor ou não brancas, entre outras – é que acaba por reestruturar as bases iniciais para o entendimento e aplicabilidade, bem como para a detecção das fissuras e distorções que necessitavam atenção. Esta concepção é fundamental para pensar as desigualdades por uma perspectiva de gênero, partindo dos lugares sociais das mulheres. (BERTH, p. 39-40, 2018)

É importante ressaltar que atualmente essa concepção tem sido esvaziada para um “empoderamento feminino” redundante que vem se resumindo com a falta de explicação

sobre a origem e o uso do conceito (BERTH, 2018), ou seja, o termo vem sendo usado de forma superficial. Desta forma, para uma melhor compreensão sobre esse *empoderamento*, trazemos algumas reflexões de teóricos acerca deste poder que contempla o entendimento de toda a significância do termo *empoderamento*

Hannah Arendt fala de um poder a partir da ação coletiva, ou seja, de um poder social e subjetivo, que se desenvolve no entendimento do que falamos ao assumirmos a urgência de *empoderar* pequenos grupos, de agirmos em conjunto, o poder não pode ser visto de forma individual, pois pertence ao grupo e desta forma sua existência permanece enquanto este grupo estiver unido. Em se tratando de cargos políticos de poder, a pessoa que está nesse cargo “no poder”, ela apenas cumpre o status de empossado por um determinado grupo de pessoas que a colocaram lá para agir em seu nome, é um lugar social.

Michel Foucault descreve um poder desgarrado da tradição da Ciência Política, ele fala de um poder descentralizado de Instituições, para ele é necessário pensar num poder que atravessa toda a estrutura social, num poder que vai além e ultrapassa o nível estatal e que esta situado em toda a sociedade, assim “o poder seria uma prática social construída historicamente” (BERTH, 2018, p. 13). Este pensamento foucaultiano, pode ser apreciado em sua obra “Microfísica do poder”, onde ele discute sobre a biopolítica e o biopoder, salientando como as normas controlam os corpos dos sujeitos e a educação através da disciplinarização, da imposição normatizadora. Segundo ele, “a disciplina fabrica os indivíduos, é uma técnica específica de poder que domina os indivíduos. (BERTH, 2018, p. 13), sua análise aponta um sujeito que é colocado ao mesmo tempo em relações de produção, de significação e em relações de poder.

Diante disto, podemos dizer que ao darmos poder a alguém, estamos condicionando o indivíduo e o grupo ao qual ele pertence, a ter uma percepção de si, do seu autorreconhecimento, de autovalorização e afirmação, do seu autoconhecimento das habilidades humanas, inerente a sua história, em que o mesmo entende sua condição social e política, compreendendo tudo que se passa ao seu redor.

É uma forma de incentivar o sujeito a auto aceitação de suas características culturais e estéticas deixada por sua ancestralidade, e desta forma, carregado de informações, amparado por uma criticidade sobre si e o mundo em que vive, este sujeito possa criar ou até mesmo descobrir nele apetrechos de atuação ao poder em função de um grupo social, em função do coletivo. O poder vem sendo (res)significado nesse processo de *empoderamento* pelas inúmeras teorias do Feminismo Negro e Interseccional, distanciando-se do que foi proposto por muitos de seus teóricos. “O conceito de empoderamento é instrumento de emancipação

política e social e não se propõe a ‘viciar’ ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre indivíduos, tampouco traçar regras homogêneas de como cada um pode contribuir e atuar para as lutas dentro dos grupos minoritários” (BERTH, 2018, p. 14).

Os sujeitos que vivem uma realidade opressiva, muitas vezes não tem essa percepção enquanto oprimido e as vezes “encontram no seu opressor seu ‘tipo de homem’”, (BERTH, 2018, p. 14). Daí a necessidade de saber, de que poder estamos falando e o que podemos fazer, quais percursos seguir para que essa lógica não seja invertida.

Como já dissemos, o termo *empoderamento* é alvo de muitas críticas, e uma delas é a que o confina à subjugação implícita nas relações de poder. Por esse viés, “alguns teóricos “preferem o termo *fortalecimento*, no entanto, o *empoderamento* que seguimos no presente trabalho não visa retirar poder de um para outro a ponto de inverter os polos de opressão, mas sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade”. (BERTH, 2018, p. 16).

Segundo a indiana Batliwala mencionada por Beth (2018) apud Sardenberg “o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos” (BERTH, 2018, p. 16).

Patrícia Hill Collins em sua análise discorre sobre o processo de *empoderamento* como uma resposta interna ao estímulo externo, e não o seu contrário. Verifica-se que, é preciso que o sujeito tenha essa capacidade interna de autoconscientização e que desperte seus potenciais como forma de estratégias e enfrentamento às práticas dos sistemas dominantes; machismo e racismo. A ausência de tais considerações causa esse efeito contrário, essa inversão do conceito de *empoderamento*, uma vez que, não fornece estratégias de libertação individual que impulsionem a emancipação coletiva, porém, cria uma certa dependência desses sujeitos oprimidos que acabam não entendendo o significado e até reproduzem as práticas internalizadas de racismo e sexismo.

Sobre isso, Zimmerman e Perkins fazem uma interessante definição acerca da Teoria do *Empoderamento*, partindo das seguintes reflexões:

O empoderamento é uma construção que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de suporte e comportamento pró-ativo no âmbito das políticas e mudanças sociais (Rappaport, 1981, 1984). A pesquisa e a intervenção da teoria do empoderamento unem o bem-estar individual ao meio político e social mais amplo [...] centra-se na identificação de capacidades, em vez de enfatizar fatores de riscos e

explorar influências problemáticas do meio social ou em vez de culpar as vítimas. (BERTH, 2018, p. 21 apud PERKINS, ZIMMERMAN, 1995, p. 570)

A premissa sobre a teoria do *empoderamento* foi assertiva comparando-se a diversidade de fontes autorais que abordam essa temática e identificam as semelhanças, para a partir daí dispor a definição do termo, que surge em abundância, sem definição específica, porém, a própria concepção de *empoderamento*, deve ser considerada com certos cuidados, para que sua definição se torne bem clara. Todas as conceptualizações:

Implicam que o empoderamento é mais do que o construto psicológico tradicional com o qual às vezes é comparado ou confundido (por exemplo, auto-estima, auto-eficácia, competência, auto-controle). As várias definições geralmente são compatíveis com o empoderamento como ‘um centralizador de processos contínuos intencionais na comunidade local, envolvendo respeito mútuo, reflexões críticas, cuidados e participação grupal, por meio das quais pessoas enfraquecidas possam se valer da distribuição igualitária de recursos necessários. (BERTH, 2018, p.22)

Entretanto, essas conceituações iniciais, além de servir como fundamento para se compreender a teoria, sustentam as observações realizadas por Rute Baquero que incidem sobre a origem do conceito (BERTH, 2018, p. 22). Ou seja, para a autora, há uma ligação estreita entre o viés conceitual com a Reforma Protestante de Martinho Lutero no século XVI, fato pelo qual ele traduziu escritos bíblicos do latim para o alemão, a fim de facilitar o entendimento por pessoas mais pobres. Dessa forma, ele confrontou o controle hegemônico da informação, que até então, era do clero, para que essas classes menos favorecidas tivessem acesso a informação. “O poder da informação já era exercido como instrumento de manipulação e hierarquia social” (BERTH, 2018, p. 22-23), conforme o entendimento de Rute Baquero sobre a Teoria do *Empoderamento*, podemos compreender por esse percurso histórico, que a informação, o conhecimento é instrumento de libertação dos sujeitos.

A professora e assistente social americana Bárbara Bryant Solomon, foi considerada em algumas literaturas como precursora da Teoria do *Empoderamento*, pela sua aplicabilidade em pesquisas e gestão social de povos invisíveis aos olhos dominantes, para ela “o empoderamento é definido como um processo pelo qual a auto direção e o processo de ajuda são as forças de cura e fortalecimento entre a população negra” (BERTH, 2018, p. 25). A autora associa sua prática profissional em benefício a emancipação de grupos minoritários oprimidos.

Contudo, outras literaturas apontam o educador brasileiro Paulo Freire como precursor, sendo muito citado no exterior, a sua Teoria da Conscientização inspirou a Teoria do *Empoderamento*, nela o autor faz suas reflexões a partir da realidade existente, e a concebe

como prática de libertação e de estratégias que atuem em grupos oprimidos. Freire “acreditava que os próprios grupos que foram subalternizados deveriam empoderar a si próprios, processo esse que se inicia com a consciência crítica da realidade aliada a uma prática transformadora.” (BERTH, 2018, p. 27). Contrariando o conceito de Julian Rappaport, de que os grupos minoritários necessitavam de ferramentas para se *empoderarem*.

Paulo Freire tem uma postura revolucionária, ao pensar sua obra, como interesse de pessoas radicais que visavam pela transformação real da sociedade e se responsabilizariam por essa conduta de transformação utilizando um pensamento consciente e libertário da população oprimida. O autor também se preocupa com a deformação consentida do conceito em sua obra “*Medo e ousadia: cotidiano do professor*”, o qual em parceria com o professor Ira Shor dialoga fazendo um alerta para a necessidade de olhar o conceito com mais afinco, e não pensá-lo como algo instantâneo, esvaziado. É perceptível a sua teorização do conceito de *Empoderamento* a partir do social e coletivo, e não do individual como vem sendo aplicado o conceito.

É importante ressaltar que toda essa diversidade de conceitos da Teoria do *Empoderamento*, aqui mencionados, é imprescindível, para a compreensão desse processo nos grupos minoritários, pelo qual procuramos compreender os discursos sobre *empoderamento* das mulheres que são mencionadas neste trabalho em AD, como sujeitos que buscam esse *empoderamento*, a fim de se afirmarem como sujeitos de direitos, sobre a sua (sobre)vivência, assim, vimos nos movimentos Marcha das Vadias, aqui representados através das três formulações que selecionamos para nossas análises a retratação das mulheres como sujeitos deixados à deriva buscando sua autoafirmação como sinônimo de poder.

Vale destacar que mesmo com tantos obstáculos inúmeras mulheres, incluindo algumas que sequer tiveram seus nomes divulgados no decorrer da história, não mediram esforços nessa luta e os principais direitos e liberdades civis foram atingidos, segundo Carneiro (2003) cerca de 80% foram contemplados na Constituição Federal de 1988, derrubando o pátrio poder.

No entanto, não desapareceram a discriminação, a opressão e o abuso, pelo contrário: como esclarece Castels (2018, p. 250), “a violência interpessoal e o abuso psicológico têm-se expandido, justamente em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda do poder”. Ou seja, por mais que as mulheres avancem em direitos, os homens se mostram soberanos, não abrem espaço para que se realize a igualdade em direitos como está prescrita em lei, insistem em manter a subordinação da mulher, há um longo percurso que distancia a lei da realidade.

Segundo Tavares (2011, p. 09) “Os papéis tradicionais de mulheres e homens estão ainda tão entranhados que a implementação de leis que desafiam a subordinação ‘naturalizada’ das mulheres tornou-se um desafio crítico no país”. Percebe-se assim, que o papel social das mulheres já vem estigmatizado como um sujeito inferior desde a sua criação, e que, portanto, qualquer ação contrária é passível de crítica pela sociedade dominante.

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. (TILLY, 1994, p. 31)

Percebemos desta forma, que as mulheres ainda são moldadas conforme a necessidade egocêntrica masculina, são sufocadas por um androcentrismo, mesmo com “um grande estoque de talento nas mulheres, cujos níveis educacionais ultrapassam os dos homens até nas faixas inferiores” (TAVARES, 2011, p. 09) há uma formação discursiva que resiste em manter-se como prioridade.

Com um nível de escolaridade superior ao dos homens as mulheres têm alcançado o mercado de trabalho em ritmo contínuo, usufruindo de cargos de prestígio, com a ascensão profissional em cargos de liderança, embora muito lentamente e com salários bem inferiores.

A grande maioria feminina ainda permanece em cargos nos setores econômicos informais, mais vulneráveis, ou seja, como empregadas domésticas, haja visto, que essa grande maioria é facilmente identificada por sua raça/cor/etnia, mais especificamente as negras, as indígenas e pobres que possuem um nível escolar mais baixo e/ou nem possuem escolaridade. A diversidade, as relações de gênero, raça/etnia e classe são obstáculos que geram disparidades em meio as lutas femininas, pois divergem em diversos fatores, principalmente na cidadania das mulheres e no usufruto dos direitos humanos.

A ótica feminista universalizava as lutas das mulheres, no entanto, era necessário buscar mudanças, pois com a conscientização das desigualdades de gênero, através do feminismo, as mulheres foram transformadas em novos sujeitos políticos, “esta condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular” (CARNEIRO, 2003, p. 119). Carneiro (2003, p. 119) ainda afirma que:

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo

dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres.

Nessa perspectiva cada grupo de mulheres se dedicavam em lutar pelo que mais necessitavam, cada um manifestando sua ideologia em benefício particular, em assuntos tais como: mercado de trabalho, violência de gênero, cultura, sexismo, saúde, comunicação, etc. Assuntos que geravam controvérsias entre as mulheres, e que deixavam as desprovidas financeiramente à mercê da sociedade, marginalizadas.

É importante destacar que é através das políticas públicas que as mulheres obtiveram visibilidade social. Pitanguy (2011, p. 23) afirma que “os direitos se escrevem com as tintas do poder, da luta, da negociação”, é nesse sentido com a ajuda de um advocacy que podemos evidenciar algumas conquistas dos movimentos feministas no Brasil.

Mesmo que haja várias reflexões em torno da correta aplicação da Teoria do *Empoderamento* que as fazem serem decisivas em seu desenvolvimento nos meios necessários, foi o movimento feminista da década de 80 que questionou a abordagem e o direcionamento da Teoria proposta por Paulo Freire:

A qual teria um limite ao não ter se atentado que o oprimido não é um conceito abstrato, porque é marcado por gênero, raça, sexualidade e outras identidades. A abordagem de Freire serve inegavelmente para a compreensão de caminhos e estratégias de erradicação de desigualdades, inclusive é um dos alicerces do pensamento da feminista negra bell hooks. (BERTH, 2018, p. 32)

Percebe-se uma sofisticação na análise e reflexão acerca de intersecções de grupos que combinam opressões, como por exemplo: a raça e o sexismo. O *empoderamento* feminino ressurgiu então, na década de 80, devido à “crescente interação que ocorria entre o feminismo e a abordagem da conscientização desenvolvida por Paulo Freire na América Latina” (BERTH, 2018, p. 32). No entanto, Freire desconsiderou “o gênero e a subordinação das mulheres como um elemento crítico para a libertação” (BERTH, 2018, p. 32).

A ONU Mulheres têm acompanhado a trajetória feminina e conforme Barsted e Pitanguy (2011), no ano de 2004, devido as mudanças referentes ao perfil da mulher brasileira, “a Cepia, a convite do Unifem (atual ONU Mulheres), coordenou e organizou a publicação do livro O Progresso das Mulheres no Brasil, demonstrando os avanços ocorridos no país no período de 1992-2002”, o qual foi reelaborado e ampliado com o apoio da ONU Mulheres para que englobasse todas as conquistas femininas entre os anos de 2003 à 2010, o

mesmo foi organizado pelas autoras com o intuito de apresentar os novos desafios almejados para as próximas décadas e assim promover o Progresso das Mulheres.

Muitos foram os progressos em virtude das mulheres brasileiras, no entanto, não é possível negar que a grande maioria ainda permanece em situações de exclusão social e de violência, principalmente as mulheres mais pobres, as rurais, as negras, e as indígenas. O estado brasileiro não logrou êxito nas melhorias para estas mulheres. Tavares (2011, p. 11) afirma que “a incidência política das mulheres é o único caminho para o avanço”.

Cabe ressaltar que no âmbito político em 2010 o Brasil elegeu pela primeira vez uma mulher como presidente. Por se tratar de *empoderamento* da mulher, neste trabalho, não podemos deixar de mencioná-la, a única mulher que assumiu a presidência do Brasil, em seu status máximo de poder, ou seja, a única mulher que ocupou o lugar de comando, de poder, que esteve empossada para representar a sua categoria (mulher).

A presidente Dilma em uso de seu poder nomeou nove ministras mulheres para os cargos de confiança, ela procurou priorizar o *empoderamento* econômico das mulheres e o enfrentamento a violência com base no gênero, porém, mesmo com o país sob o comando de uma mulher, o número de mulheres nos parlamentos nacional e estadual ficou em 11%, permanecendo estagnado. Infelizmente é desanimador a pouca presença de mulheres em cargos públicos, isso tem prejudicado seu acesso ao poder contrariando suas conquistas mediante a Constituição Federal.

Percebe-se que o fato de uma mulher ter ocupado o grau máximo de poder político incomodou muita gente, especificamente os machos, tanto que a mesma foi destituída do poder através de um impeachment<sup>9</sup>. A misoginia<sup>10</sup> ficou escancarada na forma como aconteceu todo esse processo, tanto pelos homens como pelas próprias mulheres que deveriam abraçar a causa e manterem-se no poder, era a hora do “nós mulheres” funcionar para um bem comum, ou seja, para o *empoderamento* feminino, no entanto, essas foram as que mais criticaram, nesse sentido, pode-se dizer que houve contradição, houve falha, um equívoco, na cooperação entre o coletivo mulheres, na constituição desse *empoderamento*. A presidente Dilma, muitas vezes teve que usar palavras quase que igual a um homem para se fazer ouvir, para ter voz de voto.

Como forma de contrastar a posição sujeito, vemos uma mulher ocupando um lugar empírico de um homem e embora, o cargo de presidente do Brasil esteja sob o comando de

---

<sup>9</sup> Impeachment é um termo de origem inglesa que significa impedimento e é aplicado a um chefe de Estado para afastá-lo de seu cargo.

<sup>10</sup> A misoginia consiste no desprezo, repulsa ou ódio contra as mulheres, é uma aversão as mulheres pelos sujeitos homens que por uma visão sexista coloca a mulher num status de subalternidade, inferiorizando-as.

uma mulher é o seu exterior que comanda. Ou seja, embora tenhamos uma mulher no poder, as decisões tomadas sempre partem de um conjunto social externo. Assim, vemos que, “sujeito e sentidos se constituem ao mesmo tempo. À errância do sujeito, à sua capacidade de migração, corresponde a errância do sujeito que muda de posição e que falha etc.” (ORLANDI, 2008, p. 131), nesse sentido, podemos dizer que o sujeito “mulher presidente” erra quando migra de um lugar para outro, quando ela muda para a posição sujeito, e assume o lugar social de um “presidente homem” ela falha, pois é esta posição que significa, e é a posição que fala. Destarte, “o sujeito e o sentido, ao se constituírem, o fazem na relação entre o mundo e a língua, expostos ao acaso e ao jogo, mas também à memória e a regra”. (ORLANDI, 2007b, p. 141).

O país tem procurado seguir seus compromissos com os Tratados e Convenções internacionais que asseguram os direitos das mulheres, integrando-se a Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) e também a Convenção de Belém do Pará, que através do Congresso Nacional visam reformas políticas que asseguram mais corporeidade no legislativo estaduais e federais.

O desafio primordial nas políticas públicas brasileiras com relação ao trabalho é apontado por Bruschini et al. (2011) como uma grande dificuldade em “promover a articulação entre família e trabalho” (BRUSCHINI *et al.*, 2011, p. 145), além de dar continuidade na implantação de medidas que eliminem as desigualdades e discriminação nestes ambientes. As autoras alegam a necessidade de uma ampliação na licença paternidade, que tende a ser ratificado na convenção 156, da OIT, pelo governo brasileiro, segundo elas, isso seria um primeiro passo a fim de equilibrar a relação entre trabalho e família, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE).

Foi criado em 2002 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), antiga Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, essas secretarias coordenaram algumas campanhas de incentivo para as mulheres ingressarem na participação política como: Mulheres Sem Medo do Poder (1996) e Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso! (2008). Essas ações tinham como intuito desarticular o monopólio masculino nas candidaturas políticas.

Conforme Carneiro (2003, p. 118), “as desigualdades sofridas pelas mulheres em relação ao acesso ao poder foi enfrentada por diversas campanhas das quais resultaram a aprovação de projeto de lei, de iniciativa da então deputada Marta Suplicy”, que conseguiu reservar no tocante 20% das legendas partidárias para as candidaturas femininas através da Lei 9.100 de 2 de outubro de 1995.

Este percentual foi ampliado para 30% com a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 e em 2009 com uma mini-reforma eleitoral pela Lei 12.034/09 ficou estabelecido como obrigação de no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas por partidos para homens e mulheres e também direcionava 5% de fundo partidário como recursos para incentivar e proporcionar um maior desenvolvimento nas candidaturas femininas.

No ano de 2006, foi implantado a Lei 11.340 que foi considerado um marco importante referente ao cumprimento de proteção internacional e constitucional que garantia o direito das mulheres com uma vida livre de violência. Aprovada no dia 22 de setembro de 2006 esta lei ficou conhecida popularmente como Maria da Penha, sua nomeação foi em decorrência de uma ação da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes contra seu marido devido as várias agressões sofridas, inclusive tentativa de assassinato quando ela dormia no dia 29 de maio do ano de 1983, fato este que a deixou paraplégica.

Este caso repercutiu mundialmente, levando o Brasil a uma condenação no ano de 2001 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), por negligenciar os fatos de violência contra a mulher e também devido a lentidão e o descaso em que tratava a violência doméstica, foi necessário a intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA), para que a Lei 9.099/95 que considera a violência doméstica como um menor poder ofensivo, que podia ser paga por multa ou cestas básicas, sofresse alterações, para que o agressor fosse levado a prisão preventiva podendo permanecer por lá por até três anos.

A ONU tem procurado garantir os direitos internacionais e nacionais de proteção a mulher, que foram adquiridas desde 1970 através das lutas feministas, proclamando assim, o ano de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres. Desde então, aconteceram Conferências Mundiais no intuito de assegurar as mulheres tais direitos. Ressalte-se a importância de mencioná-las neste trabalho: Conferência da Cidade do México em 1975, de Copenhague em 1980, de Nairóbi em 1985, de Pequim em 1995, de Viena em 1993, Do Cairo em 1994 etc., haja visto, que foi através dessas conferências que se obteve a aprovação da Carta das Nações Unidas que propunha aos países membros a propiciarem a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação contra mulher.

Assim como, combater qualquer tipo de violência doméstica que pudesse prejudicá-las, os quais ficaram incumbidos também de adotar medidas de proteção para vítimas de violência familiar, além de implementar programas de prevenção, locais para acolhimento, tratamento e reabilitação. Esses documentos foram grandes marcos das lutas feministas, foram avanços que ficaram registrados pela Assembleia Geral da ONU que aprovou em 1979 a CEDAW, Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulher,

este foi o primeiro registro internacional a trazer em seu bojo assuntos relacionados a igualdade de gênero e a necessidade de eliminar as discriminações. O Brasil assinou em 1982 o CEDAW, com algumas ressalvas, pois o Código Civil brasileiro conferia ao homem o status de chefe da família, porém, em 1988 com a Constituição ficou determinado igualdade entre homens e mulheres na vida conjugal.

A Declaração dos Direitos Humanos, antiga Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, tem seu fundamento na proteção das pessoas, na delegação de responsabilidades aos Estados membros da ONU e certificação da universalização dos direitos políticos e civis (PITANGUY, 2011).

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, denominada também como Convenção de Belém do Pará, já mencionada neste texto, foi aderida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 9 de junho de 1994, conforme Barsted (2011) foi ela que norteou a Lei Maria da Penha (2006), pois, para a autora “a violência de gênero contra a mulher é uma ofensa à dignidade humana” (BARSTED, 2011, p. 351), porque atinge todos os setores sociais independente da classe, raça/etnia, cultura, religião, níveis educacionais e ou salariais, afeta de forma negativa a base social.

A IV Convenção Mundial da Mulher em Pequim, aprovada em 1995, foi muito importante para as mulheres, pela grande influência, assim como, o grande número de participantes, ela passou a adotar três grandes conceitos vindos das teorias feministas: o gênero pelo qual se investiga as relações de poder determinadas social e culturalmente; o *empoderamento* feminino pelo qual a mulher tende a manter controle sobre o seu progresso, assim como, de ações governamentais e social de incentivo para esse processo; e a transversalidade pelo qual nas concepções de gênero integra políticas públicas em todas as esferas governamentais. A partir daí ficou reconhecido internacionalmente a violação dos direitos humanos através da violência de gênero.

Em termos de *empoderamento* faz-se necessário também mencionar a criação da ONU Mulher em 2010, que foi considerada uma grande vitória pelo advocacy. Assim como, a nova carta constitucional que rege o indivíduo-Estado, conforme Piovesan (2011) também trouxe algumas conquistas principais, que foram consideradas marco na história política do país com relação os direitos de cidadania, que foram as criações de algumas secretarias como: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) 1985, Conselhos Estaduais desde 1983, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) ativas desde 1980, o Brasil foi pioneiro na instituição de órgão de políticas públicas em prol da mulher.

Heringer e Silva (2011) mostram a importância da criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) em 2003 que contribuiu para o *empoderamento* das mulheres negras. Também discorrem sobre a participação significativa de diversas organizações de mulheres negras nas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (CNPM) com ocorrência nos Planos Nacionais.

É compreensível que a violência contra as mulheres decorra das desigualdades entre homens e mulheres e que se faz necessário aderir algumas mudanças nas relações de poder para que essas desigualdades sejam sanadas, é preciso que as mulheres participem como iguais no acesso ao poder, para tanto, o *empoderamento* é visto como uma via de acesso para a igualdade, pois, romperá com as situações de violência vivenciadas por milhares de mulheres.

A ação do advocacy através de políticas públicas deve promover o *empoderamento* das mulheres para que estas sejam fatores de transformação social e de seus próprios futuros. Conforme Moraes e Rodrigues (2016, p. 99):

O termo empoderamento, originado nos Estados Unidos, nos contextos dos movimentos dos direitos civis, começou a ser utilizado pelas feministas em meados dos anos 70. Segundo Friedmann (1996, p. 8), empoderamento é todo o acréscimo de poder que, ‘induzido’ ou ‘conquistado’, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentar a eficácia do seu exercício de cidadania.

Nesse sentido o *empoderamento* traz muitos benefícios não só para as mulheres como também para os homens, segundo Loiro apud Moraes e Rodrigues (2016, p. 99) “quando há o empoderamento das mulheres, [...] o poder imposto tornava ‘menos humano e diminuía suas próprias capacidades resultantes da sua relação violenta com sua mulher’. Nessa mudança, houve ganho para ambos os lados”.

Deste modo o *empoderamento* tem a função de romper com as situações de violência contra as mulheres, pois pode significar possivelmente um “ganho de poder” que traz para a mulher sabedoria e capacidade para modificar seu relacionamento.

Entretanto, o *empoderamento* visto de forma “induzida” ou “conquistada”, geralmente é proveniente da execução de agentes externos que funcionam como mediadores, impulsionadores, fomentadores do seu desenvolvimento. Este é o caso de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), que com essa ajuda de custo benefício, passam a ter mais autonomia financeira, elas são vistas como melhores administradoras da renda familiar, fato pelo qual foram designadas para fazer a gestão do benefício que vem em

nome delas, são elas quem mantêm a responsabilidade de manter seus filhos estudando para poder garantir essa ajuda financeira.

Este programa foi um fator externo de transformação para as mulheres, pois promoveu a ruptura com o patriarcalismo destituindo o monopólio masculino como única via de acesso para as políticas públicas e impulsionou a valorização feminina como sujeitos sociais (BUARQUE, 2011).

Esse benefício, o PBF, tem por função combater a fome e a pobreza, é considerado uma das grandes políticas de distribuição de renda do governo federal brasileiro. Entretanto, ao beneficiar as mulheres pode atrapalhar seu *empoderamento*, pois, se por um lado essa ajuda de custo faz a mulher a ter mais autonomia, podendo sentir-se *empoderada*, por outro, pode prejudicar, em casos em que o homem não aceita essa autonomia por parte da mulher, quiçá, perder essa autonomia sobre a mesma, o que acaba gerando conflitos e contribuindo cada vez mais com a violência doméstica, assim pode-se dizer que traz um sentido reverso. A resistência do patriarcado tem trazido grandes problemas familiares.

O *empoderamento* feminino pode ser considerado como uma forma alternativa para a mulher na superação das desigualdades sociais pela qual ela vem sofrendo. Nesse sentido, ele deve promover uma transformação no papel social da mulher, trazendo auto estima, fortalecimento, ascensão, progresso. Assim, a mulher destitui-se da subordinação masculina e torna-se protagonista de suas ações, capaz de tomar decisões tanto individuais como coletivas, por esse motivo, o *empoderamento* pode ser considerado como um fenômeno multidimensional. Conforme Couto e Saiani (2021) o *empoderamento* pode ser compreendido como um desafio para as relações de poder existentes.

Buscando-se no Dicionário Online de Português a palavra *empoderamento* temos o seguinte significado: substantivo masculino - “ação de se tornar poderoso, de passar a possuir poder, autoridade, domínio sobre: processo de empoderamento das classes desfavorecidas”. [Por extensão] Gíria. Passar a ter domínio sobre a sua própria vida; ser capaz de tomar decisões sobre o que lhe diz respeito: *empoderamento* das mulheres. Ação ou efeito de empoderar, de obter poder. É necessário fazer esse apanhado sociológico referente ao *empoderamento* para dizer que linguisticamente para a mulher o *empoderamento* é visto como uma válvula de escape frente as infinitas formas de opressões pelas quais ainda tem sofrido, principalmente com relação ao machismo e a misoginia, que aparenta ser um processo natural na relação entre homens e mulheres. Através da Análise de discurso buscamos mostrar além das evidências e romper com esse processo natural e mostrar como esse percurso de auto dominação pode ser realmente um fator de transformação social para as mulheres.

Vale ressaltar que o *empoderamento* pode ser visto e analisado em vários âmbitos da vida social feminina, no financeiro, no trabalhista, no cultural, na saúde, na diferença de classe, nos valores sociais, no público, no privado, no urbano, no rural, na raça/etnia, no sexual, no político, no psicológico, no reprodutivo, etc., em cada esfera o *empoderamento* apresenta-se de diferentes formas nas dimensões da vida social, se sobressai em alguns, ganha contornos e nuances, avança, já em outros sequer chega a aparecer. Assim, percebe-se que “pelo viés da transparência, o poder procura tornar o sujeito ‘sem defesa’, procura disciplinar e normalizar sua subjetividade” (HAROCHE, 1992, p. 21). Mas a linguagem não é transparente, e assim, pelo viés da AD, procuramos através dos movimentos Marcha das Vadias resgatar esses sujeitos sem defesa, do ciclo vicioso da vida de Marias, e mostrar que não existe esse normal, afinal, esse normal seria para quem? Como as mulheres poderiam se beneficiar dessa disciplinarização e normatização sem o *empoderamento*? Trazemos essas questões para se fazer pensar no percurso que as feministas trouxeram e como nós mulheres podemos usufruir de determinadas ações, como podemos nos beneficiar dessas práticas de *empoderamento* disseminada pelos movimentos Marcha das Vadias.

É de extrema importância que haja esse *empoderamento*, porém, não se pode esquecer que, em se tratando de uma Teoria, é relevante que seja contemplado em seu sentido stricto, em prol de grupos minoritários oprimidos, e não de forma substancial como vem sendo usado e abusado, como se o *empoderamento*, fosse um status vivenciado dia sim, dia não, exemplo: “hoje eu estou *empoderada*”, o *empoderamento* tem que ser sentido e vivenciado socialmente e não um estado a ser experienciado individualmente. Dessa forma, percebe-se sua constituição em momentos de ilusão e outrora de realidade, em seu sentido restrito, mas também vago, exaurido que é comumente mais utilizado, assim, passemos para o próximo texto em que a mulher está inscrita na formação discursiva que a envolve como sexo frágil.

### **3.2 Mulher sexo frágil**

Falar sobre mulher, sobre as transformações que vem acontecendo, mesmo que de forma lenta, envolvendo-a, é muito difícil! “Falar da mulher, dependendo de como se fala, pode ser uma forma de criar um silêncio mais profundo sobre outras determinações do feminino, talvez mais importantes e decisivas” (ORLANDI, 1988, p. 99). Porém, é possível abordar na história que a mulher foi ocupando distintos papéis no contexto da sociedade, desconstruindo preconceitos de gênero e paradigmas, ganhando maior aceitação na

contemporaneidade, cumprindo a difícil tarefa de ser mulher, mãe, esposa, entidade social, etc, no que se refere aos discursos já pré-estabelecidos que dizem sobre/da mulher, conforme Orlandi (1988, p. 96) “é ela, afinal, que também está produzindo esta história que ela vive, embora essa história não lhe seja transparente”.

Dessa maneira, ao falar sobre *empoderamento*, cabe-nos confrontar algumas contradições nesses dizeres sobre a imagem da mulher, a começar pelo fato dela ser considerada como sexo frágil, a fim de entender como vem funcionando essa relação contraditória, pois, “o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo o dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, sua relação com os sujeitos e com a ideologia” (ORLANDI, 2007a, p. 32), visto que, conforme já aludido, um dos sentidos de *empoderar-se* é tornar-se forte, é o fortalecimento individual do sujeito, sendo assim, qual relação podemos fazer entre forte e frágil? Que sentidos podemos perceber na atribuição de tais adjetivos à mulher? Vejamos uma imagem<sup>11</sup> que nos ajuda a pensar um pouco sobre isso.

Figura 2 - sexo frágil



Considerando-se que estamos falando da vida da mulher desde a sua criação, percebemos que desde então, tem-se inculcado que a mulher é diferente do homem, este por sinal, tem a sua imagem desde o início do mundo como um ser superior e mais forte que a mulher, para isso, basta que observemos as diferenças físicas, é impossível negar que, comparando-se as formas físicas, o corpo masculino se sobressaia ao feminino.

Ademais, em Gênesis 3:16 quando Deus diz: “multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor terás filhos e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará”,

<sup>11</sup> <https://br.pinterest.com/pin/19914423341486968/> acesso em 20 de março de 2022.

podemos perceber por um efeito da memória discursiva a partir desta passagem bíblica, a supremacia que fora colocado ao homem, distinto da mulher, pelo fato de que fora Eva quem apresentou a fruta do pecado para Adão.

Desta forma, ao dizer que o marido dominará a mulher, já traz um sentido pelo já dito, do sentido já lá, de que esta lhe será inferior, já coloca o homem num status de superioridade e por isso dominará a mulher, que por sua vez, sendo inferiorizada passa a ser submissa, portanto, será dominada. Em várias passagens bíblicas podemos perceber essa inferiorização da mulher. É interessante mencionar que todas as transcrições e/ou traduções bíblicas vem sendo desde muito tempo realizada pelo homem, ou seja, por um viés masculino, a mulher é discursivizada pelo outro.

Essa imagem do homem vinda como superior e, portanto, mais forte, nos faz pensar a respeito, afim de equiparar padrões entre mulheres e homens, na diferença de seu sexo, pois biologicamente falando, são seres totalmente diferentes.

No entanto, é inegável que a mulher tenha outras capacidades e/ou qualidades que ultrapassem essas diferenças. Podemos dizer pois, que uma das principais diferenças entre os homens e as mulheres encontram-se no campo intelectual, funcionam por diferentes mecanismos, pela forma de pensar, os homens usam os mecanismos da “lógica dedutiva”, já as mulheres usam os mecanismos da “lógica indutiva”, o modo de funcionamento destes mecanismos dependem do meio social em que se encontram cada indivíduo, depende da forma em que o cérebro processa a informação de acordo com as condições em que vivem, dada a educação que cada um recebeu, em outras palavras depende da formação discursiva em que se inscrevem.

Que são seres diferentes, com certeza, não se tem nenhuma dúvida, porém, o que confirma que um ou o outro mecanismo seja superior? Que o homem é superior ou mesmo que a mulher o seja? O que nos faz pensar que esta ou aquela posição, uma é melhor do que a outra? Tudo faz parte de um constructo social, e essa é uma diferença que na verdade, não se tem uma dimensão exata, é sabido que as mulheres ao longo dos anos vêm passando por situações como inferiores, seria essa inferioridade atribuída ao adjetivo frágil?

Ao que lhe foi imposto ao longo da história, a mulher vem rompendo barreiras, não lhe cabe mais somente o papel de mãe, esposa ou dona de casa como coube, seu papel foi ampliado significativamente com seu protagonismo na sociedade. Principalmente com os movimentos feministas, através do qual, pelo coletivo, buscou-se por igualdades em direitos, a emancipação feminina, anseios de muitas mulheres em particular. Conforme Orlandi (1983, p. 33):

Muita gente duvida de que o feminismo seja o caminho certo para tornar mais felizes as mulheres. Mas é difícil negar que afinal a igualdade de direitos para homens e mulheres seja uma possibilidade futura quase inevitável. Será que os direitos idênticos trarão a felicidade para todos? Para as mulheres pode ser. Para os homens, a coisa se complica.

Deste modo, fica difícil imaginar, a realização completa da igualdade em direitos numa sociedade extremamente patriarcal, onde ainda tem pessoas que teimam em resistir e se mantêm como superior. Onde o machismo tornou-se um instrumento para a realização do patriarcalismo, na mesma intensidade, “o feminismo, por sua vez, faz sua história com seus tropeços, seus avanços, seus recuos, sua tenacidade” (ORLANDI, 1988, p. 96), as vezes as mulheres têm que negar seu protagonismo, suas lutas, e suas histórias são silenciadas, apagadas, tornando-as desvalorizadas. Essa negação só reforça a aceitação da ideologia do patriarcado, que só destrói a autoestima individual de cada mulher.

Dito isto, ao referirmo-nos ao patriarcalismo, bem como, ao machismo, têm-se a necessidade de fazer uma demarcação de dois tipos de machismos; um que é próprio do homem, do seu ego masculino e o outro de mulheres que tem a submissão ao homem entranhada em seu íntimo, muitas vezes estas são mais machistas que os próprios homens. Pois, ocupando, uma posição de mãe, ensinam aos filhos desde pequenos a se sentirem melhores e superiores que as mulheres, comprovadamente nas falas: “homem não chora”, “isso é coisa de homem”, ou “isso é coisa de mulher”, etc.

Para estas “mulheres” as outras mulheres são minorias, inferiores, e tendem a ficar confinadas ao espaço doméstico sem nenhuma melhoria, trata com irrelevância seu próprio status como mulher. Há uma doutrinação que impera até hoje, historicamente têm-se uma dominação masculina e uma exclusão feminina que ainda precisa ser mudado. É interessante pensar por este caminho, para apontar que a grande disputa por este ou aquele espaço é acalorada ainda mais entre as próprias mulheres.

Segundo Orlandi (2007a, p. 30): “Os dizeres não são, como já dissemos apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz”. Um exemplo disso, pode ser observado quando uma mulher se destaca em seu emprego e ganha uma promoção, assumindo um cargo de comando, esta condição pode criar vários pontos de vistas pejorativos, tanto por parte dos homens que sequer gostariam de ser liderados por uma mulher, na posição de chefe, como por parte de outras mulheres colegas de trabalho, que por

“inveja” (talvez) passam a vê-la com outros olhos, e a imaginar que esta “promoção” tenha sido, conforme o senso popular que é “porque ela dormiu com o chefe”.

Negando assim, sua própria capacidade como mulher, atribuindo um sentido de que a mulher seja realmente inferior e que esta quando chega a um cargo de comando é porque tenha usado o seu sexo e não sua capacidade intelectual, pois conforme Orlandi (1988, p. 97-98) tem nos orientado:

A gente sabe que a permissão expressa restringe mais que a proibição expressa. Então, a estratégia do discurso da mulher, a meu ver, seria mais radical se não exigisse as permissões mas, isso sim, negasse as negações (quando a mulher afirma, ela pressupõe uma negação e isso vem à tona). Quando ela diz: ‘as mulheres são tão capazes quanto os homens’, ela pressupõe uma afirmação do tipo ‘as mulheres não são capazes’, que preside a sua fala e a antecede. Quando ela nega, ela se posiciona frontalmente contra uma coisa (a que ela nega), abrindo, no entanto, todas as outras possíveis. Negar a negação é trabalhar (elaborar) com a falta e com as contradições. É atingir a retórica da denegação, aquela que lida com os pressupostos.

Desta maneira, a mulher vista nessa ambiguidade de sentidos, de pressuposição em tentar de um modo e não outro, se manter não como inferior, mas como igual em sua diferença, ela sofre igualmente entre o seu gênero. Porquanto, são as próprias mulheres que inconscientemente prejudicam-se mutuamente, há uma certa contradição entre uma vontade de ser liberal e ao mesmo tempo uma hesitação em livrar-se de certos conceitos, de certos padrões sociais. Por isso, não adianta, negar o inegável.

Há quem se sinta incomodado com tantas diferenças, há quem necessite que se tenha essa diferença. Há quem goste de sentir-se superior, mais forte, há quem se sinta inferior e necessite de proteção, existe mulher que acredita que precisa de um homem protegê-la. Há quem goste de viver livremente e não se apegue, há quem goste de viver sob dominação, por não conseguir viver sozinho, há gostos para tudo, há opiniões e razões contrárias em qualquer campo da vida, seja no âmbito social, político, cultural ou emocional, somos iguais na diferença!

Somos todos seres humanos, passíveis de erros, capazes e incapazes cada um a seu modo, na sua diferença, nunca melhor que o outro. O outro pode ser aqui entendido tanto como homem ou como mulher. “O que falta em mim encontro em você”, essa deveria ser a realidade que circunda os sexos, para fazer jus ao ditado popular “achar a tampa da minha panela”, e assim, homens e mulheres se completariam, usufruiriam dos direitos em igualdade, mas infelizmente, não é assim que acontece, somos criados, estruturados e sustentados por uma sociedade patriarcal que presume as mulheres como seres insignificantes, mantém-se assim uma hierarquia social que viabiliza os conceitos forte e frágil.

A ideologia patriarcal assegura-se em instituições que ensinam que a mulher é naturalmente inferior ao homem: a família, as religiões, a escola e também as leis, estas instituições condiciona a mulher ao trabalho doméstico sem remuneração, além deste não ser reconhecido como trabalho, ou seja, isto é tão natural a mulher que nem nos damos conta, fugir desta estrutura seria conforme Lerner (1986, p. 17) diz: “desnaturalizar nossa existência”.

Essa distinção entre homem e mulher, forte e frágil, que definem a mulher como sexo oposto ao homem, são conceitos da ideologia do patriarcalismo que vem diferenciando a mulher colocando-a como oposição, como seres contrários, distintos, e porque não dizer inimigos? É como se fosse o sol e a lua, não podem ocupar o mesmo espaço, e para que os “homens” (sol) brilhem as “mulheres” (lua) têm que manterem-se distante, na escuridão. Infelizmente é assim que muitos homens enxergam e querem as mulheres, nesta posição sujeito, subalternas, submissas e distantes. É como se tivesse que existir essa separação, essa supremacia masculina. Diante dessa situação, paramos para pensar sobre o por que os homens têm essa necessidade de distanciamento, de diferenciação para com as mulheres? Seria medo? E se for seria medo de quê?

Para diferenciar homens e mulheres Beauvoir (1970) utiliza a expressão “o segundo sexo”, distanciando-se um pouco do sentido original de “oposição” utilizado pelo patriarcado. Porém, há que se pensar que, ao utilizar essa expressão, ela confirma a existência de um sexo, o que vem em primeiro lugar e que, portanto, o outro sexo, o qual ela fala vem em segundo lugar, nessa conjuntura, olhando por esse viés, a mulher também é colocada em segundo plano, como a que veio depois, “o segundo sexo”, e com isso, reafirma a inferioridade da mulher. Como na história do Gênesis, quando Deus criou Adão (primeiro sexo) e depois criou Eva (o segundo sexo), pelo viés de uma costela masculina. Todavia, cabe nos ressaltar que essa designação de sexo frágil está relacionada somente a estas posições, assim como, na contradição, na oposição dos sexos.

Cabe nos ressaltar também que comparando-se homens e mulheres, percebe-se que os índices de mortalidade apontam que a expectativa de vida masculina é bem inferior a feminina, desde o período perinatal; nesse aspecto as mulheres apresentam menos problemas de saúde, são resistentes tanto quanto os homens e apenas em causas relacionada a gestação é que as mulheres tem tido problemas de saúde, porém, este fato não seria pois, um caso de fragilidade, mas sim de falta de assistência médica adequada. Fatores como o alcoolismo, o tabagismo, negligência no trânsito, entre tantos outros, tem comumente ceifados mais vidas masculinas do que femininas.

Ao que temos explicitado, parece-nos claro, de que não podemos, pois, confundir a superioridade que vem sendo atribuída aos homens, quiçá relacionar suas vantagens como sinônimo de força, assim como, não podemos também, confundir a inferioridade atribuída a mulher como sinônimo de fragilidade, nem tampouco relacioná-la como sendo do sexo frágil. Ao que entendemos ambos os sexos masculino e feminino, tem suas vantagens e desvantagens.

E se, de um lado, a mulher vive historicamente uma situação tensa, repleta de conflitos, cheia de duplicidades, por outro, ninguém mais do que ela aprendeu historicamente a caminhar no interior das ambigüidades, a trilhar as contradições, a exercer sua resistência num jogo em que, na maior parte das vezes, não foi ela quem deu as cartas. (ORLANDI, 1988, p. 100)

Assim conforme Orlandi (1988), isto confere e nos confirma que embora pareça, a mulher, não pode ser considerada como sexo frágil. Chorar mediante situações imediatas de desespero, tem sido, tanto para as mulheres como para os homens, uma forma de aliviar suas tensões, uma válvula de escape, uma forma de manterem-se cada vez mais fortes.

Por esse motivo, ao que cabe aqui informar, em prol de um *empoderamento*, dessa busca feminina, por garantias de igualdade em direitos, desmistifica-se e desvincula-se a imagem da mulher que está atrelada como sexo frágil e sua alta capacidade de resistência, justifica-se por intermédio de algumas mulheres que iniciaram o processo do avanço da luta feminista tanto na sociedade brasileira como mundialmente, muitas inclusive já citadas neste trabalho.

Foram muitas às lutas e de muitas mulheres, que se *empoderaram* e influenciaram outras mulheres, foram importantes para a História com suas lutas, ocuparam seus espaços, lutaram por direitos, por respeito, contra preconceitos, etc. Poderíamos colocar aqui nomes de milhares de mulheres, porém, seria impossível listar todas que serviram de inspiração e que fizeram a diferença para o mundo e que ainda hoje são exemplos, são inspirações para outras mulheres continuarem lutando socialmente.

Só assim, as mulheres avançarão, conquistarão o *empoderamento* que muitas querem e somente poucas conquistam, substancialmente. Utopia? Talvez! Essa realidade em que se encontra milhares de mulheres no mundo inteiro precisa e deve ser mudada, e se nós mulheres nos calarmos, nossos sonhos e direitos ficam cada vez mais distantes!

Fica aqui a nossa consternação, a de que um dia possamos viver num país que realmente faça a diferença, que consiga garantir efetivamente a igualdade em direitos para as mulheres, para que essas ultrapassem, ganhem visibilidade social, e que as leis não fiquem só

no papel. Só assim, elas conseguirão quebrar esse paradigma de reproduzir essas vidas de “Marias”, e farão a diferença em seu viver.

## CAPÍTULO IV

### UM OLHAR ALÉM DAS EVIDÊNCIAS

#### 4.1 Análises

Em nosso processo de análise, conforme já mencionamos, recortamos como corpus de análises formulações retiradas de movimentos Macha das Vadias, que circularam com grandes movimentos de mulheres que serviram como fonte de inspiração para muitas outras mulheres na busca pela emancipação feminina, bem como, a igualdade em direitos entre os sexos, além de outras angústias que vinha e vem incomodando até hoje muitas mulheres, principalmente o estrutural como o machismo, o patriarcado e a misoginia, que são problemas sociais que vem tentando a todo custo aniquilar a identidade feminina.

Nesse sentido, pretende-se vislumbrar com essas análises o sentido do *empoderamento* feminino, objeto de nossa pesquisa, a saber como vem funcionando nas lutas dessas mulheres que a muito tempo vem buscando, a liberdade, autonomia sobre o próprio corpo. “O objetivo da análise é então compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele um objeto linguístico-histórico. É aprender sua historicidade”. (ORLANDI, 2008, p. 88). Dessa maneira, pretende-se analisar algumas formulações utilizadas pelos movimentos feministas que tiveram grande repercussão e que trouxe “poder” se não para todas pelo menos para algumas mulheres, que se sentiram *empoderadas* e somaram forças com as reivindicações vindas desses movimentos, a fim de *empoderar* outras mulheres também.

Embora, as lutas feministas tenham histórico de datas anteriores, procuramos priorizar nossas análises dentro dessas décadas por ser um período em que as mulheres tiveram mais oportunidades de difundir suas lutas, devido a ampliação do mercado de trabalho e também do sistema educacional.

Ressalte-se que toda a evolução dos movimentos feministas a partir da década de 70 só foi possível graças ao movimento da “Queima dos Sutiãs” que ocorreu em 7 de setembro no ano de 1968 em Atlantic City no EUA, quando aproximadamente 400 ativistas militantes

se reuniram em protesto contra a exploração comercial do corpo feminino, no decurso do Miss América, que era um concurso realizado para definir os padrões de beleza para a mulher.

Na busca pela libertação do corpo feminino, as manifestantes jogaram dentro de uma lata de lixo itens femininos como sutiã, maquiagens, cílios postiços, espartilhos, sapato de salto alto, revistas femininas entre outros itens que representavam esses padrões feminino de beleza na época. Tal atitude chamou a atenção das mídias nacionais e internacionais, e embora, não tenha sido realmente colocado fogo na lata de lixo com esses itens, por se tratar de um lugar privado, o movimento tornou-se uma lenda e desde então, trouxe uma expressiva alteração no desempenho das lutas que as mulheres vem alcançando ao longo dos anos.

O movimento feminista teve seu início em meio a uma grande inquietação de mulheres que como uma única categoria de pessoa, o “nós”, pronome pessoal do caso reto da primeira pessoa do plural, foi utilizado para reunir diferentes sujeitos numa mesma identidade sexual, o feminino, numa perspectiva em que várias vozes se reunia em um único “eu” na forma plural para designar uma busca identitária comum, o “nós mulheres”. Essas mulheres compartilharam das mesmas ideias, das mesmas angústias, embora repleto de diversidades sociais e culturais, que posteriormente motivou a sua divisão em: feminismo branco e feminismo negro, pois:

As falas do grupo, de comunidade, trazem consigo uma ambiguidade: ao falar ‘nós, mulheres’ estamos nos organizando e essa é uma forma de resistência, no entanto, ao mesmo tempo, pela forma como o Estado gerencia suas relações com os grupos, estamos nos tornando mais visíveis, logo mais controláveis, sobretudo se reduzimos a fala do grupo à fala dos seus ‘porta-vozes’ e não nos apropriamos desta fala, efetivamente (transformando-a). (ORLANDI, 1988, p. 98)

Ou seja, para manter essa resistência do “nós mulheres”, é preciso que cada mulher em sua individualidade, assuma esse “nós” de uma forma particular, assumindo esse lugar de fala, para que as mulheres não sejam sujeitos controláveis e/ou manipulados por seus porta-vozes, principalmente porque suas lutas não são comuns, a universalidade não contempla todo o grupo oprimido, embora contemple a mesma ideologia, de sujeitos que buscam autonomia e igualdade em direitos.

Desta maneira, problematizando a linguagem a fim de saber como se deu esse processo de *empoderamento* da mulher durante esse período de lutas dos movimentos feministas, evidenciando a resistência desses sujeitos em sua inquietação de ser mulher, na busca por cidadania, destacando suas ideias de pertencimento e igualdade em direito, de autonomia sobre o próprio corpo, selecionamos como corpus de análises algumas formulações

que foram retiradas de imagens que circularam com os movimentos que ocorreram nessas décadas, a começar pela década de 70, período em que o Brasil passava por um Golpe Militar iniciado desde 1964, assim, sob o viés de uma ditadura militar, os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) se manifestavam contra qualquer ato de liberdade de expressão. Desse modo, os movimentos feministas ganharam destaque por romperem com os princípios tradicionais da sociedade ao buscarem mais autonomia, ao instigar as mulheres a se libertar das privações sobre seus corpos, proporcionando um autoconhecimento e busca de seu próprio prazer, dizendo não à opressão e ao opressor, não à censura.

Todavia, foi um processo árduo e lento, que se instaurou na efervescência do momento de um governo autoritário e conservador. Os movimentos adquiriram características próprias devido a sua oposição à ditadura, por contestar a instituição política que atravessava o país.

Dessa forma, surge uma diversidade de vertentes ideológicas tornando os movimentos bem heterogêneos, num contexto histórico, social, político e cultural em que se configura a imagem de uma mulher diferente, inconformada e incomodada com sua forma de existência, destituindo o mito de que mulher é sexo frágil na tentativa de gerar *empoderamento* às outras mulheres.

Por esses e muitos outros motivos, foi considerada pela ONU como a década da proclamação da mulher, pois iniciava-se um período de debates pela aquisição de poder, pela igualdade em direito, pela escolha da reprodução, denúncia sobre a opressão masculina com vistas ao caráter libertário, em que as mulheres pudessem decidir sobre tudo que envolve o seu corpo e sua vida!

A ONU declamou o ano de 1975 como o ano Internacional da Mulher, como forma de comemorar as conquistas femininas, dentro dessa década podemos rememorar os movimentos: Movimento de Repressão e Cultura em 1970, movimento pelo Custo de Vida e Movimento da luta por Creches em 1973 ; o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) em 1975, criado por ex-presidiárias da ditadura militar, através do “Jornal Brasil Mulher” em Londrina Paraná, era composto por oito mulheres, inclusive a advogada ativista Terezinha Zerbini. Foi um jornal com edição bimestral entre os anos de 1975 à 1980, foi considerado como um grande marco de resistência feminina contra a ditadura militar. Por se tratar de um período bem delicado, a maioria das manifestações, foram realizadas pelos jornais criados pelas próprias mulheres.

Em 1976 foi criado também, por ex-exiladas, o “Nós Mulheres” em São Paulo, esse periódico serviu como ferramenta de *empoderamento* das mulheres, como meio de divulgar

ideias e proporcionar visibilidade nos temas que eram colocados em evidência pelas revistas da época, era composto por militantes universitárias e também classistas.

A década de 70 integrou o período determinado como segunda onda do feminismo que começou desde a década de 60, ou seja, as lutas feministas já haviam começado há alguns anos, desde a primeira onda que ocorreu em meados de 1800, final do século XIX e início do século XX, onde a busca principal era pelo sufrágio, as mulheres queriam assegurar o seu direito ao voto, garantir os direitos básicos civis durante um período caótico de crise política e econômica. Os “Anos de Chumbo” simbolizaram mudanças radicais na vida dessas mulheres ao assumirem papéis exclusivamente masculinos, logrando êxito em suas lutas.

Houve uma certa rejeição das manifestantes feministas pela sociedade, nas décadas de 70 e 80, pois ao lutarem por seus ideais confrontando regras tradicionais, batiam de frente com a Igreja Católica, um Aparelho Ideológico do Estado que procurava garantir “o valor” tradicional das famílias, dessa forma, geravam imagens negativas que se propagavam causando desconforto entre as próprias mulheres, “a Igreja administra os sentidos e estabelece dogmas aos quais os sujeitos devem-se assujeitar” (ORLANDI, 2007b, p. 135). Segundo Orlandi (1988, p. 99) “o uso de estereótipos pode chegar até mesmo a ser uma forma de resistência”, e “as mulheres fazem um ‘uso social’ dos estereótipos. Isto é, apresentam palavras, comportamentos, imagens estereotipadas, para consumo social imediato, enquanto elaboram em outro lugar práticas mais sutis de diferenciação”.

Com uma presença forte na sociedade a Igreja Católica disseminava uma grande opressão com assuntos relacionados a sexualidade, ao aborto e ao planejamento familiar. Todavia, mesmo com esses disparates internos, na busca pela hegemonia popular, parecia haver uma aliança entre a Igreja Católica, os esquerdistas e o feminismo, pois procuravam evidenciar as questões de gênero, todos unidos em oposição ao regime ditatorial.

A inclusão das mulheres no mercado de trabalho, desde a primeira onda feminista, foi fundamental para que as mulheres saíssem de sua “zona de conforto” (prisão interna), saindo do espaço privado e alçando novos voos nos espaços públicos. Da mesma forma com a segunda onda, ocorreu a participação da mulher rural e camponesa, na luta por melhorias nas produções agrícolas, que gerou uma reforma agrária que condicionasse melhores salários, seus direitos sociais, cidadania e visibilidade enquanto trabalhadoras do campo.

Desta forma, os principais compromissos desses movimentos era por igualdade, pela anistia, por um espaço democrático, sexualidade, direito de decidir sobre ter ou não filhos (autoridade sobre o corpo), violência doméstica e punição aos assassínios de mulheres, todos esses temas ganharam repercussão e expandiram em todas as décadas seguintes, fato pelo qual

as mesmas lutas parecem se repetir, através de uma memória discursiva que, conforme Orlandi (2008, p. 35): “procuro trabalhar não só a textualização do político mas a política da língua que se materializa no corpo do texto, ou seja, na formulação, por gestos de interpretação que tomam a forma na textualização do discurso” e assim, o nosso interesse é “a determinação histórica dos processos de significação, os processos de subjetivação, os processos de identificação e de individualização dos sujeitos e de constituição dos sentidos, assim como, sua formulação e circulação” (ORLANDI, 2008, p. 35).

Ou seja, o retorno a essas passagens nos faz perceber como se deu esse autoconhecimento às mulheres, como foi protagonizado essa autoafirmação como sujeitos de direitos, de uma categoria individualizada que ecoou em várias vozes discordantes, o “nós mulheres”, buscando no retorno ao passado, em suas origens, sua identificação como pessoa, mostrando sua resistência ao que era tido como “mundo naturalizado” do convívio entre homem e mulher, ao que lhe era designado.

Na década de 1980, foi inaugurada pelo movimento feminista uma luta pelos direitos das mulheres que foi consagrado com a Constituição Federal de 1988, documento que assegurou juridicamente a expansão dos direitos femininos. Ao procurar estabelecer a igualdade em direitos as mulheres configuraram o seu direito a diferença, conforme Orlandi (1988, p. 97) “o direito à diferença tem sua ambiguidade: o ‘nós, mulheres’ estabelece a possibilidade de promover a organização, pois as diferenças que aí se anunciam [...] têm a ‘virtude’ de fundar uma comunidade, mas também, o ‘defeito’ de autorizar exclusões”.

Foi uma década marcada pela participação ativa das mulheres na militância em função de garantir seus direitos no processo de redemocratização política vivenciada pelo país, as exclusões decorriam pela falta, pela falha e equívocos, ao unificarem as causas de suas lutas que com o tempo foram distinguindo-se de acordo com suas particularidades. Em 1980 também surgiu o “Jornal Mulherio”, outro método que as mulheres utilizavam como veículo de divulgação de suas ideias.

Não obstante, aos movimentos que já ocorriam desde a década de 70, os movimentos da década de 80 retomam os temas já colocados em pauta nas lutas feministas e agregam outras como a igualdade no matrimônio, direito aos bens, violência de gênero, opção e orientação sexual, procuravam assegurar em suas estratégias discursivas reivindicações visando garantias legais e políticas.

O discurso do corpo fica bem evidenciado com discussão sobre temas que ainda não foi alcançado plenamente, como a legalização do aborto, por exemplo. O corpo feminino

torna-se um lugar político, usado pelas mulheres na tentativa de (res)significar exercendo de forma livre sua sexualidade, especialmente nas formas de vestir-se.

Todo corpo está investido de sentidos enquanto corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são cruciais, da mesma forma que, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos. Desta forma (idem, 2001), é que pensamos que o corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social e isto também não lhe é transparente, como ele não é transparente para si mesmo. (ORLANDI, 2017a, p. 34)

A partir da década de 90 com a égide de uma realidade social desvinculada totalmente da submissão em detrimento ao sexo masculino, a mulher surge com autonomia e com liberdade na tomada de decisão, passando a ocupar as diversas esferas da sociedade, no campo social e profissional, redefinindo a sua mudança e o desempenho de seu papel como pessoa (mulher).

A partir dessa década a mulher passa a lutar pela permanência de direitos já obtidos, revisados e retomados, a luta principal era colocar na agenda governamental o problema de violência contra as mulheres, destacando-se a Conferência de 1994 no Cairo e 1995 em Pequim e a Conferência de Beijing. Conforme Orlandi (1988, p. 166) “As palavras, como disse, não significam pelas nossas intenções, mas pelas condições em que funcionam”. Dessa forma, as palavras, as lutas, se renovam a cada nova manifestação feminina na busca de poder, de intensificar direitos.

Na década de 2000 não foi diferente, essa década é marcada pelos contínuos esforços de manter direitos fundamentais, especialmente o de saúde, na busca por um acesso universal e igualitário, de reprodução e liberdade sexual, além de institucionalizar as políticas de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, especialmente a violência doméstica e familiar, que culminou na Lei Maria da Penha.

Um dos movimentos de maior repercussão mundial na década de 2000 foi o movimento chamado “Marcha das Vadias”, como “na perspectiva da Análise do Discurso, entretanto, tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.” (ORLANDI, 1988, p. 17), nesse percurso discursivo utilizamo-nos desses movimentos Marcha das Vadias com a especificidade de ver o funcionamento do *empoderamento* da mulher, através de algumas formulações retiradas de imagens desses movimentos para mostrar a representação da mulher, de que forma vem se instaurando desde a década de 70 até a década de 2000 consagrando as

lutas femininas mostrando suas resistências em todos os conflitos, na busca por identidade e poder.

Para isso se faz necessário mostrar as condições de produção em que aconteceu o movimento Marcha das Vadias, enquanto acontecimento histórico discursivo, a partir de um episódio que ocorreu em janeiro de 2011 na cidade de Toronto no Canadá, devido ao crescente número de estupros na York University, dessa forma, a constituição do movimento com denominação inicial SlutWalk em inglês, se deu em resposta a um discurso do policial Michael Sanguinetti, e no dia 03 de abril de 2011 levou aproximadamente três mil pessoas a tomarem as ruas de Toronto, o movimento acabou ganhando visibilidade e alcance mundial com uma variação em suas denominações, permanecendo SlutWalk nos países com predominância da língua inglesa, na Espanha e em países da América Latina com predominância da língua espanhola dentre os quais a Argentina, Peru, Equador, Colômbia etc, estes receberam a denominação de Marcha de las Putas, em Portugal denominou-se Marcha das Ordinárias e Marcha das Galdérias, as francesas denominaram Marche des Salopes e no Brasil ficou denominado como Marcha das Vadias e/ou Marcha das Vagabundas, de acordo com a variante do lugar em que acontecia o movimento.

Antes de tudo, precisamos trazer aqui o significado da palavra Vadia, ao procurarmos em dicionários encontramos significando como sinônimo de “vagabunda”, porém, não significa necessariamente prostituta, que também pode significar vadia, devido ao seu modo de vida dado aos prazeres sexuais e imorais. Linguisticamente Vadia é a mulher que difere seu comportamento da sociedade, não respeita e/ou segue normas, padrões impostos de como deve ser uma mulher. O discurso machista está presente na definição de Vadia, visto por diferentes viés discursivos que dizem sobre/da mulher constituindo-a como sujeitos à deriva, sem desejos, e/ou vontades próprias, sem voz, dependente do outro, sujeito homem. Intriga-nos que, ao procurarmos o seu significado pelo viés masculino “vadio”, não encontramos as mesmas discursividades apresentadas para o feminino. Pelo contrário, vadio é o homem que não tem ocupação, não demonstra esforço em seu trabalho, ou não tem onde morar. Sua sexualidade não faz parte da definição do verbete vadio. Ou seja, o homem não é visto como moralmente desregrado, apenas a mulher tem a obrigação de conter seus desejos e não ser depravada, de vida licenciosa

Dada essa contradição, enquanto analistas de Discurso, temos a necessidade de compreender esse funcionamento da contradição em relação com a história, e assim, através das discursividades das Marchas das Vadias procuramos evidenciar as produções de sentidos acerca do *empoderamento* da mulher.

Lembrando que, em nosso processo de análise não será analisada a imagem, apenas a formulação verbal, porém as mesmas estarão disponíveis em nossos anexos. Desta forma, o nosso corpus de análise ficou constituído por 3 formulações retiradas dos movimentos Marcha das Vadias em períodos diferentes que passamos a analisar a partir de agora.

#### **4.2 Uma análise sobre o *empoderamento* da mulher na sociedade contemporânea**

##### **“SE SER VADIA É SER LIVRE, ENTÃO SOMOS TODAS VADIAS”**

A formulação acima foi retirada de uma imagem de um movimento Marcha das Vadias em sua terceira onda, que diferentemente da primeira e segunda onda, que procuravam lutar contra os estereótipos associados a mulher, nessa terceira onda as feministas se apropriaram destes estereótipos e condutas de feminilidade para defender a liberdade individual de cada mulher. O Movimento Marcha das Vadias como já aludido, iniciou-se a partir do ano de 2011, no campus Universitário York, no Canadá onde aconteceram muitos casos de estupros, como forma de “conscientizar” as mulheres o policial Michael Sanguinetti, lançou o discurso de que “*as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas*”, entende-se que através dessa orientação do policial sobre segurança pública a roupa feminina vem carregada com um sentido de causa e efeito ao estupro.

Desta forma, a fala do policial “*não se vestirem como vadias*” com relação a vestimenta das mulheres vítimas dos estupros, delega a culpabilidade de todos os estupros ocorridos às mulheres. Esse discurso nos faz perceber a permanência do patriarcado, do machismo, que ainda permeiam nossa sociedade, e que haja o que houver, a mulher é e sempre será a culpada! É visível a opressão por qual as mulheres ainda vêm passando na sociedade contemporânea, a fala do policial mesmo vindo como forma de um aconselhamento soa com um tom de ameaça, do tipo “se continuarem se vestindo assim, vão continuar sendo estupradas”.

Conforme Orlandi (1983, p. 32), “um ninho de contradições: a mulher tem de ser casta esposa e eficiente messalina. As palavras são carregadas de sentidos: uma deusa é tudo isso e uma fêmea também o é. Mas não se usa indiferentemente deusa e fêmea”.

Dito desta forma, nas palavras de Orlandi (1983), podemos perceber que há muitas contradições referindo-se a mulher, pelo simples fato de que ser esposa, está relacionado à ser obediente, ser boa dona de casa, ser boa mãe, essa sim, seria a mulher ideal para casar, ser mulher do tipo “não ouve, não vê, não fala, ou melhor não existe”, é silenciada, essa mulher

seria o produto ideal do patriarcado, contudo, os homens gostam de mulheres messalinas que não corresponde com o papel de esposa, essas seriam como objetos, só para serem usadas, para fazerem sexo e descartadas posteriormente, nessa contradição encontra-se duas dicotomias de perfis de mulher: a mulher “ideal” (esposa) e a mulher *empoderada*, a que luta por equidade em direitos e por sua liberdade (vadia).

A análise do discurso se constitui assim nesse espaço, nesse entremeio, como diria Pêcheux, trabalhando suas contradições” (ORLANDI, 2007b, p. 42), faz parte das filiações de memória, essa contradição, esse lugar de fala, a metaforização do sentido. Já que o discurso é “um efeito de sentidos entre interlocutores. (ORLANDI, 2007b, p. 42).

Desta forma se foge dos padrões de mulher esposa (ideal) passa a ser considerada como vadia. “A posição do sujeito é apenas o efeito de uma regra que é, ao mesmo tempo, de polidez e de economia, regra está inteiramente dependente do enunciado, onde se reabsorve logicamente” (PÊCHEUX, 1995, p. 43).

Segundo Orlandi (1983, p. 34) “aquela que cumpre seu papel tradicional, de esposa, dependente, acaba se envolvendo em crises igualmente dolorosas porque a sensação de dependência também gera culpa. E ela acha que deve ser sempre agradável, gentil e fiel àquele que a sustenta.”. Porque esta é a imagem que o homem representa, a de quem provê o sustento do lar.

Assim, percebe-se que as mulheres ainda continuam à mercê dos homens, que embora sejam livres, são com algumas limitações, existe uma sociedade patriarcal mascarada ditando regras de como uma mulher tem que ser, como tem que se vestir, como tem que agir, como tem que viver, é como se os corpos femininos realmente pertencessem aos homens.

A interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas. É a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como “naturais” (ORLANDI, 2007b, p. 31)

E as mulheres que de certa forma se intitulam “livres”, inclusive com relação as roupas que vestem são chamadas de vadias por essa sociedade, por fugirem desses padrões tidos como “naturais” a mulher.

Nesse sentido, a palavra vadia relacionada com a liberdade de escolha da mulher sobre o que vestir traz um sentido pejorativo, todavia, no intuito de revidar ao discurso machista proferido pelo policial e que ganhou repercussão mundial nos principais jornais e redes

sociais, as feministas resolveram protestar contra essa opinião preconceituosa e patriarcal que se estende por vários países.

Desta forma, três meses após o ocorrido no dia 03 de abril, aconteceu a primeira manifestação intitulada “Marcha das Vadias”, na cidade de Toronto, organizada pelos movimentos feministas que somou forças e conseguiu avançar por vários outros países em que outras feministas também ficaram consternadas com o discurso desse policial. O objetivo era usar o corpo com roupas e/ou lingerie sensuais, fantasias eróticas, bem sensuais, como forma de protesto à responsabilização das mulheres pela violência sexual sofrida.

Desta maneira, a palavra vadia torna-se sinônimo de luta, de ordem, através dos movimentos feministas, pois avança em seu significado uno e pejorativo para múltiplos outros sentidos que passam a ser concebidos pela imagem do corpo feminino. Torna-se significado de poder na medida em que visa modificar a visão social acerca do que é ser mulher e o que é ser vadia. As manifestantes procuraram através de um funcionamento discursivo outros sentidos, outros dizeres sobre a mulher, a fim de relacionar o seu corpo com a sociedade, demonstrando poder para diminuir as opressões sofridas.

No Brasil, o primeiro movimento Marcha das Vadias aconteceu em São Paulo, no dia 04 de junho de 2011 e contou com um número limitado de 300 participantes, embora o apoio nas redes sociais tenha sido muito grande, a busca por igualdade entre os gêneros deu origem a essa manifestação, que ocorreu também no Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba, entre outras cidades nos anos seguintes.

O corpo feminino, objeto de desejo masculino, que fora violado sem consentimento, como se o ser que o habita não tivesse sentimentos e/ou vontades próprias, como se realmente fosse um objeto usado simplesmente para satisfazer o desejo masculino, “um bibelô de prateleiras”, esse corpo, significa e se (re)significa a cada novo movimento “*Marcha das Vadias*”, a cada acontecimento histórico e discursivo, o seu sentido atualiza-se, na medida em que é usado para representar a sexualidade e beleza feminina, a opressão sofrida por assédio, a saúde feminina através do controle neo-natal, o trabalho feminino como mão de obra na sociedade capitalista, a liberdade por divórcio, a fidelidade, o corpo discursiviza-se de acordo com a necessidade da mulher. O discurso do corpo *empodera* as mulheres na luta pela liberdade. Torna-se um instrumento político conforme a sua formulação e circulação:

E na formulação, corpo e sentido se atravessam, e de tal modo, que considero que formular é dar corpo aos sentidos... Dessa forma, o sujeito, ser histórico e simbólico, tem seu corpo ligado ao corpo dos sentidos. Sentido e sujeito se constituindo ao mesmo tempo, eles têm sua corporalidade articulada, no encontro da materialidade

da língua com a materialidade da história. Encontro em que se materializa o sujeito. (ORLANDI, 2017a, p. 33)

Assim, observando-se a formulação e circulação dos dizeres dessas mulheres nos movimentos, utilizando-se do corpo como forma política, constituem-se mutuamente seus sentidos, os dizeres são formulações que circulam no corpo e com o corpo, por estarem escritos no próprio corpo e/ou estar sendo carregado por ele, ou melhor, pelas mulheres, em forma de faixas e cartazes, como podemos verificar nesta formulação em análise.

Na formulação “*SE SER VADIA É SER LIVRE, ENTÃO SOMOS TODAS VADIAS!*” Percebe-se a mudança do sentido pejorativo da palavra “vadia” para sinônimo de resistência, de lutar por, de renovação de sentido, quando é usado numa categoria maior o “*somos*” no processo de constituição do sujeito que se auto determina “*Vadias*” com o sentido de “*Livre*”. Essa mesma categoria convoca outras mulheres e outras categorias que também sofrem opressão para se juntar a esta luta por liberdade. Outras vozes, que atravessam esses mesmos dizeres e que sentiram a necessidade de se juntar nesse processo de identificação de busca pelo *empoderamento*.

Nesta mesma imagem podemos verificar também a confirmação “*SOU PUTA*”, em outra formulação, onde a escrita em vermelho num cartaz branco confirma o caráter revolucionário, de um grupo de mulher que anseia pelo seu futuro.

Da mesma forma, podemos perceber outras confirmações nas formulações “*ME VISTO COMO EU QUISEER!!!*”, “*SEXO SÓ COM QUEM EU QUISEER*”, “*NÃO*”, entre outros, são falas que ao pensarmos discursivamente, podemos verificar que carregam o sentido de uma categoria que se identifica, que tem procurado autonomia pelo próprio corpo, um corpo que teme a violação, a cultura do assédio, porém, não se dá por vencido. “Pensando o corpo no processo de significação, a presença [...] produz seus efeitos de sentidos. Somos nosso corpo, presença em um espaço habitado socialmente” (ORLANDI, 2017a, p. 115). Espaço significante de nossas lutas, de nossas vontades, pois os acontecimentos que envolvem o corpo da mulher tem que ocorrer conforme ela quiser, pois seu corpo significa muito além de ser um simples objeto de prazer masculino.

Podemos observar nas entrelinhas, conforme “as condições de produção em relação a memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco [...] o funcionamento no discurso. É este funcionamento que procuramos descrever e compreender” (ORLANDI, 2007a, p. 65). O discurso que se repete, embora com diferentes formas de significar a mulher. Pois PUTA e VADIA são adjetivos assumidos pela mulher na Marcha das Vadias, não são mais vistos como pejorativo, dada as condições de produções

imediatas, mas sim como algo enaltecido das mulheres. Assumir-se como VADIA e/ou PUTA virou sinônimo de poder, de auto-reivindicação, visto que essas duas palavras não menosprezam a mulher com relação ao *empoderamento*, ao contrário, elas funcionam pela contradição nesse caso específico dos movimentos Marcha das Vadias.

Os sentidos sempre podem ser outros nessa relação entre o sujeito, a situação e o contexto imediato, considerando-se esse jogo da memória, entre paráfrase e polissemia, em que o novo e o velho estão sempre em confronto na base da constituição e da formulação dos sentidos. Os sentidos vão se dar sempre nessa relação de força, como algo mais forte independente de suas vontades.

Portanto, mesmo que o sujeito não perceba ele é afetado pela ideologia, pela formação discursiva da qual ele faz parte, e as mulheres dos movimentos Marcha das Vadias, como sujeitos do discurso ao se posicionarem ideologicamente perante a sociedade, procuram mostrar através da história a produção de acontecimentos que significam segundo suas posições políticas, seu lugar social.

Podemos perceber também, nestas formulações que os movimentos “Marcha das Vadias”, retomam as lutas feministas pelo funcionamento da memória e ampliam o desejo de igualdade, representada na palavra “*Marcha*”, que nos remete a memória de “Marcha soldado”, agregando um significado de militância, de marchar por um sentido maior, associa o significado da palavra a imagem masculina, fato que nos confirma esse desejo, o desejo de igualdade entre os gêneros.

Nestas formulações percebe-se também através de algumas escritas nas cores em vermelho e preto, o embate entre a memória revolucionária e o sistema opressor, fato que pode contribuir para a não realização dos direitos em igualdade que vem sendo reivindicados. Conforme Orlandi (2017a, p. 25):

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação com a formação discursiva, apoiada no funcionamento do interdiscurso que inscreve, no discurso do próprio sujeito, os traços daquilo que o determina”. Daí a ilusão do funcionamento espontâneo da forma-sujeito (capitalista). O assujeitamento ao Outro se realiza sob a forma da autonomia. Responsabilidade, liberdade.

Embora as mulheres tenham lutado a muito tempo por essa igualdade em direitos, ideologicamente estão confinadas a essa forma-sujeito capitalista, se encontram presas e livres aos mesmo tempo.

**“EU SÓ QUERO É SER FELIZ ANDAR TRANQUILAMENTE COM A ROUPA QUE EU ESCOLHI E PODER ME ASSEGURAR: DE BURCA OU DE SHORTINHO TODOS VÃO ME RESPEITAR!”**

Esta formulação foi retirada da Revista Trip Uol, de uma imagem da 3ª edição do movimento Marcha das Vadias que ocorreu em 2013 em várias capitais brasileiras com o tema “Quebre o Silêncio”, o intuito era incentivar as mulheres a denunciarem seus agressores, colocando fim no ciclo de agressões, a mesma imagem foi encontrada no Pinterest com os seguintes dizeres: considerações sobre o feminismo: abordagem e sensibilidade, de um acervo de grlpwr, a fim de fazer refletir quando é que uma abordagem se torna uma ofensa, a imagem foi encontrada também em Escritos Feministas, assim como, em várias paginas do facebook, entre outros. Ou seja, é uma imagem que circula muito nas redes sociais, no espaço digital, relacionada com o respeito ao corpo feminino, bem como, a autonomia sobre ele.

Desta maneira, a formulação textual ao referir-se a roupa feminina está investido de vários sentidos, (re)significa a memória que envolve a cultura do estupro, ao dizer: *“EU SÓ QUERO É SER FELIZ ANDAR TRANQUILAMENTE COM A ROUPA QUE EU ESCOLHI E PODER ME ASSEGURAR: DE BURCA OU DE SHORTINHO TODOS VÃO ME RESPEITAR”*, o dizer faz um apelo de respeito ao corpo feminino, que é comumente violado, com ele a mulher reivindica o direito a autonomia pelo próprio corpo e se recusa a aceitar que a roupa ou o seu comportamento sejam motivos que justifiquem a violência e abuso sexual sofrida por elas, é um apelo a segurança pública, para que essa possa lhes assegurar todos os cuidados possíveis e independente da vestimenta a mulher deve ser respeitada, livre para fazer suas escolhas sobre si e sobre o que vestir, sobre o controle do próprio corpo, elas anseiam por um *empoderamento* da liberdade de ser.

Podemos perceber com esta formulação o funcionamento da memória discursiva que traz a memória também “o rap da felicidade” dos cantores Cidinho e Doca, lançado no ano de 1995, o enunciado demonstra a configuração de uma onda de violência que está relacionado a cultura do estupro que é acometido contra as mulheres, assim como, na música, é uma denúncia a precariedade da segurança pública que é muito falha em nosso país, principalmente quando envolve classe social e gênero, os sujeitos segregados da sociedade, as mulheres e os pobres, esses sujeitos reclamam seus direitos, seus sentidos, o seu “lugar ao sol”, para poder ser feliz, sem se preocupar com nada, sem ter medo de nada! Conforme Orlandi (1988), “em nossa forma de sociedade atual, o discurso autoritário é dominante, o polêmico é possível e o lúdico é ruptura” (ORLANDI, 1988, p. 24), podemos observar a

ludicidade nessa música, a oportunidade de ruptura com o que está posto em nossa sociedade, uma fulga necessária.

Ao dizer “*andar tranquilamente com a roupa que eu escolhi*”, as mulheres reclamam a sua liberdade, não só de escolha, mas de tomar para si o controle do próprio corpo, o corpo que ainda encontra-se aprisionado, inferiorizado, pela formação discursiva machista, que se marca na imagem de marido, namorado, pai ou irmão, na resistência do patriarcado, as mulheres desejam um *empoderamento* como controle de si, pois o corpo da mulher é sempre dito pelo outro. E também, pelas instituições Igreja e pelo próprio Estado, desta forma, a mulher (re)afirma sua busca pela autonomia, sobre seu direito de escolha, sobre o corpo feminino que é referenciado como objeto do sujeito masculino, e através dessa formulação as mulheres reclamam um distanciamento desta objetificação que é condicionada a elas pelos homens, reivindicando para si um *empoderamento* que é decidido pelo outro, afinal que *empoderamento* é esse? Onde a mulher sequer pode fazer as escolhas que envolve seu corpo. Ou seja, eu sou empoderada, mas quem decide por mim, é o Estado, é a igreja, são os aparelhos ideológicos da sociedade que tendem a aprovar a minha decisão.

Não obstante, esta formulação também nos dimensiona a memória do acontecido na Universidade em Toronto no Canadá, nas palavras do policial Sanguinetti sobre as discursividades que envolvem as roupas femininas, sobre a culpabilização da mulher pela violência sexual sofrida. A mulher está acostumada com as proibições culturais e sociais relacionadas ao ser mulher, ao seu corpo, desta forma, vem tentando resgatá-lo através dessas formulações utilizadas por manifestantes feministas, os “fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (ORLANDI, 2007a, p. 53). Dessa maneira, esses movimentos feministas, principalmente os da Marcha das Vadias, se inscrevem nas formações discursivas de militância e reclamam direitos que lhe são próprios. O discurso sobre o corpo é um discurso incansável para as mulheres, pois envolve várias formações discursivas como, a maternidade, direito reprodutivo, aborto legalizado, liberdade sexual, entre outras. O corpo é carregado de significância em suas múltiplas colocações. É usado para manifestar direito ao próprio corpo, de tomar decisões, para denúncia de classe social, etc, o corpo historiciza-se politicamente nas mais diversas formas de formulação e circulação.

O sentido figurado e a metáfora, é utilizado de forma implícita com relação ao corpo feminino, segundo Orlandi (2017a, p. 124), com “a metaforização, os deslizamentos, as condições de produção, e o funcionamento da memória, podemos ver movimentarem-se, as

relações de forças, políticas, e as de sentidos”. Assim, podemos perceber com essa formulação, que de acordo com as condições de produção, há uma busca incansável por poder, as mulheres sobre o próprio corpo, sua própria vida, para isso utilizam-se de metáforas para dizer o indizível, os homens sobre o domínio de tudo, e a vida vai passando nesse movimento de sentidos, nessa relação de força e poder.

### **“NÃO VIM DA SUA COSTELA, VOCÊ QUE VEIO DO MEU ÚTERO”**

A formulação acima foi retirada de uma imagem que circulou no movimento Marcha das Vadias ocorrido em São Paulo em 26 de maio de 2012, foto de Renato Batata copyright Demotix, numa segunda edição do movimento, temos assim, uma formulação do discurso feminista, onde podemos observar os seguintes dizeres: “*NÃO VIM DA SUA COSTELA, VOCÊ QUE VEIO DO MEU ÚTERO*”, e assim, podemos perceber que, esta formulação vem carregada de significações, pois trás uma memória discursiva que nos remete ao passado do Gênese, na criação do mundo e da mulher, mas precisamente na criação de Eva, considerada como a “primeira” mulher de Adão, criada a partir de sua costela para que lhe fosse semelhante, carne de sua carne. Mas se a mulher era para ser semelhante ao homem, em parte da histórias seus direitos foram furtados, esquecidos e/ou silenciados? O que é semelhante, também podemos considerar iguais, esse é do desejo das mulheres com relação ao homem, direitos e deveres iguais.

Porém, desde o Gênesis, conforme pudemos verificar por um funcionamento da memória discursiva com relação as questões bíblicas judaica cristã, por um efeito de memória a imagem da mulher vem sendo estereotipada, como sujeitos inferiores, submissas aos homens, criadas em segundo plano apenas para a procriação da espécie, para povoar o mundo recém criador por Deus. Assim, o discurso feminista possibilita a atualização dos sentidos ao negar que a origem feminina enquanto sujeito tenha sido de uma costela masculina. Segundo Orlandi (2007b, p. 13) “Há a possibilidade de fuga dos sentidos: onde a alteridade ameaça a estabilidade dos sentidos, onde a história trabalha seus equívocos, onde o discurso deriva para outros discursos possíveis”.

Assim sendo, ao negar o discurso de sua origem a mulher assume uma posição no discurso que afirma sua existência enquanto sujeito de direito. Contrapondo a sua origem com a origem masculina, ao dizer: “*VOCÊ QUE VEIO DO MEU ÚTERO*”, “há uma contradição entre o mundo e linguagem e a ideologia é trabalho desta contradição” (ORLANDI, 2007b, p. 31), pois, se o papel feminino é o da reprodução, a mulher é a progenitora do homem, ou seja,

é a mulher que tem sido a origem masculina e não o seu contrário. “Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade” (ORLANDI, 2017b, 31). Desta forma, o discurso de origem, possibilita a mulher esse processo de identificação ao se posicionar como “mulher mãe”, origem da vida de homens e mulheres através do seu “*ÚTERO*”.

O discurso da origem de homens e mulheres, em questão, não se materializa discursivizando no corpo, apesar de referenciá-lo enquanto origem, todavia, o corpo traz um discurso político que atingem novos espaços de significações, outros efeitos de sentidos. O corpo feminino é uma ferramenta do discurso político pelo qual o discurso veiculado ganha espaço de fala de forma individual e coletiva.

Pudemos observar na imagem da qual retiramos essa formulações que as mulheres usam suas alocações textuais tanto nos panfletos como no próprio corpo, os sentidos corporificam-se nos discursos e através da sua forma de circulação tentam resgatar os direitos reprodutivos da mulher, seu direito de decidir acerca da maternidade. A mulher se posiciona marcando a sua posição sujeito, com relação a maternidade induzida, ao aborto legalizado, entre outros, desta forma, “sentidos e sujeitos constituem-se ao mesmo tempo, têm sua materialidade, e faz parte da materialidade do sujeito a inscrição de seu corpo em seu processo de significação, em sua constituição, do sujeito e do corpo” (ORLANDI, 2017a, p. 114).

Dessa maneira, a mulher ao utilizar o seu corpo faz uma desconstrução social, por se inscrever, sujeito e corpo, em seu processo de significação em sua constituição enquanto sujeito. O direito ao próprio corpo, as decisões que o envolvem é uma luta que desde a década de 70 é revisitada por processos de memória, essa é umas das causas que envolvem instituições como o Estado e a Igreja (religião), que como AIEs, mantêm o corpo aprisionado através da opressão.

O fato de que o “gesto de interpretação que é investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras” (ORLANDI, 2017a, p. 34), nos autoriza reconhecer através da interpretação, outros espaços de fala como: “*Meu corpo, minhas regras*”; “*Tirem seus rosários do meu útero*”, “*Do meu jardim cuidado eu*”, “*Meu útero não é seu espaço de fala*”, “*Útero livre*”, etc., são todos espaços de fala que significa igualmente nas lutas de protesto ao direito de reprodução ou não, de autonomia com os cuidados ao corpo, principalmente o

direito reprodutivo por estar diretamente relacionado a imagem do aparelho reprodutor feminino.

Os movimentos Marcha das Vadias intensificaram a busca das mulheres pelo *empoderamento*, pela liberdade de ser, pela desconstrução das dicotomias mulher esposa (ideal) e mulher vadia (empoderada). Assim, pelo funcionamento contraditório da ideologia, nesse acontecimento do dizer em que circularam os discursos femininos representado no coletivo, na sua forma plural, verificamos que, a Marcha das Vadias foi extremamente importante nas produções de sentidos que abarcam o *empoderamento*, nestas formulações tomadas aqui para nossas análises, visto que, numa mesma edição pudemos perceber, várias reivindicações das mulheres, por exemplo, enquanto uma reivindica o direito de não ser mãe, outra reivindica ao contrário, o direito de ser. São esses deslizamentos de sentidos que no processo de identificação dos sujeitos são retomados através dos processos de memória e dos esquecimentos que se articulam, se atualizam, e que por fim, é uma coisa só, é o discurso pelo controle de si, pois não pode existir *empoderamento* se eu não tiver domínio do meu próprio corpo.

E nas Marcha das Vadias esses deslizamentos de sentidos são bem representados ao mostrar a contradição, ao mostrar o *empoderamento* das mulheres com relação ao seus corpos utilizados para manifestarem suas indignações. A forma de circulação é mesmo constitutiva do seu funcionamento enquanto movimento Marcha das Vadias, conforme nos afirma a mestrandia Tyara Viriato Chaves (2015), em sua pesquisa sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup> Monica Graciella Zoppi Fontana que fala sobre A militância no Facebook. Uma análise discursiva da Marcha das Vadias, em que ela analisa o funcionamento da Marcha na rede social Facebook com especificidade na publicização do movimento, na forma como ele convoca outros sujeitos a aderirem ao movimento pelo espaço digital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca sobre os Discursos de *empoderamento* da mulher, trabalhamos no decorrer desta pesquisa com três formulações retiradas do movimento Marcha das Vadias, selecionadas para as nossas análises, são formulações que foram muito utilizadas em movimentos feministas, que se atualizaram através de processos de memórias nos movimentos Marcha das Vadias, em que as mulheres utilizaram-se do próprio corpo como meio da significação, lugar material da manifestação da linguagem com relação ao sujeito. Quantas foram as audácias dessas feministas em emanar poder, em desafiar as autoridades,

utilizando-se apenas de seu corpo. Ou seja, a textualização do corpo tem se acentuado nos processos discursivos pelo qual o sujeito tem sido tomado nesse confronto da relação entre o simbólico com o político. Essas foram as formas que os sujeitos mulheres encontraram de mostrarem que elas têm direitos, que elas tem poder, e por isso lutaram para a efetivação de tais direitos, isso pudemos ver muito bem representadas nos movimentos Marcha das Vadias.

Dessa maneira, em nossos gestos de interpretação, evidenciamos esse confronto nas relações de sentidos em que os sujeitos mulheres da Marcha das Vadias, historicizam-se em seus processos de exclusão, de negação, de apagamento, de silenciamento, mas também, intensificam sua ideologia de forma cultural, política e social, nos processos de identificação, de pertencimento a um grupo, a uma sociedade, mediante uma memória discursiva de que algo fala antes: somos vadias, somos dotadas de *empoderamento*.

Dessa forma, em nosso primeiro capítulo abordamos um percurso histórico social sobre a vida das mulheres, desde o momento em que elas eram silenciadas em benefício ao homem, e que começaram a aparecer timidamente, anunciadas por um conjunto intelectual composto por escritoras historiadoras, sociólogas, filósofas, etc, que criticaram e denunciaram em suas obras, as formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, da necessidade de reclamar direitos que até então eram negados a elas.

Assim, desde a década de 1960 todas as especulações e estudos acerca das experiências vividas pelas mulheres fomentaram as Ciências Sociais e estimularam a investigação de como se deu na Ciência Histórica a participação social e política que aflorou o surgimento de um movimento social, centralizado na questão que garantia igualmente toda e qualquer possibilidade de direitos com equivalência entre os sexos. O feminismo nasceu da manifestação de um desejo em prol de um desenvolvimento político, social e civil feminino. Relembramos também, algumas mulheres ativistas que se destacaram ao longo dos anos e fizeram a diferença nessa busca do *empoderamento*.

Em nosso segundo capítulo abordamos sobre as formações discursivas que envolvem o *empoderamento* da mulher em sua tomada de decisão em relação a maternidade contraponto o status de que a mulher é uma mãe em potencial, segundo o seu instinto biológico e assim, aproveitando a relação fílmica da Garota do trem, em três perfis diferentes de mulheres, apresentamos diferentes posições sujeitos relacionando também com a maternidade, no funcionamento da memória discursiva que foi significante em todo o percurso discursivo sobre os discursos de *empoderamento* nesse capítulo.

Já no terceiro capítulo, trazemos algumas discursividades acerca do *empoderamento*, ilusão ou realidade, o que significa, onde surgiu, alguns autores que trabalham com essa

Teoria, e qual a sua importância na vida das mulheres, estabelecemos relação com a sua contribuição, as criações dos Conselhos Nacionais dos direitos da Mulher, da ONU, das Secretarias e Delegacias Especializadas no Direito da Mulher, entre outros. Pois, o *empoderamento* tem a função de romper com as situações de violência contra a mulher.

O nosso quarto e último capítulo foi o das análises, em que aproveitamos as discursividades retiradas do movimento da Marcha das Vadias como corpus e procuramos mostrar em nossas análises a manifestação do *empoderamento* dessas mulheres em sua autoafirmação como sujeitos de direitos, na busca pela libertação de seus corpos que ainda é prisioneiro mediante boa parte da sociedade.

A partir de uma memória discursiva, pudemos perceber a resistência, de muitas mulheres, através das três formulações das Marcha das Vadias por hora aqui analisadas, nessa descoberta identitária, que reuniu várias mulheres que se apoiavam em uma busca comum, nos movimentos feministas Marcha das Vadias, que era a liberdade e autonomia sobre sua vida, sobre seus corpos, o *empoderamento*, o poder da decisão.

Vale lembrar que em suas discursividades é de interesse da AD objetos de diferentes naturezas, e enquanto natureza da linguagem trabalhamos em nossas análises as discursividades sobre o *empoderamento* da mulher nos movimentos Marcha das Vadias, em que pudemos observar mediante as três formulações aqui apresentadas em nossas análises, o funcionamento desse *empoderamento* na medida em que ganha outros espaços de fala, outros sentidos, outros deslizamentos de sentidos com a palavra vadia que migrou de pejorativo para um status de alteridade, de estar em(poder)amento no momento e assim, em nossos gestos de interpretação convocamos uma memória social que se apresenta a partir do lugar enunciativo nas Marcha das Vadias, como somos todas Vadias, nós podemos.

Uma das principais razões de se desenvolver um estudo pela Análise do Discurso é que, para a AD, o que interessa é como o texto se organiza, a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo. Dessa maneira, observando essas condições de produções de sentidos enquanto parte da vida desses sujeitos mulheres nas reflexões sobre o tema *empoderamento* da mulher nas Marcha das Vadias, percebemos que os sentidos tem relação com a formulação, pois, formular é dar corpo aos sentidos.

Como a AD procura a compreensão de um processo discursivo através de uma problematização de atribuição de sentidos dado a um texto. Nosso trabalho enquanto analista de discurso é compreender como esse texto produz sentidos, sendo ele um objeto simbólico discursivo. Ou seja, a partir da passagem desse texto de uma superfície linguística para um processo discursivo.

E nessa organização linguística do texto, é possível perceber a atividade do analista do discurso frente ao texto como uma prática de atribuição de sentidos que não é apenas uma decodificação de letras e símbolos, os sentidos se constituem por filiações de redes de memória que nos fazem capazes de interpretar o dito e o que está à margem dos dizeres. Haja vista, a necessidade de resgatar como essa memória está sendo (re)significada, deixando o passado e as ideias conservadoras patriarcal para traz.

Mediante todo o processo discursivo que trouxemos para nossas discursividades, no modo pelo qual o *empoderamento* é estudado por diferentes linhas de pesquisas e teóricas, o nosso trabalho proposto era analisar os recortes que fizemos das três formulações que trouxemos para nossas análises e mostramos o funcionamento discursivo de cada um destes recortes. Dessa forma pudemos enxergar o que ficou à margem dos dizeres, e assim, dizer o indizível.

Mas afinal, que *empoderamento* é esse? Do que realmente estamos falando? Pois, os movimentos feministas trouxeram garantias legais e civis, através da Constituição, no entanto, ainda que amparadas por lei, e que tenham atingido algumas reivindicações, o *empoderamento* que pudemos perceber, ao logo deste trabalho, parece mais um acúmulo de funções para as mulheres, pois a mulher adquiriu o direito de trabalhar fora, mas ainda é considerada como o sujeito que tem a obrigação de cuidar da casa, dos filhos e do marido, entre outras coisas, ou seja, atualmente as mulheres estão tendo muito mais coisas para se fazer, transformam-se em várias versões, são várias facetas em uma só pessoa, enquanto que os homens continuam apenas homens.

Pensando de mulher para mulher, como as mulheres se sentem com essas extensas jornadas de trabalho que aos poucos veio acumulando nessa busca pelo *empoderamento*? Até que ponto eu respeito a liberdade do outro a meu favor, o ódio a mim, em tudo o que eu posso representar? Que perigo eu posso representar ao outro?

As mulheres estão sobrecarregadas, estão tendo muito mais deveres do que direitos, há deslizamentos de sentidos com relação a esse *empoderamento*, o que deveria ser bom e vantajoso, haja visto, os direitos já concebidos, na verdade só está fazendo mal, a grande maioria das mulheres não cobram dos homens como deveriam cobrar, para que estes signifiquem muito mais do que provedores e passem a ser parceiros, com direitos e deveres iguais. Afinal, as lutas sempre foram por direitos iguais, por liberdade, por autonomia. Há uma contradição com o que está posto na Constituição, pois, a mulher está tendo que ser tudo ao mesmo tempo, com duas, três ou até mais jornadas de trabalho, isso tem lhe causado vários distúrbios emocionais, como a bipolaridade, a ansiedade, os transtornos depressivos, etc,

Os índices da OMS apontam que as mulheres são os sujeitos mais afetados com todas essas doenças, devida a sua carga excessiva de trabalho, de seus compromissos. O machismo, o patriarcado e a misoginia ainda tem sido um impedimento para as mulheres em seu processo de expansão, de significação e identificação em sua historicidade. O *empoderamento* tem sido uma ilusão, um acúmulo de deveres: você pode (...), você conseguiu (...), agora se vira com todas as suas aquisições, essa é a realidade.

Desse modo, respondendo as nossas inquietações com as questões lançadas logo no início deste trabalho, atualmente percebemos que, embora tenham se passado tantos anos e as mulheres tenham avançado em direitos, a mesma conjuntura sócio-histórica se repete, ainda existem mulheres que se submetem ao patriarcalismo, por temerem aos sujeitos homens, diante de comportamentos machistas, aceitam viver de forma inferiorizada. Desta maneira, o sujeito mulher ainda é visto de forma subalterna, e mesmo, que uma mulher se destaque perante a sociedade e atinja um status de estar *empoderada*, mesmo assim, não será *empoderada*, enquanto outras mulheres viverem sob alguma forma de opressão. Pois é importante que haja o *empoderamento* na esfera individual, mas por ser considerado uma transformação social é necessário que haja também no coletivo.

Por mais que, atualmente encontremos algumas mulheres que se sentem *empoderadas*, a grande maioria das mulheres vivem conforme o patriarcalismo, inconscientes e até mesmo conscientes, aceitam e vivem segundo o que os homens ditam como regras a serem seguidas, com o que eles, acham correto, desta forma acostumadas com a sociedade patriarcal, com todos os ensinamentos que recebem desde criança, conformam-se, acham normal, e até criticam as mulheres que defendem e lutam por seus direitos, por sua autonomia e liberdade, como aconteceu nos movimentos Marcha das Vadias, várias mulheres ao invés de aderirem as lutas em comum, lançaram críticas, se contra identificaram, desse modo, o *empoderamento* coletivo torna-se cada vez mais um sonho muito longínquo.

Falar sobre mulher é adentrar numa fonte inesgotável de significações, ainda tem muito a ser estudado sobre as mulheres, porém, ao que nos cabe afirmar até o momento é que, mediante ao *empoderamento* feminino percebemos que não foi concebido em sua totalidade, principalmente, porque houve muitos retrocessos em termos de segurança pública no atual governo, e muitas das reivindicações femininas ainda não foram atendidas, o patriarcalismo e o machismo ainda mantêm mulheres aprisionadas, e enquanto isso acontecer, não haverá *empoderamento*.

Assim, as práticas de *empoderamento* dentro das formulações que selecionamos dos movimentos Marcha das Vadias para as nossas análises funcionaram pela audácia das

feministas que se atreveram, se expuseram na tentativa de se libertarem, da aquisição pela autonomia pelo próprio, o corpo que comumente era e ainda é violado, porém, fora usado como uma arma para a própria defesa, isso sim é poder, é destacar-se em prol a um coletivo, se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias.

Hoje há um distanciamento entre o *empoderamento* e o seu sentido original, ou seja, o seu uso está sendo substancial, de fachada, percebe-se a intenção paternalista em manter as coisas no estado atual do que incentivar as mudanças entre os sujeitos, seja, classista, sexista, racista, não importa. Nesse mundo capitalista, é significativo que se crie estratégias de fortalecimento em todos os âmbitos: efetivo, financeiro, estéticos, econômico, etc, é oportuno dizer sobre a importância de haver condições que favoreçam o surgimento desse *empoderamento* e os movimentos Marcha das Vadias trouxeram amplitude aos sujeitos mulheres nesse querer ser. Pois conforme a AD no discurso capitalista as mulheres encontram-se livres e presas ao mesmo tempo, e é necessário que se estabeleçam condições que favoreçam ao *empoderamento* das mulheres.

Ademais, os movimentos feministas serviram de subsídios para um melhor entendimento sobre esse *empoderamento*, através dos sujeitos tomados aqui simplesmente como mulher.

As lutas das feministas da Marcha das Vadias, modificaram hábitos e costumes de uma geração inteira de mulheres, diferenciou as formas de pensar da mulher atual como sujeito de direito, como mulher que ultrapassou o conservadorismo, num momento em que, as mulheres se viram de mãos atadas num período de desesperança em seus cotidianos, foi um movimento social que ampliou o lugar de atuação feminina, impactando seus espaços públicos e privados, com reprodução nacional e internacional, integrou as maiores transformações culturais, políticas e sociais na vida de milhares de mulheres, atingiram o estruturalismo social propagando-se pelo mundo inteiro. Essa sua forma de circulação é constitutiva do seu funcionamento enquanto movimento Marcha das Vadias.

Caracterizado como “ondas” do feminismo, pudemos então perceber que o significado do vocábulo “ondas” pode representar os altos e baixos dos movimentos feministas, ou seja, essa equiparação as ondas referindo-se as ondas do mar, pode significar um vai e vem entre os movimentos de mulheres que sempre demonstraram constância em suas ações, sempre atualizam-se e se (re)significam nessa busca constante por visibilidade e usufruto de direitos. Assim, quando um movimento declina logo outro vem emergindo, em seu sentido literal as ondas são usadas para demarcar o período histórico de cada demanda feminista e também para mostrar o *empoderamento* feminino que vem chegando em forma de “ondas”, por meio

de etapas, todavia, dá um passo para a frente e dois para trás, com relação ao processo social em que os sujeitos se reconstróem e se desconstróem ao mesmo tempo, nessa busca contínua de *empoderamento*, mediante as transformações sociais que deverão ser usufruídas por todas.

Espera-se, que logo, num futuro não muito distante, que as mulheres tenham a concretização de todas essas lutas que se firmaram desde as décadas de 70, 80, 90 e 2000, que serviram de base para esse trabalho de pesquisa através do nosso corpus de análise retirado das Marcha das Vadias, foi um período que integrou as maiores transformações culturais, políticas e sociais na vida de milhares de mulheres e que até hoje não foram realizadas de forma plena, para que, essas mulheres sintam-se *empoderadas* e possam disseminar *empoderamento* às outras mulheres. “Por isso é que gostaria de finalizar dizendo que os sentidos são no meio de outros e há mais espaço para incertezas do que para afirmações categóricas quando se trata de pensar os sentidos, no modo como eles funcionam pela ideologia em um mundo a significar” (ORLANDI, 2008, p. 213).

## REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro, Record, 2011.

BARSTED, Leila Linhares. **O Progresso das Mulheres no Enfrentamento da Violência**. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BARSTED, Leila Linhares. PITANGUY, Jacqueline (orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**; tradução Sérgio Milliet, 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

BUARQUE, Cristina. **Mulheres Rurais e políticas Sociais: Uma Experiência em Pernambuco**. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BRUSCHINI, Cristina et al. **Trabalho, Renda e Políticas Sociais: Avanços e Desafios**. IN: *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Rio de Janeiro. *Estudos Avançados* 17 (49), 2003.

CASTELS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CHAVES, Tyara Veriato. **A militância no Facebook. Uma Análise Discursiva da Marcha das Vadias**. Universidade Estadual de Campinas –Unicamp. São Paulo – SP. Membro do grupo de pesquisas Mulheres em Discurso/CNPq, coordenado pela prof. Dra. Monica Graciella Zoppi-Fontana. Bolsista FAPESP (processo: 2013/14539-9). 2 Dados disponíveis

em <https://marchavadiascampinas.milharal.org/o-que/a-marcha-das-vadias-o-corpo-da-mulher-e-a-cidade-por-didi-crocomila/>

COUTO, Maria Carolina do Amaral. SAIANI, Carlos César Santejo. **Dimensões do empoderamento feminino no Brasil: índices e caracterização por atributos locacionais e individuais e participação no Programa Bolsa Família.** R. bras. Pop., v.38 1-22, e0147, 2021.

DIAS, Cristiane. **A Análise do Discurso Digital: Um campo de Questões.** Vitória da Conquista, Redisco, v.10, n° 2, 2016.

EMPODERAMENTO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**, o maior e mais completo dicionário da web. Porto: 7Graus, 2009-2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/empoderamento/>>. Acesso em: 20/05/2022.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**, tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HAROCHE, Claudine. **Fazer Dizer, Querer Dizer.** São Paulo, Editora Hucitec, 1992.

HERINGER, Rosana. SILVA, Joselina da. **Diversidade, Relações Raciais e Étnicas e de Gênero no Brasil Contemporâneo.** In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan**, vol. 1 – as bases conceituais. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. pp. 93-101.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens.** Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MILLETT, Kate. **Política Sexual.** Lisboa: Dom Quixote, 1970.

MORAIS, Milene Oliveira. RODRIGUES, Thais Ferreira. **Empoderamento feminino como rompimento do ciclo de violência doméstica.** Viçosa, Revista de Ciências Humanas, v. 16, n. 1, p. 89-103, 2016.

OLIVEIRA, Carla Martins de. **O protagonismo das mulheres na História: Proposta metodológica para ensino fundamental.** Curitiba, 2019.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 7 ed. Campinas: Pontes, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A Linguagem e seu Funcionamento**: As formas do discurso. São Paulo, Editora Brasiliense s.a, 1983.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Leitura**. 4ª ed. SP: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formação e circulação de sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Eu, Tu, Ele – Discurso e real da história**. Editora Pontes. Campinas, São Paulo, 2017b.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura, efeitos sobre o trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 2007b.

\_\_\_\_\_, et. al. **Nota sobre a questão da Linguagem e do Simbólico em Psicologia**. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise do Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni P. Orlandi (et.al.) 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PIOVESAN, Flavia. **Direitos Humanos, Civis e Políticos**: A Conquista da Cidadania Feminina. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

PITANGUY, Jacqueline. **Advocacy e Direitos Humanos**. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro; CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

TAVARES, Rebecca Reichmann. **Igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres**. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

TILLY, Louise A. **Gênero, Histórias das Mulheres e História Social**. Cadernos Pagu (3): pp. 29-62, 1994.

VELOSO, M. T. **O sujeito do desejo do discurso**. Frederico Westphalen, RS: URI, Frederico Westph, 2012.

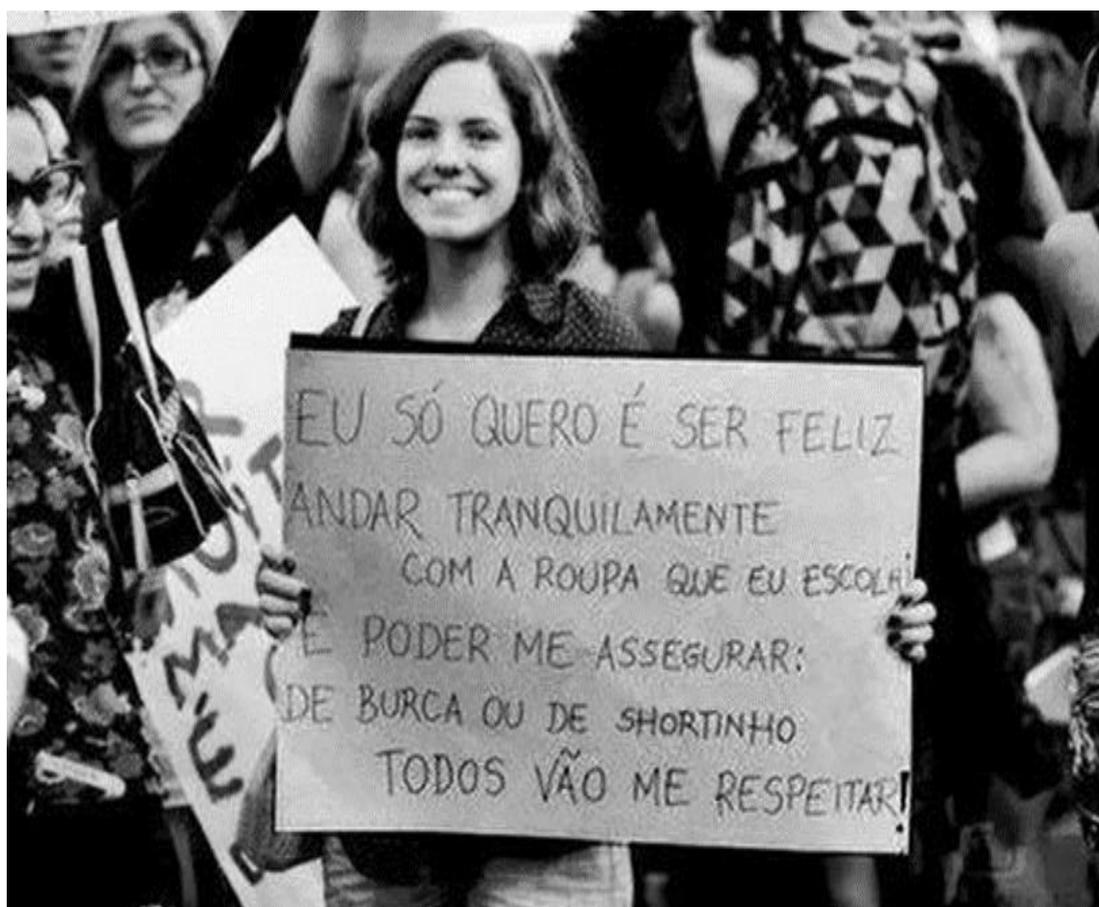
## ANEXO I

SE SER VADIA É SER LIVRE, ENTÃO SOMOS TODAS VADIAS!



**ANEXO II**

EU SÓ QUERO É SER FELIZ ANDAR TRANQUILAMENTE COM A ROUPA QUE EU ESCOLHI E PODER ME ASSEGURAR: DE BURCA OU DE SHORTINHO TODOS VÃO ME RESPEITAR!



## ANEXO III

NÃO VIM DA SUA COSTELA, VOCÊ QUE VEIO DO MEU ÚTERO

